



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

JOSIELE PANTOJA DE ANDRADE

Labor e prazer: a prática e o sentido dos mutirões na comunidade Monte Sião, São Domingos do Capim - PA

Belém
2016

Josiele Pantoja de Andrade

Labor e prazer: a prática e o sentido dos mutirões na comunidade Monte Sião, São Domingos do Capim - PA

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Dr. Osvaldo Ryohei Kato

Co-Orientadora: Dra. Ruth Helena Cristo Almeida

**Belém
2016**

Dados Internacionais de Catalogação- na-Publicação (CIP)
Biblioteca do NCADR / UFPA

Andrade, Josiele Pantoja de

Labor e prazer: a prática e o sentido dos mutirões na comunidade Monte Sião, São Domingos do Capim – PA / Josiele Pantoja de Andrade; Orientador, Osvaldo Ryohei Kato. - 2016.

137 f. : il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2016.

1. Camponeses – São Domingos do Capim (PA). 2. Relações sociais – São Domingos do Capim (PA). 3. Relações de trabalho – São Domingos do Capim (PA). 4. Cooperação. 5. Religiosidade. I. Kato, Osvaldo Ryohei, orientador. II. Título.

CDD – 22 ed. 305.5633098115

Josiele Pantoja de Andrade

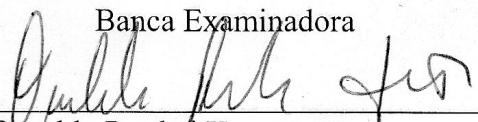
“Labor e prazer”: a prática e o sentido dos mutirões na comunidade Monte Sião, São Domingos do Capim - PA

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

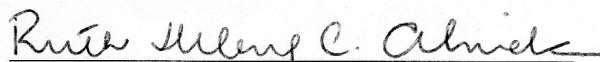
Data da aprovação: Belém (PA), ____ de _____ de 2016.

Banca Examinadora




Dr. Osvaldo Ryohei Kato
(Orientador)

Embrapa Amazônia Oriental



Dr.^a Ruth Helena Cristo Almeida
(Co-Orientadora)

Universidade Federal Rural da Amazônia



Dr.^a Cynthia Meireles de Oliveira
(Membro Titular - Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural da Amazônia



Dr. Andrey Faro de Lima
(Membro Titular - Examinador Externo)
Escola de Aplicação - UFPA

Aos amores da minha vida,
meus pais João e Elizia, meu
namorado Fagner Freires e
meus sobrinhos Maria
Eduarda, Jesus, Luan e
Miguel.

Aos meus orientadores
Oswaldo Ryohei Kato e Ruth
Helena Almeida.

Aos camponeses de Monte
Sião.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, amor, misericórdia e tudo que tem permitido a mim para que eu busque sempre o caminho do amor ao próximo.

A todos os santos, orixás, caboclos, ciganos, espíritos de luz e a toda força da natureza.

Aos meus pais, por todo amor, carinho, dedicação, zelo e paciência comigo. Aos meus irmãos, Voner Andrade e Maricele Pantoja por todo o apoio emocional que me deram nessa caminhada.

Ao meu namorado, amigo e companheiro de todos os momentos, nesses dois anos de mestrado.

Ao meu Orientador Osvaldo Ryohei Kato por todas as orientações, apoio financeiro, mas principalmente pela amizade e apoio emocional.

A minha co-orientadora Ruth Helena por todas as orientações metodológicas, conceituais, por todo tempo dedicado a esta dissertação, mas principalmente pela amizade sincera.

A Lucilda de Matos e Grimoaldo Bandeiras, pessoas especiais na minha vida, por todo o apoio emocional e amizade.

Aos atores sociais da pesquisa por terem me recebido com carinho na comunidade e terem me permitido o convívio junto a eles.

Aos meus tios, em especial aos meus tios Mariana Pantoja, Sales Silva, Mariana Andrade, Onélia Andrade, Dinair Andrade e Joaquim Andrade. E aos meus primos Jhessica Pantoja, Camila Pantoja, Aline Andrade e Davi Filgueiras, por todo o incentivo.

A equipe do projeto Tipitamba, por me acolher com carinho.

Ao corpo docente do MAFDS, por todos seus ensinamentos que contribuirão na minha vida profissional e pessoal. Em especial aos professores, Noemi Porro, Livia Navegante, Dalva Mota e ao prof. Gutemberg Guerra pelas sugestões de leitura e indicações metodológicas, essenciais na construção desse trabalho. E a professora Sônia, profissional admirável, por suas contribuições, suas orientações durante a construção da dissertação e por ter me orientado no estágio de docência.

As bancas de qualificação, Dra. Sônia Magalhães e ao Dr. Andrey Faro, e de defesa Dra. Cyntia Meireles e ao Dr. Andrey Faro, pelas contribuições.

Aos colegas do MAFDS, Anny, Natasha, Rafa, Genisson, Amália, Sandolene, Adriano, Cezário, Laiane, Jorge, Noemi, Kelly, Thiago, Luís, Walmiro e o Frank, pelo convívio.

As minhas amigas Berenice, Carla, Denise e Joelma por todo apoio emocional.

A coordenação do curso de Pós- Graduação em Agriculturas Amazônicas.

A Universidade Federal do Pará pelos recursos humanos e financeiros.

A Embrapa Amazônia Oriental pelo apoio com as viagens. Em especial aos motoristas Gonzaga e Malá, aos funcionários da biblioteca pela atenção. E a equipe do laboratório sensoriamto remoto pela elaboração do mapa

A Capes pela bolsa de estudos concedida.

RESUMO

Objetivamos nesse trabalho compreender as práticas e o sentido do mutirão e como os mesmos contribuem para o estabelecimento das relações de reciprocidade camponesa, a partir de uma análise do trabalho, em especial em mutirões, como parte integrante da vida camponesa, entendido como um espaço de reprodução da vida cotidiana. Esse estudo foi realizado na comunidade Monte Sião, Nordeste Paraense. Para a realização da pesquisa, optamos pela abordagem metodológica qualitativa, entretanto, métodos quantitativos também foram utilizados como uma forma de auxiliar a interpretação da realidade social. Como estratégia metodológica, utilizamos o estudo de caso, realizado com 45 famílias, nos valendo da observação participante, entrevistas e questionários, os quais permitiram compreender a história de formação da comunidade, a instalação da igreja Assembleia de Deus, a organização da APEPA, os festejos, a divisão social do trabalho na unidade de produção familiar, os espaços de sociabilidade e, sobretudo, compreender a organização dos distintos mutirões e as relações de reciprocidade que se estabelecem entre camponeses e camponeses e divindades, além apreendermos a noção de mutirão que os camponeses detêm. O estudo aponta a reciprocidade na essência camponesa. O mutirão até o século XX era realizado para auxílio em trabalhos agrícolas, em casos de doença, especialmente nos trabalhos das roças de mandioca. Havia duas formas de realizar o trabalho dos roçados: o mutirão e o trabalho de companhia. O primeiro, uma forma de ajuda mútua não formalizada, porém entendida como um contrato moral; o segundo entendido como uma forma institucionalizada, composto por um grupo fixo de camponeses, com registro hierárquico dos cargos ocupados e das atividades a serem executadas. Com as transformações socioeconômicas, a entrada da comercialização do açaí e a diminuição dos recursos naturais, as roças deixaram de ser a principal atividade econômica dos camponeses e, como consequência, o trabalho de companhia deixava de existir no trabalho dos roçados, sendo ressignificado e ganhando força em outras atividades, como na instituição religiosa, onde os camponeses se reúnem em mutirões movidos por um sentimento de fé e amizade para realizar determinados trabalhos, como construções, festejos, artesanatos e campanhas para captar recursos financeiros para doar a Deus, uma relação de reciprocidade entre os homens e Deus. A Associação, durante um período, também acionou os mutirões para o manejo dos açaiçais e confecção de artesanatos. E, por último, o mutirão organizado pelos camponeses para ter acesso à energia elétrica. Esses mutirões ultrapassam a ideia utilitarista, são entendidos como um espaço pedagógico de aprendizagem coletiva. E, mais ainda, como uma forma de ação política, além de representar a união dos camponeses e a luta por acesso a serviços públicos historicamente negados. Eles não existem separados do restante da vida. Durante o trabalho as pessoas conversam da vida, fofocam, dão risos, fazem brincadeiras e até podem ocorrer desentendimentos. Assim, concluímos que os mutirões, em Monte Sião, continuam vivos na essência camponesa, sendo ressignificados e acionados de acordo com as necessidades econômicas, sociais, políticas, religiosas e culturais da comunidade.

Palavras-chave: reciprocidade; ressignificação dos mutirões; igreja; reprodução do conhecimento.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand the practices and the meaning of the joint effort and how they contribute to the establishment of peasant reciprocity relations, based on an analysis of work, especially on joint effort, as an integral part of peasant life, understood as a space of everyday life reproduction. This study was conducted on Monte Sião Community, Northeastern Pará. For research, we opted for the qualitative methodological approach, however, quantitative methods have also been used as a way to assist the interpretation of social reality. As methodological strategy, we use the case study, conducted with 45 families, worth of participant observation, interviews and questionnaires, which made it possible to understand the story of community training, the installation of the Assembly of God Church, the organization of the APEPA, celebration, the social division of work in household production unit, the spaces of sociability and, above all, understand the organization of different joint efforts and reciprocal relations that are established between farmers and peasants and deities, as well as apprehend the notion of collective effort that the peasants have. The study points to reciprocity in essence peasant. The joint effort until the 20th century was conducted to aid in farm work, in cases of illness, especially in the work of cassava plantations. There were two ways to perform the work of clearings: joint effort and the work of the company. The first, a form of mutual assistance not formalised, but understood as a moral contract; the second understood as an institutionalized form, composed of a fixed group of peasants, with tiered registration occupied positions and the activities to be performed. With the socioeconomic transformations, the input of the marketing the açai berry and the depletion of natural resources, the plantations are no longer the main economic activity of the farmers and, as a consequence, the work of company wouldn't exist in the work of clearings, being ressignificado and gaining strength in other activities, such as in the religious institution, where the villagers gather in joint efforts driven by a sense of faith and friendship to perform certain jobs, such as buildings, celebrations, crafts and campaigns to capture financial resources to donate to God, a relationship of reciprocity between men and God. The Association, during a period, also triggered the collective efforts for the management of the palm heart tree and making handicrafts. And, lastly, the joint effort organized by the peasants to have access to electricity. These joint efforts go beyond the utilitarian idea, are understood as a pedagogical space of collective learning. And, even more so, as a form of political action, in addition to representing the union of peasants and the struggle for access to public services historically denied. They don't exist apart from the rest of life. While working people talk of life, gossip, give laughter, make jokes and even disagreements may occur. Thus, we conclude that the joint efforts, in Monte Sião, still alive in essence, peasant being redefined and fired according to the economic, social, political, cultural and religious needs of community.

Keywords: reciprocity; reframing the task forces; church; reproduction of knowledge

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa de localização do Município São Domingos do Capim-PA.....	26
Figura 2. Mapa de localização da Comunidade Monte Sião.....	29
Figura 3. Construção do mapa da comunidade.....	38
Figura 4. Mapa da comunidade elaborado por moradores do local.....	39
Figura 5. Representação de uma área de derruba no trabalho de companhia.....	54
Figura 6. A representação da atividade de roçagem na companhia.....	55
Figura 7. Transporte da Comunidade Monte Sião.....	62
Figura 8. Localização das casas.....	63
Figura 9. A) APEPA; B) barracão da igreja; C) faixada da Igreja Assembleia de Deus; D) interior da Igreja Assembleia de Deus; E) Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Conceição; F) taberna.....	64
Figura 10. A) Crianças jogando futebol num campo ao lado da casa; B), C) e D) Crianças brincando no rio.....	65
Figura 11. Atividades produtivas desenvolvidas pelos camponeses de Monte Sião.....	68
Figura 12. Açaizal da propriedade de seu Manoel Raulins.....	70
Figura 13. Seu Augustinho destalando guarumã para tecer paneiro.....	74
Figura 14. Atividades domésticas realizadas pelas mulheres da comunidade Monte Sião.....	77
Figura 15. Dona Emília tecendo um atorá.....	79
Figura 16. Produção de farinha.....	84
Figura 17. Processo de extração de óleo da semente de andiroba.....	85
Figura 18. Celebrações na igreja Assembleia de Deus.....	87
Figura 19. Homens e mulheres unidos em mutirão a Deus: preparativos para o Festival do Açaí.....	101
Figura 20. Mutirão para Preparação do Artesanato.....	106
Figura 21. Construção do Palco para Festival do Açaí.....	107
Figura 22. Mutirão da Energia.....	129

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. PERGUNTA DE PESQUISA	15
1.2. OBJETIVO GERAL.....	15
1.2.1. Objetivos Específicos	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE CAMPESINATO	16
2.2. AS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE NO MUTIRÃO.....	19
2.2.1. Os Mutirões no Meio Rural	21
3. METODOLOGIA.....	25
3.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	25
3.1.1 Caracterização da Comunidade Monte Sião.....	28
3.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	29
3.2.1. Estratégia de Pesquisa.....	31
3.2.2 Observação	31
3.2.3 Entrevista Não Diretiva.....	32
3.2.4. Aplicação de Questionários.....	33
3.2.5. Construção do Mapa da Comunidade pelos Atores Sociais da Pesquisa.....	33
3.3A PESQUISA DE CAMPO.....	33
3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	40
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
4.1 TESSITURAS SOBRE A COMUNIDADE MONTE SIÃO.....	41
4.1.1 Memórias do Lugar	41
4.2 A CORNETA JÁ SOOU: O TRABALHO DE COMPANHIA EM SÃO DOMINGOS DO CAPIM	46
4.2.1 A Companhia: uma Institucionalização dos Mutirões.....	46

4.2.2 Do Roçado à Cozinha: Companheiros Guiados ao Som da Corneta e Choro de Alegria!	51
4.2.3 A festa de Nossa Senhora do Livramento: “Advogada dos trabalhadores da Companhia”	57
4.2.3 Ressignificação do Trabalho de Companhia	59
4.3 A COMUNIDADE MONTE SIÃO HOJE	62
4.3.1 Quem São os Camponeses de Monte Sião?	66
4.3.2 Sistema de Produção	69
4.3.3 A Organização do Trabalho na Unidade de Produção Familiar (UPF)	75
4.4 OS MUTIRÕES A DEUS, AOS HOMENS E ÀS FAMÍLIAS EM MONTE SIÃO	91
4.4.1 Doações de Trabalho e Festejos a Deus: Fé, Bênçãos e Pedidos	93
4.4.2 “Meu Trabalho é para Deus”: Grupo de Mulheres do Artesanato	101
4.4.3 Homens a Serviço da Igreja	107
4.4.4 O Festival	108
4.4.5 A Influência do Cenário de Políticas Públicas como Impulsionadoras dos Mutirões Organizados pela APEPA em Monte Sião no Período de 2001-2004	110
4.4.7 Mutirão como Forma de Reprodução do Conhecimento e Espaço de Sociabilidade	115
4.4.8 Mutirão do Artesanato	120
4.4.9 “Se a Comunidade não se Reunir em Mutirão na Marra, Não Vai Conseguir Ter Energia”: a Conquista do Acesso a Energia Elétrica	125
5. CONCLUSÃO	130
REFERÊNCIAS	132

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos nessa dissertação reflexões sobre as práticas e o sentido dos mutirões, a partir dos camponeses da comunidade Monte Sião, São Domingos de Capim, Pará. Partimos da compreensão que trabalho não é dissociado do restante da vida, o mutirão é labor e prazer. Nesse sentido, entendemos que para estudar os mutirões, considerados estruturas de reciprocidade camponesas por Sabourin (2009), é necessário entender o universo camponês, suas relações sociais e sua relação com a natureza.

O camponês amazônico mantém relação direta com três ecossistemas— terra, floresta e água, nos quais desenvolve o trabalho, em uma forma de produção extremamente integrada, que explora os recursos naturais renováveis através das atividades de agricultura, extrativismo vegetal e animal. Vale ressaltar que o trabalho está diretamente ligado a força de trabalho familiar (FRAXE, 2000).

É a composição e tamanho da família que define a quantidade mínima e máxima do volume de atividade econômica, ou seja, “a força de trabalho da unidade de exploração doméstica, está totalmente determinada pela disponibilidade de membros capacitados na família” (FRAXE, 2000, p. 80). Entretanto, quando o trabalho excede a força do grupo familiar, é complementado por outras formas de trabalho, como o pagamento de diárias e ajuda mútua, seja sob a forma de mutirão, a troca de dia¹ e o trabalho de parceria ou meia²(WITKOSKI, 2007; FRAXE, 2000 p. 88; NODA *et al.* 1997).

A ajuda mútua é comum entre as populações rurais brasileiras que mantém hábitos de solidariedade aplicados a trabalhos de natureza econômica e social. Essa forma de trabalho aponta para inexistência de uma formalização, mas se fundamenta em uma confiabilidade mútua entre vizinhos, alicerçada na confiança e nas relações de compadrio e amizade (CALDEIRA, 1956). Além do mais, para Sabourin (2011b) essas práticas de ajuda mútua estão em constante processo de transformação a depender das condições de produção, do contexto social, tecnológico e econômico.

De acordo com Noda (1997), o mutirão representa uma maneira de atender as necessidades econômicas e sociais dos camponeses amazônicos, podendo ser entendido como uma forma de resistência ao sistema econômico vigente. Essa forma de trabalho coletivo

¹É uma prática entre os camponeses, acionada no momento de dificuldade ou adversidades, que ocorre a troca de trabalho entre vizinhos (NODA, 1997).

² Quando a força de trabalho familiar não é suficiente para cumprir a demanda de serviços no lote, as pessoas trabalham juntas, geralmente duas ou mais famílias, e como “pagamento” o resultante da produção ou dinheiro é dividido igualmente entre as partes (NODA, 1997).

permanece nas representações sociais dos camponeses amazônicos para realizar uma série de atividades, como a preparação de áreas para plantio, os serviços de tratamentos culturais, a construção de centros comunitários, de igrejas, casas, a partilha de caças, o produto de pescarias, etc.

No entendimento de Souza (2013, p. 17), o mutirão “pode ser compreendido como uma atividade comunitária que, visa, principalmente, a obtenção de benefícios comuns às famílias camponesas para permitir a sua reprodução”, tanto social, econômica, cultural, física quanto do conhecimento.

No entanto, o mutirão representa além do trabalho no sistema de produção e/ou a manutenção dos bens comunitários, sendo o lugar de ação e reafirmação das regras de reciprocidade entre parceiros - vizinhos e parentes. Além disso, é o “trabalhar com os outros” em uma relação entre o trabalho, a festa, a magia e a religião (GODOI *et al.*, 2009, p. 26.). Assim, o trabalho produtivo e o trabalho simbólico presentes nas vilas, povoados e sítios, realizam-se como um momento de sociabilidade (BRANDÃO, 2009).

Nesse contexto, remetemos à comunidade de Monte Sião, localizada no Município de São Domingos do Capim, onde os camponeses residentes mantêm práticas tradicionais de ajuda mútua como o mutirão, as quais se resignificaram a depender das necessidades econômicas e sociais desse grupo social. Até a década de 1980, o mutirão era costumeiramente realizado para auxiliar na limpeza de áreas para roça de mandioca, construção de casas e auxílio em casos de doenças. Este foi deixando de ser acionado em serviços do roçado e se resignificando em novas formas de trabalhos coletivos. Em mutirões da igreja Assembleia de Deus nos mais diversos tipos de atividades, desde construções, artesanatos e preparo de comidas, e os mutirões da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores Artesanais – APEPA, para manejo dos açaçais e produção de artesanato. Além de mutirões comunitários para buscar o acesso a energia elétrica.

Diante do exposto, o estudo visa compreender o sentido e as práticas do mutirão e as relações sociais construídas a partir dele na comunidade Monte Sião, *locus* de pesquisa deste trabalho. Nesse sentido, é importante ressaltar que o mutirão ultrapassa a natureza econômica, o que permite compreender que esse tipo de ajuda mútua entre os camponeses é um espaço onde se estabelecem e reafirmam determinadas relações sociais, como as relações de reciprocidade.

Para a construção dessa dissertação, contamos com contribuições teóricas sobre: o campesinato, utilizando autores, como Wolf (1970), Chayanov (1981), Garcia Junior (1983), Wagley (1988), Fraxe (2007), Wanderley (2009), Woortmann (2009) e Moreira e Hébette

(2009); sobre mutirão e relações de reciprocidade, a exemplo de Caldeira (1956), Galvão (1959), Cândido 2001 [1964], Wagley (1988), Sabourin (2006; 2008; 2011), Brandão (2009); Godoi *et al.* (2009), Mauss (2013), Souza (2013); e, sobre mutirão como espaço de sociabilidade, valendo-se de Caldeira (1956), Galvão (1959), Simmel (1983) e Brandão (2009).

A dissertação está estruturada em seis capítulos, sendo: o primeiro capítulo, a introdução em questão; o segundo capítulo demonstra os métodos utilizados durante a pesquisa de campo e os percursos metodológicos; o terceiro capítulo corresponde ao referencial teórico que compreende as categorias campesinato, mutirão e as relações de reciprocidade; no quarto capítulo apresentamos os resultados e discussões, tratando desde a formação da comunidade, quem são os camponeses, as formas de ajuda mútua representados como trabalho de companhia e os mutirões; e, por último apresentamos as conclusões.

1.1.PERGUNTA DE PESQUISA

A partir da problemática apresentada anteriormente, parte-se do seguinte questionamento: Como são compreendidos, definidos e reproduzidos os laços de reciprocidade decorrentes da prática do mutirão na comunidade de Monte Sião?

Para respondê-lo recorrer-se-á a outras perguntas, tais como:

1. Quais as atividades são desenvolvidas em mutirão?
2. Quais os papéis desempenhados pelos participantes do mutirão?
3. Em que circunstâncias os camponeses recorrem aos mutirões?
4. Quem são os atores sociais que participam dos mutirões?
5. Que relações sociais são essas?
6. Essas relações sociais são constituídas por meio do mutirão?
7. Qual a percepção dos sujeitos sociais a cerca do mutirão?

1.2.OBJETIVO GERAL

Compreender as práticas e o sentido do mutirão na comunidade de Monte Sião e como os mesmos contribuem para o estabelecimento das relações de reciprocidade.

1.2.1. Objetivos Específicos

- ✓ Identificar os atores sociais que participam do mutirão;
- ✓ Identificar e descrever as práticas sociais designadas de mutirão;
- ✓ Verificar em quais circunstâncias os camponeses recorrem ao mutirão;
- ✓ Compreender como se constituem as relações de reciprocidade entre os atores que participam do mutirão;
- ✓ Aprender as percepções dos atores acerca do papel do mutirão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE CAMPESINATO

Partimos do entendimento que há uma diversidade camponesa, que se difere das outras sociedades pela forma como se relaciona com seu grupo social, por sua relação com a natureza e suas cosmologias. Para aprendermos sobre as sociedades é necessário partimos da empiria, observando as relações dentro e fora das unidades familiares e o contexto histórico dessas sociedades, mas munidos de aporte teórico sobre o tema. Nesse sentido, para compreendermos os camponeses de Monte Sião, buscamos conhecer sua organização social e a história de formação da comunidade, mas, além disso, nos dedicamos nos estudos sobre o campesinato clássico no mundo e o campesinato na Amazônia.

No livro intitulado *Sociedades Camponesas* de autoria de Eric Wolf (1970, p. 10), um dos grandes autores sobre o campesinato, este demonstra que o “mundo camponês não é amorfo”, mas ordenado, “possuindo formas particulares de organização social”, as quais variam de um ambiente camponês para o outro. Desse modo, evidencia-se que generalizações não se adequam a todas as sociedades camponesas.

Estas sociedades tem uma organização social própria, segundo Wanderley (2009, p. 160) os camponeses estão imersos em uma sociabilidade específica, que permite definir as sociedades rurais como “sociedades de interconhecimentos”, isto é, onde as relações sociais “ultrapassam os laços de família e parentesco”, no qual todos os membros do grupo estão envolvidos em uma coletividade maior, que possibilita que todos se conheçam em profundidade.

Ainda sobre a sociabilidade presente nas sociedades camponesas, Wolf (1970) enfatiza que as sociedades não apresentam apenas necessidades de alimentar-se, mas de manter

relações sociais. Para o referido autor, o camponês seria um cultivador rural que não trabalha com metas de uma empresa e sim com o objetivo de alimentar e prover os fundos sociais da família, isto é, produz além do necessário para seu mínimo calórico e do exigido para manutenção de recursos materiais. Os camponeses também trabalham em prol do que chamou de “excedentes sociais” – fundo cerimonial.

Wolf (1970, p. 28), também afirma que a unidade camponesa não é somente uma organização produtiva, configura-se como uma unidade de produção e unidade de consumo, ou seja, “ela tem tanto bocas para alimentar quanto mãos para trabalhar”. A essa unidade camponesa cabe suprir as necessidades de alimentos como também atender as necessidades do fundo cerimonial, sendo a lógica camponesa baseada em suprir as necessidades do grupo doméstico.

Tendo como enfoque a perspectiva econômica do russo Alexandre Chayanov (1981), o qual fez uma análise do funcionamento da unidade de produção pela perspectiva econômica, caracterizando a unidade de produção familiar como sendo igual a unidade de consumo, e a força de trabalho nesta unidade baseada no tamanho e composição da família e no grau de auto-exploração. Para o autor, o grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre as necessidades da família e a penosidade do trabalho. Assim, quando a produtividade aumenta na unidade de produção, inevitavelmente diminuirá o grau de auto-exploração. O contrário também pode ocorrer, devido a intensificação do trabalho em virtude das necessidades dos membros da família.

Corroborando com essa discussão, Garcia Jr. (1983) em sua obra “Terra de trabalho” ao estudar os pequenos produtores que circundavam a plantação canavieira, evidencia que o trabalho familiar no roçado depende da composição, sexo e idade dos membros da família, e o resultante da produção do roçado é destinado ao consumo socialmente necessário da unidade doméstica ou para a venda.

Para Woortmann (2009) a lógica do consorciamento da lavoura não diz respeito somente ao trabalho produtivo familiar, considera que:

[...] a produção camponesa é familiar não apenas no sentido de usar a força de trabalho familiar (o que implica mudanças ao longo do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, como já mostrava Chayanov, 1974), mas também que o sítio produz de acordo com as necessidades dos variados membros da família- crianças, mulheres gestantes ou “de resguardo”, doentes, idosos-, o que implica não só em distintos consorciamentos, mas a variadas alocações de partes de terras disponível (2009, p.120).

Retomando a obra de Garcia Jr. (1983, p.210), o trabalho é qualificado como “um ato de fecundação que os homens realizam sobre a terra”. De acordo com o autor, é pelo trabalho

que os homens provocam a terra a reproduzir em quantidade adequada o alimento, assim, o trabalho de cultivar a terra pelo grupo doméstico proporciona elementos necessários à sua sobrevivência.

A relação do camponês com a natureza tem uma moral própria, uma construção social simbólica que incorpora a noção de um equilíbrio no “**triângulo Deus, homem e terra**, uma percepção moral da relação com a terra e entre os homens”. Configura-se uma relação de reciprocidade entre “Deus, homem e terra”, onde o trabalho do homem é cuidar da terra (natureza em geral); a terra como forma de agradecimento ao trabalho respeitoso do homem, retribui com as plantas e; cabe a Deus o papel de fazer chover, caso o camponês tenha tido uma boa conduta (WORTMANN, 2009, p.119).

A moral do camponês (WORTMANN, 2009), diz respeito ao modo de vida desses grupos sociais, sua relação com a natureza e com pessoas que não fazem parte do seu grupo familiar. O camponês precisa ter a confiança de seus vizinhos e vice-versa para que ambos estabeleçam relações de reciprocidade e solidariedade para com o outro. Seria como dizer que a palavra e os atos de um camponês valem mais que um documento escrito.

Moreira e Hébette (2009 p. 187), em pesquisa sobre o campesinato amazônico, ressaltam que o campesinato é entendido como “um modo de vida específico” marcado principalmente pela relação direta com a natureza –“base de sua produção material e reprodução social” -, e por sua organização social fundamentada nas relações familiares, de parentesco e vizinhança.

Com perspectiva semelhante, Charles Wagley (1988), em seu estudo sobre a comunidade de Itá (nome fictício de uma aldeia real no baixo Amazonas) no Estado do Amazonas, assinala que as relações sociais das comunidades amazônicas são estabelecidas pela família e pelas relações de compadrio. Os compadres, nesse contexto, geralmente são amigos, parentes e vizinhos, que são escolhidos de acordo com interesses pessoais, assim, são estabelecidas relações de reciprocidade, onde um proporciona ao outro conforto financeiro e moral. Para Wagley (1988, p. 162) “os pais e seus compadres e comadres devem manter uma relação de respeito mútuo e de íntima amizade”.

Entende-se que o modo de vida camponês amazônico ocorre em diversas modalidades de tempo e em ecossistemas e lugares diferentes, o que contribui para sua heterogeneidade. Nesse sentido, o campesinato amazônico atual é representado por grupos diversos - agricultores, pescadores e extrativistas vegetais - que desenvolvem diferentes atividades, tais como: agricultura, criação animal, pesca e diferentes formas de extrativismo. (MOREIRA; HÉBETTE, 2009).

Para Fraxe (2007), o termo camponês tem sido utilizado em diversos contextos, desde os mais restritos, que incluem os cultivadores do solo, até os mais amplos, que compreendem todo trabalhador rural do campo ou aqueles que partilham de segmentos das sociedades nacionais, através das culturas caiçara, caipira e cabocla.

Porém, a referida autora ressalta que o camponês amazônico, sobretudo o de várzea, se diferencia dos demais- que utilizam apenas a terra como meio de produção e apresenta uma atividade exclusiva-, pois exercem “várias atividades simultâneas e nenhuma exclusiva, utilizando, além da terra, a água como principal meio de produção” (FRAXE, 2000 p.14).

2.2.AS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE NO MUTIRÃO

O termo mutirão é definido como uma prática de trabalho coletivo alicerçada em formas de cooperação de ajuda mútua, estabelecidas a partir das relações de reciprocidade. Tal prática é desenvolvida envolvendo relações de amizade, parentesco, vizinhança e compadrio (CALDEIRA, 1956).

Para Hélio Galvão (1959, p.16) em sua obra *O Mutirão No Nordeste*,

Mutirão é uma instituição universal, cultivada geralmente nos grupos primários, onde o organizador, necessitando de uma rápida, larga e eficiente cooperação para um serviço, a solicita dos seus vizinhos, comprometendo-se tacitamente a retribuí-la nas mesmas circunstâncias, tão logo seja pedida essa retribuição.

Por sua vez, Antônio Cândido (2001[1964]) em sua obra *Os parceiros do Rio Bonito*, ao analisar a prática do mutirão - forma de trabalho coletivo que reúne parentes, amigos, compadres e vizinhos -, não menciona o termo reciprocidade, mas avalia essa prática como um ato de solidariedade.

Para Antônio Cândido (2001 [1964]) o mutirão,

[...] consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram (2001 [1964], p. 88).

Nesse sentido, o mutirão não é apenas a troca, mas, sobretudo, a dádiva. Ao mesmo tempo em que se tem a obrigação de receber o trabalho oferecido pelo outro, se instaura uma dívida com este que ofertou o trabalho, o qual espera a retribuição no momento em que precisar (SABOURIN, 2008). Portanto, no ato do mutirão, não existe um contrato legal que

obrigue as partes a retribuir o trabalho prestado, o que há é o estabelecimento de uma relação social, que pode ser entendida como um contrato moral ou obrigação orientada por códigos morais. Assim, “aquele devedor que por qualquer motivo – sem se desculpar – faltar ao mutirão do seu credor, sofre a sanção moral coercitiva da comunidade em que vive” (CALDEIRA, 1956, p. 32).

Diante do exposto, concluímos que o ato do mutirão é regido por relações de reciprocidade, as quais representam uma preocupação para com o outro, ou seja, no mutirão a reciprocidade implica a ideia de possível retorno do trabalho ofertado, mesmo que não imediato, mas assim que possível entre as famílias de uma comunidade (SABOURIN, 2008). Porém, a noção de reciprocidade vai além da permuta de bens e serviço entre as pessoas, configura-se como “um ato reflexivo entre sujeitos, uma relação intersubjetiva” (SABOURIN, 2011a, p. 21).

Nesta perspectiva, as relações de reciprocidade estabelecidas no mutirão “produzem ou reproduzem, além de valores materiais de uso, valores de amizade e de confiança”, são momentos com marcas simbólicas, festas e alimentos (SABOURIN, 2011a, p.117).

O mutirão representa uma forma de reciprocidade, da dádiva, envolve a obrigação; o dar, o receber e o retribuir de Mauss (2013). Assim o dar, corresponde a ajuda; o receber, acolher a ajuda oriunda dos indivíduos envolvidos e o retribuir no momento em que houver outro mutirão. Neste sentido, laços de reciprocidade são tecidos entre os envolvidos, não figurando-se apenas como um trabalho em si, mas como um “acontecimento social”, permeado por brincadeiras, risadas, bebidas, relações de poder e principalmente, o fortalecimento dos laços sociais entre os membros da comunidade.

Mauss (2013, p.9) ao estudar a civilização escandinava e em muitas outras, observou que “as trocas e os contratos” entre pessoas ocorria “sob a forma de presentes, em teoria, voluntários, na verdade obrigatoriamente dados e retribuídos”.

O autor ao estudar o regime contratual e o sistema das prestações econômicas nas sociedades primitivas, conhecidas como arcaicas, concluiu que “existe aí um enorme conjunto de fatos”, que neles tudo se mistura. Para Mauss esses fenômenos eram considerados “fatos sociais totais”, pois a dádiva envolvia diversas instituições: religiosas, jurídicas, morais, políticas e econômicas.

Destacou também, o caráter voluntário, aparentemente livre e gratuito, no entanto, obrigatório e interessado das prestações. É obrigação retribuir uma dádiva (presentes, gestos, palavras), mas não é menos importante os outros dois elementos da dádiva: as obrigações de dar e receber, pois recusar dar e receber equivaleria declarar guerra, seria recusar uma aliança.

Em uma das observações de Mauss (2013, p.25), ele constatou na religião maori que a coisa dada tem algo de si, do doador, pois a própria coisa ofertada tem uma alma, onde “apresentar alguma coisa a alguém é apresentar algo de si”. Porém, quem recebeu precisa retribuir, “pois aceitar alguma coisa de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma; a conservação dessa coisa seria perigosa e mortal”. O referido autor baseando-se pelo direito maori diz “que o vínculo das coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem uma alma”.

2.2.1.Os Mutirões no Meio Rural

Como já assinalado, o termo mutirão designa uma forma de ajuda mútua, regida por princípios da reciprocidade, tendo como incentivador dessa prática diversos fatores e situações. Tal prática, como já afirmava Caldeira (1956), pode ser acionada em diversas situações como mortes, doenças, partos, casamentos, batizados, acidentes de trabalho, produção agrícola (derrubadas, roçadas, encoivramento, queimas, semeaduras, limpas, colheitas), cobertura de casas etc. Geralmente esses tipos de uso do mutirão são para prestar auxílio a alguma família necessitada.

O mutirão pode ainda ser utilizado para atender interesses comunitários, na busca de recursos comuns, tais como, “construção ou conserto de estradas vicinais, limpeza de córregos de serventia pública, etc., ou aplicar-se à promoção de atos com finalidades recreativas ou religiosas” (CALDEIRA, 1956, p. 30).

Assim como Caldeira (1956), que evidenciou a necessidade de ajuda em algum tipo de trabalho como elemento motivador do mutirão, no que consiste aos aspectos econômicos do uso dessa prática, outros autores como Charles Wagley (1988) em seu livro *Uma comunidade Amazônica* e Hélio Galvão em seu livro *O mutirão no Nordeste* (1959), também demonstraram o uso do mutirão como uma forma de suprir a necessidade de pessoas para realizar uma determinada tarefa em um tempo reduzido.

Segundo Wagley (1988), os lavradores da comunidade de Itá no estado do Amazonas,

[...] organizam-se às vezes tais grupos de trabalho cooperativo para as várias tarefas do cultivo da mandioca, mas em geral são reservados para o trabalho pesado da roçagem de um sítio. O dono da roça, nessas ocasiões, manda convite a vários homens - a parentes próximos, aos compadres e vizinhos (1988, p. 87).

Além do mutirão se configurar como uma prática destinada a tarefas na produção agrícola ou de infraestrutura, ele também representa um mecanismo de ação política e social, pois, de acordo com o estudo de Souza (2013, p.39) intitulado *Estudo das práticas do*

mutirão: transformação no conhecimento em comunidades tradicionais do Vale do Mearim, estado do Maranhão, o mutirão pode ser interpretado “como um meio pelo qual os camponeses se organizam em relação aos aspectos político, econômico, pedagógico e cultural”, visto que os camponeses por meio dos mutirões se uniram para enfrentar problemas agrários, como a luta pelo livre acesso aos babaçuais - babaçual livre.

Segundo o referido autor, em determinadas situações de conflito agrário e outras decorrentes, o mutirão:

Não é um mutirão utilitário, isto é, para resolver problemas que são restritos a alguma ação imediata como limpeza de roça, colheita, quebra de coco babaçu. As práticas de mutirão saem desta esfera utilitária para o campo das ideias, do debate, das estratégias, sendo percebido mais pelo peso político dos atores sociais envolvidos e de sua força comunitária (SOUZA, 2013, p.40).

Vale ressaltar que outros aspectos da vida social, que ultrapassam o viés político e econômico, também são possibilitados pelo mutirão. Ponte (1985), que estudou os mutirões nas casas de farinha do município de Bragança-PA, por exemplo, mostra o mutirão nesse espaço como uma forma de produção, mas também de reprodução social, bem como o caráter pedagógico e cultural do mutirão, que garante a reprodução material e simbólica desses camponeses.

Nesta perspectiva, se inserem as festas e as outras diversões populares, sagradas ou seculares, que se tornam possíveis pela ação do mutirão. Os festejos dos santos padroeiros ocorrem anualmente, grupos se reúnem para arrecadar donativos para o leilão e fazer convites às pessoas da localidade. O leilão, a que são levados animais vivos, aves, ovos, bebidas, frutas, artesanatos, prática que reflete novas demonstrações de solidariedade popular para objetivo em comum (GALVÃO, 1959).

Os mutirões terão características socioculturais correspondentes às regiões em que se realizam, contudo, alguns traços são comuns a todas as localidades, como a ajuda de vizinhos, parentes e compadres, compensada com a refeição. Os trabalhos mais pesados são desempenhados na maioria das vezes por homens e jovens, porém, não elimina a possibilidade das mulheres trabalharem nos roçados ou em outras atividades consideradas pesadas. No entanto, as mulheres geralmente fazem o mutirão na cozinha, local que se reúnem para fazer a alimentação para os demais integrantes do mutirão. Já as crianças ficam a responsabilidade de transportar a comida de casa à roça, para os homens (GALVÃO, 1959).

É comum o mutirão se realizar com cantos durante o trabalho e ao final do trabalho se realizar a festa. Ermano Stradelli (1929 *apud* CALDEIRA, 1956, p.97) registrou o mutirão do Alto Amazonas (Rio Negro):

AIURI- AJURI- Ajuntamento, reunião (Rio Negro). É a reunião que se efetua a pedido do dono do trabalho, que precisa de adjutório para levar a efeito algum trabalho que precisa fazer-se no menor tempo possível, como seria derrubar o mato, barrear as paredes das casas de taipa, etc. O dono do serviço, que se prepara sempre com antecedência, pelo tempo em que dura o trabalho, trata os convidados largamente, tanto de comida como de bebidas, e no fim há geralmente ladainhas e danças. É prática de boa vizinhança, e os que acodem ao convite adquirem por sua vez o direito de ver retribuído, quando for preciso, o auxílio que prestam. É o mesmo que no Baixo Amazonas se chama putirum.

Vale destacar que os cantos não se constituem em elemento obrigatório nos mutirões, e é até desconhecido em muitos lugares. Mas é um hábito que acontece em muitas localidades. A festa que geralmente encerra o encontro solidário de vizinhos constitui um dos elementos estruturais do mutirão, pois é uma forma de agradecimento imediato às pessoas que participaram daquele dia de serviço, mas, sobretudo, é um sentimento essencialmente comemorativo (CALDEIRA, 1956).

Dessa forma, o mutirão ultrapassa as condições materiais de existir, que, grosso modo, pode ser considerada a complementação da mão-de-obra ou a ajuda mútua em algum tipo de trabalho. Assim, o espaço do mutirão constitui um espaço de dualidade: labor e prazer. Além das atividades produtivas, esse espaço se realiza como local de encontro de parentes, vizinhos e amigos, os quais conversam da vida cotidiana, brincam e estabelecem laços de reciprocidade, um momento de sociabilidade.

Para Simmel (1983), a sociabilidade é o sentimento das pessoas estarem se relacionando com outras pessoas e sentirem prazer com esse relacionamento, uma interação lúdica entre os indivíduos, algo que é feito com prazer. A sociação é baseada em interesses e necessidades específicas que contribuem para formação de associações construídas entre os indivíduos. Portanto, “além de seus conteúdos específicos, todas estas sociações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso” (SIMMEL, 1983, p. 169).

Nesse sentido, o mutirão se constitui um espaço no qual trabalham tanto homens, quanto mulheres, jovens e crianças, os quais pelo convívio no “trabalho” estabelecem ou reafirmam relações afetivas e generosas, torna-se um trabalho com uma cerimônia de convivência, que relaciona ao mesmo tempo o “serviço”- trabalho produtivo acompanhado de cantos, brincadeiras, conversas e as festas, momento que nasce a sociabilidade, ou seja, a sociabilidade são “as formas nas quais resulta esse processo ganhando vida própria” (SIMMEL, 1983, p. 168).

Por sua vez, é necessário destacar que no espaço do mutirão não apenas se reafirma amizades, podem-se ter conflitos, por exemplo, ocorrência de brigas e desordens nas festas

provocadas pelo excesso de bebida alcoólica. No entanto, é necessário esclarecer que o uso excessivo de álcool e as desavenças que se verificam não constituem uma característica exclusiva da festa subsequente à reunião de trabalho, sendo comuns a vários atos recreativos das populações rurais (CALDEIRA, 1956).

Além disso, as festas com bebidas e comidas são uma forma de reciprocidade instantânea, de retribuir aos que auxiliaram na realização do trabalho coletivo. Também a festa pode representar uma forma de concorrência entre as pessoas da comunidade, em que um quer oferecer mais bebida e comida que o outro a seus convidados (CALDEIRA, 1956).

Brandão (2009) ultrapassa a ideia do mutirão como uma prática utilitarista, em sua compreensão o trabalho é uma festa, é um acontecimento social que envolve o simbólico e o produtivo; o trabalho é prazer, ele não apenas enfatiza as festas depois do trabalho como forma de agradecimento, mas considera sim, o trabalho como festa, uma mistura de coisas e pessoas. Em seu artigo *O trabalho como festa: algumas imagens e palavras sobre o trabalho camponês acompanhado de canto e festa*, afirma que,

Houve no passado e, na verdade, existem até hoje, no entanto, inúmeras situações em que o trabalho produtivo e o trabalho simbólico fundem seus tempos e as lógicas de suas relações sociais e aí, como diria Marcel Mauss em uma das mais belas passagens do *Ensaio sobre a dádiva*, tudo são misturas (2009, p. 40).

Mauss (2013) destaca especificamente estudando os polinésios, que a troca não é simplesmente de bens materiais:

Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São antes de tudo, amabilidade, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma, sobretudo, voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública. Propusemos chamar isso tudo de sistemas de *prestações totais* (MAUSS, 2003, p.14).

Uma forma típica das “prestações totais” foi encontrada no Noroeste americano, o *potlatch*. Este é uma cerimônia religiosa que envolve homenagem, doações de bens a parentes, a honra, o prestígio, a rivalidade e a obrigação de retribuir as dádivas (MAUSS, 2013).

Outra questão importante dos estudos de Mauss que requer atenção especial, principalmente por remeter a comunidade Monte Sião, é a relação de reciprocidade entre os homens e as divindades, que no caso de Monte Sião é da relação de reciprocidade entre os homens e Deus. Nas sociedades do nordeste siberiano e entre os Esquimós do oeste do Alaska e os da costa asiática do estreito de Behring, acredita-se que o *potlatch*, causava efeito não

apenas nos homens, sobre as coisas que eles transmitiam ou consumiam, mas sobre as almas dos mortos que participavam e assistiam a cerimônia. “As trocas de presentes entre os homens, “*name-sakes*”, homônimos dos espíritos, incitam os espíritos dos mortos, os deuses, as coisas, os animais, a natureza, a serem “generosos para com eles”. O sacrifício aos espíritos, aos deuses, tem por objetivo ser uma doação a ser necessariamente retribuída (MAUSS, 2013, p29).

3. METODOLOGIA

O interesse em estudarmos as práticas sociais designadas localmente como mutirão surgiu a partir de uma viagem de cinco dias (07 a 11 de julho de 2014), realizada no âmbito da disciplina de Agroecologia e Sistemas Agroflorestais, ministrada pelos professores Osvaldo Ryohei Kato, Tatiana Sá e Walkimário Lemos, através do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará, cujo objetivo era aproximar os alunos das experiências com Sistemas Agroflorestais implantados por camponeses nos municípios de São Domingos do Capim, Igarapé-Açu, Irituia e Tomé-Açu.

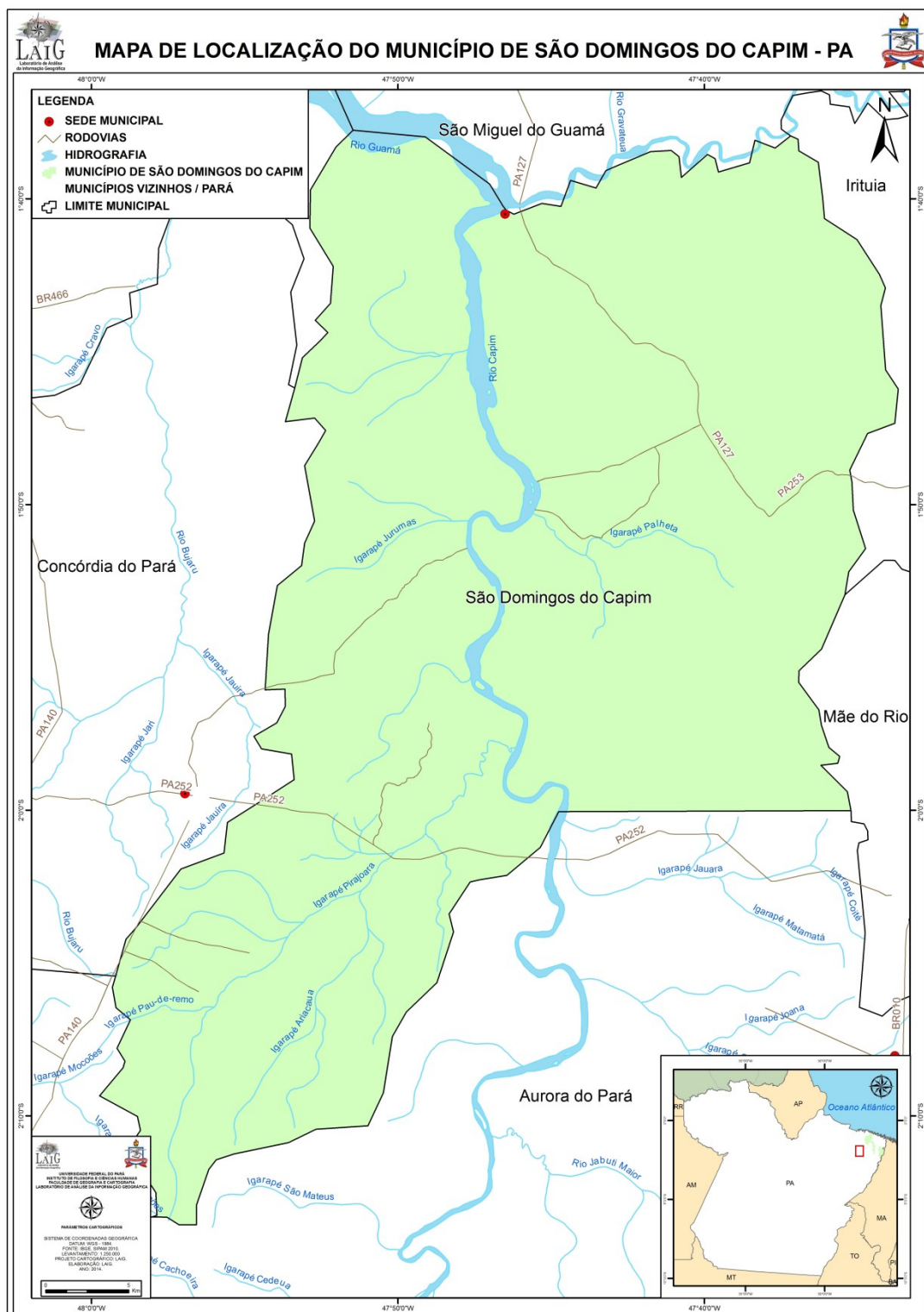
No âmbito da referida viagem, visitamos no dia 07 de julho de 2014 o Sítio São Pedro, localizado às margens do rio Capim, pertencente a um casal de camponeses de Monte Sião, município de São Domingos do Capim, estado do Pará. Ao ouvirmos o relato dos camponeses sobre as estratégias de reprodução social das famílias da comunidade, que inseriram sistemas agroflorestais em suas propriedades e acionaram os mutirões como forma de trabalhar interesses coletivos, nos despertou o interesse em estudar os mutirões. Inicialmente pensamos em estudar apenas os mutirões desenvolvidos pela APEPA, mas com as visitas à comunidade decidimos estudar os principais mutirões que foram e são praticados em Monte Sião, desde os mutirões para fazer roça, que datam início do século XX, até os mutirões realizados nos dias atuais.

3.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de São Domingos do Capim localiza-se na mesorregião do Nordeste Paraense, na Microrregião do Guamá, com 01° 40' 45'' de latitude sul e 47° 46' 17'' de longitude oeste de Greenwich, com altitude de aproximadamente 22 metros. Os limites

territoriais do município são: ao norte com o município de São Miguel do Guamá, a leste com os municípios de Irituia e Mãe do Rio, ao sul com o município de Aurora do Pará, e a oeste com o município de Tomé Açu, Bujaru e Concórdia do Pará (IDESP, 2011) (Figura 1).

Figura 1. Mapa de localização do Município São Domingos do Capim-PA



Fonte: Laboratório de Análise e Informação Geográfica (LAIG), Leon Ferreira, 2013.

O município de São Domingos do Capim ao longo de sua história já recebeu diversas denominações. Em 1932, chamou-se São Domingos de Capim, onze anos depois, simplesmente Capim, posteriormente readquiriu sua primeira denominação, com a qual permanece até os dias atuais. Capim é topônimo de origem tupi e significa “a folha muda, fria, a grama” (IBGE, 2014).

A denominação São Domingos do Capim tem sua origem na “época dos colonizadores, missionários, que passaram a nomear as vilas, povoados e capitânicas com nomes de santos e santos como seus padroeiros”. Os padres adotaram uma maneira sincrética de nomeação, na qual o nome dos santos era seguido dos apelidos dos rios, e assim nasceu São Domingos do Capim (BENCHIMOL, 1995, p. 199).

Não se sabe precisamente a época que se criou o primeiro núcleo populacional de São Domingos do Capim, apenas que remonta os tempos coloniais. Porém o que se tem de registro datado é que em 1758 já existia na localidade um pequeno povoado, que fora elevado nesse mesmo ano, a condição de freguesia com o nome de São Domingos da Boa Vista, por ato de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Em 1833, a então freguesia passou a integrar o município da capital. Já com advento da república em 1890 foi elevada a categoria de vila, ano em que seu território constituiu-se em município, cuja instalação ocorreu em 1891. Atualmente, o município apresenta uma área territorial de 1.677 km² e uma população de 30.701 habitantes (IBGE, 2014).

A economia do município é baseada principalmente na agricultura, com destaque para as culturas de banana, mandioca e açaí; no extrativismo vegetal da castanha do Pará, castanha do caju, lenha e madeira em tora; no comércio (NASCIMENTO, 2004).

As principais manifestações religiosas do município de São Domingos do Capim são: a festa do padroeiro São Domingos de Gusmão, que ocorre no período de 4 a 8 de agosto, acompanhada de procissão, novenas, leilão, apresentações de danças típicas e conjuntos musicais e; o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que ocorre no período de 3 a 8 de setembro, com romaria e torneios (IDESP, 2011).

As manifestações da cultura popular de maior importância são representadas pelos bois-bumbás e os cordões de pássaros, grupos que se organizam para apresentações locais e, até mesmo, na capital do Estado, por ocasião da Feira dos Municípios (IDESP, 2011).

Outros eventos a destacar são os festivais da Canção e Junino, no período de 16 a 18 de novembro e no dia 24 de junho, respectivamente, e o Surf da Pororoca que atrai um crescente número de surfistas, vindos de vários estados brasileiros para tal competição, que é

uma mistura de aventura, misticismo e fenômeno da natureza que só acontece nos rios da Amazônia, nos meses de março, abril e setembro (IDESP, 2011).

Para os moradores do local existe uma lenda, de que, tudo começou com o namoro de um boto com uma bela índia, às margens do rio Capim, e nove meses depois a índia deu a luz três botinhos chamados os “neguinhos”. Como a índia não podia criá-los na tribo, por causa da cor escura do boto Tucuxi, ela os jogou no rio. Com saudades, os neguinhos voltam todo ano e na alegria do reencontro com a mãe, eles agitam o rio e formam a pororoca (IDESP, 2011).

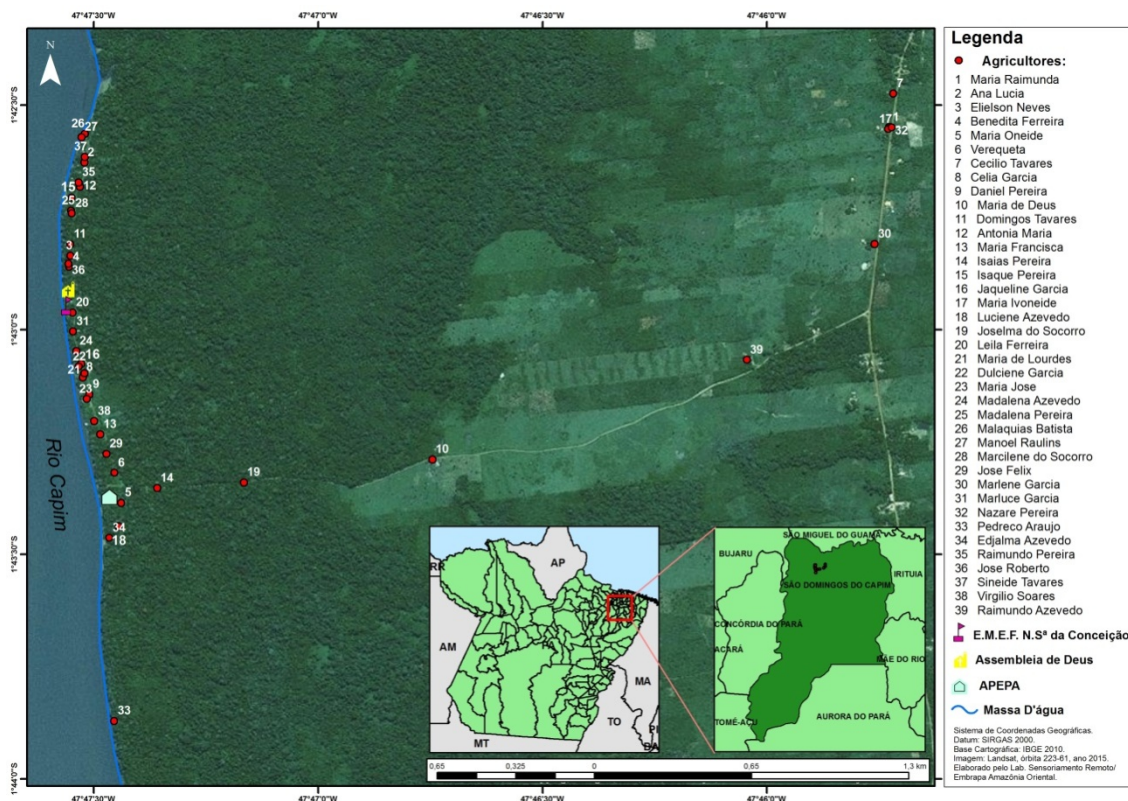
O artesanato de São Domingos do Capim é basicamente decorativo, representado por peças como árvores de Natal, bordados, crochê, tricô, tecelagem, confecções de flores, vasos e pinturas. A igreja Matriz e o Monumento de D. Viseu, construídos em épocas remotas, constituem o patrimônio histórico do município (IDESP, 2011).

Os principais rios do município são rios Capim, Ararandeuá, Surubiju, Candiru-Açu e Candiru-Miri. A cobertura vegetal é representada, principalmente, por capoeira e mata primária, já bastante explorada. Os solos predominantes no município são do tipo Latossolo Amarelo e nas áreas inundáveis, próximas aos rios Guamá e Capim, atestam-se a presença de solos aluviais e hidromórficos indiscriminados. O clima é bastante peculiar à região equatorial: quente e úmido, com temperatura média de 20°C, com a umidade relativa de 91%. A pluviosidade é de 2.350 mm anuais. Apresenta ventos alísios do quadrante nordeste (IDESP, 2011).

3.1.1 Caracterização da Comunidade Monte Sião

A comunidade Monte Sião está localizada no município de São Domingos do Capim, no estado do Pará. A área é cercada pelas fazendas do Mickey, fazenda Santa Fé, Fazenda do Paulinho e o pasto do Edson (Figura 2). Para chegar até a comunidade se dispõe de dois trajetos: um, saindo de barco da orla da cidade de São Domingos do Capim até a comunidade com duração do percurso de aproximadamente 40 minutos; e o outro é pela PA- 127, entrando nos ramais de Urucuritêua e Monte Sião, levando em torno de cinco quilômetros para chegar à comunidade. Atualmente moram 42 famílias em Monte Sião, as quais residem em casas de madeira distribuídas em dois tipos de ecossistemas, as várzeas do rio Capim e áreas de terra firme.

Figura 2. Mapa de localização da Comunidade Monte Sião



Fonte: Laboratório de Sensoriamento Remoto/ Embrapa Amazônia Oriental, Diego Barreiros, 2016.

3.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Em consonância com o tema e objetivos propostos na dissertação em questão, optamos por uma abordagem metodológica qualitativa, pois de acordo com Mota (2005, p. 35) “permite observar a realidade como um processo em construção e permeável às ações dos diferentes atores”, tendo em vista que esta oportuniza “a flexibilização dos procedimentos metodológicos e das reflexões teóricas no curso da pesquisa, e considera as representações que as pessoas têm sobre esses processos”. Essa flexibilização nos métodos utilizados em pesquisa qualitativa, também é destacada por Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2001), que ressaltam que os métodos permitem ao informante maior liberdade de manifestações e ao pesquisador compreender a realidade social.

Entretanto, conforme ressalta Brumer *et al.* (2008, p. 136) “não há um método e uma técnica ótimos de coleta e análise de dados de uma pesquisa empírica”, portanto, métodos quantitativos também foram utilizados como uma forma de auxiliar a interpretação da realidade social.

A execução desta pesquisa foi norteadada por caminhos metodológicos que permitem articular teoria e empiria (DEMO, 1989), no intuito de compreendermos as práticas de mutirão na comunidade Monte Sião e como as mesmas contribuem para o fortalecimento de relações de reciprocidade. Assim, considerando o postulado por Mann (1975) as duas principais fontes de dados sociológicos da pesquisa são provenientes do mundo interno da biblioteca e do mundo externo das pessoas.

A construção metodológica desta pesquisa foi composta de duas etapas: a primeira etapa correspondeu à coleta de dados secundários e posteriormente de dados primários, enquanto a segunda etapa consistiu no tratamento e análise de dados. Estas etapas seguiram as indicações de Roberto Cardoso de Oliveira (2000) sobre os procedimentos indispensáveis para o desenvolvimento de uma pesquisa: “o olhar, o ouvir e o escrever”, sendo o olhar e ouvir procedimentos de apreensão dos fenômenos sociais, enquanto o escrever no gabinete se configura como ato cognitivo que envolve teoria e empirismo.

A primeira etapa correspondeu ao levantamento de dados secundários e apresentou caráter interdisciplinar, recorrendo a conhecimentos da antropologia, sociologia e agronomia, para auxiliar na apreensão dos fatos sociais, pois conforme Oliveira (2000) é preciso estar sensibilizado pela teoria para ter um olhar disciplinado da realidade social. Essa fase correspondeu à revisão de literatura sobre os temas pertinentes a pesquisa – campesinato, mutirão, relação de reciprocidade e sociabilidade. Estes foram levantados em teses, dissertações, livros e outras literaturas, além de informações históricas e demográficas do município de São Domingos do Capim.

Os dados primários foram coletados em campo a partir da observação da realidade. A execução da pesquisa empírica consistiu em oito períodos de campo, com convivência em diferentes espaços públicos e privados da comunidade- casas, escola, igreja, associação - e durante os mutirões. Para coleta de dados utilizamos métodos qualitativos como a observação participante e entrevistas não diretas e métodos quantitativos a partir da aplicação de questionários. Nesta fase, nos norteamos pelo olhar e ouvir que de acordo com Oliveira (2000).

Na segunda etapa realizamos o tratamento e análise dos dados coletados em campo, articulando empiria e teoria.

3.2.1. Estratégia de Pesquisa

Para a realização dessa investigação, optamos como estratégia de pesquisa o estudo de caso por considerarmos um método adequado para compreendermos as práticas de mutirão e como essas práticas possivelmente contribuem para o estabelecimento de relações de reciprocidade entre os camponeses de Monte Sião, pois esse é um método ideal para estudar em profundidade determinado problema de pesquisa numa organização social (BECKER, 1994).

A partir do estudo de caso constituído por 42 famílias, foi possível observarmos, descrevermos e compreendermos os mutirões ofertados a Deus, aos homens e as famílias. A partir da observação e da memória oral dos interlocutores da pesquisa, nos foi possível entender a organização do mutirão, os participantes, as conversas, os cantos e as festas; as relações de reciprocidade que se estabelecem nos mutirões.

O estudo de caso em questão foi realizado com os camponeses da comunidade Monte Sião, tanto os que participam dos mutirões como os que não participam, privilegiando os primeiros, visto que o objetivo era compreendermos as práticas de mutirão e as percepções e representações dos camponeses a cerca do mesmo.

Conforme indicação de Becker (1994) para a realização do estudo de caso o cientista social faz uso da observação participante como principal método de pesquisa, no entanto, se faz necessário utilizar de outros métodos de investigação tais como a entrevista e aplicação de questionário.

3.2.2 Observação

O principal método de investigação no estudo de caso é a observação participante segundo Becker (1994), por possibilitar o acesso a uma gama de dados, de modo a poder descrever e explicar as atividades desenvolvidas em Monte Sião, no sentido de compreendermos as representações e percepções dos sujeitos da pesquisa a cerca do mutirão.

As observações foram realizadas durante as atividades do mutirão e eventos sociais, como reunião da associação, reunião da igreja. Assim, através da observação tornou-se possível apreendermos: as práticas de trabalho nos distintos tipos de mutirão, tais como, identificar as práticas laborais, a divisão social do trabalho, as trocas de conhecimento, o caráter das relações sociais, as manifestações culturais (cantos, orações, comidas e bebidas) e, no caso específico dos mutirões nos SAFs, identificar as práticas de manejo dos sistemas; as

tomadas de decisões sobre o mutirão durante as reuniões, as funções delegadas a cada ator, como coordenação de grupos de trabalho, etc.

Para isto, nos norteamos sobre três técnicas fortemente entrelaçadas: “perceber, memorizar e anotar”, conforme (BEAUD; WEBER, 2007). É importante saber que não se observa sem referência, assim como não existe observação sem anotação, porém, “a anotação não é um exercício de estilo, pois ela se prepara *in situ* e escreve-se às pressas para não se esquecer” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 97- 98).

Além das anotações das observações também foram capturados os registros fotográficos das interações durante o mutirão e dos lugares visitados, uma vez, que o registro de imagens auxiliou no processo de memorização e interpretação posterior dos fatos sociais observados, pois como defende Beaud e Weber (2007) todo material que auxilie na retomada da memória é útil ao pesquisador no momento de escrever.

3.2.3 Entrevista Não Diretiva

O uso da entrevista não diretiva foi priorizado por ser adequada aos objetivos da pesquisa, como maneira de aprendermos e prestarmos contas dos valores e representações que a prática do mutirão tem para os atores sociais da pesquisa em questão. Isso foi possível porque neste tipo de entrevista o pesquisador introduz o tema ao pesquisado como forma de provocar produções verbais do mesmo, o pesquisador eventualmente insere tópicos do seu interesse (MICHELAT, 1987).

A escolha desse método justificou-se pelo fato, que esse tipo de entrevista possibilita ao interlocutor falar livremente com maior grau de liberdade, sem a utilização de um esquema completamente fechado de perguntas. Assim, a informação possibilitada por este tipo de entrevista “é considerada como correspondente a níveis mais profundos, isto é porque parece existir uma relação entre o grau de liberdade deixado ao entrevistado e o nível de profundidade das informações que pode fornecer” (MICHELAT, 1987, p.193).

Para realização das entrevistas do tipo não diretiva em campo seguimos as indicações metodológicas de Beaud e Weber (2007) sobre como preparar, negociar e conduzir uma entrevista. A aplicação das entrevistas teve objetivo de abordar assuntos sobre o histórico da comunidade; a criação e organização da APEPA; a instalação da igreja Assembleia de Deus; buscar a descrição, a partir da memória dos entrevistados, das práticas mutirões realizados no passado; a organização dos mutirões atuais; a noção de mutirão que os camponeses detêm;

identificar os atores sociais que participam do mutirão e verificar em quais circunstâncias os camponeses recorrem ao mutirão.

Algumas entrevistas que realizamos foram estruturadas (com perguntas previamente formuladas). Seguimos um roteiro de perguntas sobre os mutirões e o histórico da comunidade, mas isso não significou que a entrevista limitou-se a essas perguntas, ao contrário, ajudou a aguçar a memória e o interesse dos entrevistados pelo tema pesquisado, que trouxeram para as entrevistas dados que não estavam contemplados nas perguntas.

As entrevistas foram negociadas com antecedência, respeitando o horário dos camponeses. As mesmas foram gravadas com a prévia autorização dos entrevistados/as, anotando apenas as informações as quais julgamos pertinente ao trabalho, visto que as anotações são tão importantes quanto à gravação.

As entrevistas foram direcionadas a diferentes membros da comunidade, representantes da associação, igreja, camponeses que participam e não participam do mutirão, considerando também gênero, faixa etária.

3.2.4. Aplicação de Questionários

A aplicação de questionários foi realizada com camponeses de Monte Sião com o objetivo de traçarmos o perfil dos sujeitos sociais da pesquisa referentes a naturalidade, religião, escolaridade, profissão, lazer, produção agrícola e outras atividades econômicas. Os dados obtidos foram analisados estatisticamente por meio de análise descritiva e avaliados a partir da análise quantitativa e qualitativa de pesquisa.

3.2.5. Construção do Mapa da Comunidade pelos Atores Sociais da Pesquisa

Com o objetivo de entender melhor a delimitação espacial da comunidade e entendermos como as pessoas percebem os ambientes da comunidade, o rio, as estradas, as casas, a escola, a igreja, os plantios, a vegetação, foi construído o mapa participativo. O mapa foi construído, por pessoas de várias faixas etárias, desde crianças, adultos, idosos e jovens.

3.3A PESQUISA DE CAMPO

A primeira visita ao *lôcus* da pesquisa ocorreu no dia 07 de julho de 2014, apesar de naquele momento, o tema da referida pesquisa na ocasião, não estivesse definido, e, por assim

dizer, o “olhar e ouvir”, segundo Oliveira (2000), não estivessem treinados, os dados coletados por meio das observações, anotações do caderno de campo, gravações e fotografias (com prévia autorização dos interlocutores) foram primordiais para iniciarmos a delimitação do problema de pesquisa.

A segunda ida ao campo aconteceu em agosto 2014, na sede da igreja evangélica Assembleia de Deus, na comunidade Monte Sião. Esta viagem teve como objetivo apresentarmos as ideias iniciais do projeto para os camponeses e realizar o primeiro contato com alguns integrantes da comunidade. Estiveram presentes na reunião 10 mulheres, pois naquele dia muitas famílias estavam na colheita do açaí para os preparativos do 1º Festival do Açaí e outras estavam envolvidas no mutirão da instalação da energia elétrica para a comunidade. Durante a reunião as mulheres fizeram a demonstração de alguns artesanatos confeccionados em mutirões da igreja envolvendo mulheres, jovens e crianças.

Nesse campo constatamos por meio das observações que os mutirões eram organizados tanto por instituições, representadas pela igreja Assembleia de Deus e pela APEPA, como por iniciativa da comunidade, como ocorria com o mutirão da energia. Devido ao pouco tempo dos interlocutores da pesquisa para conversarmos, naquele momento não foi possível identificar as formas ou “tipos” de mutirões executados pela comunidade e nem as motivações para que estes se realizem.

A terceira ida ao campo ocorreu no período de 15 a 16 de janeiro de 2015, na comunidade Monte Sião. Este período foi precedido por um investimento em revisão de literatura a respeito da temática que nortearam o projeto de pesquisa (campesinato, mutirão e reciprocidade). Essa ida ao campo teve como objetivo conciliar os dados teóricos levantados na revisão de literatura com a pesquisa empírica, considerando as etapas da pesquisa conforme Man (1975).

Durante esse período os métodos que utilizamos para a coleta de dados compreenderam a observação conforme proposto por Beaud e Weber (2007) e entrevistas não diretivas, e os instrumentos de pesquisa foram: o caderno de campo, no qual anotamos as principais impressões, as datas dos acontecimentos, e os principais mutirões que ocorreram na comunidade; o gravador de voz e máquina fotográfica, que foram utilizados com a prévia autorização dos interlocutores.

Nessa viagem entrevistamos quatro interlocutores da comunidade. Algumas pessoas indicaram seu Zito como a pessoa ideal para contar a história da comunidade. Ele nos concedeu uma narrativa rica em detalhes, relatando os principais acontecimentos desde 1990,

ano de sua chegada em Monte Sião. Os outros três entrevistados, tivemos o objetivo de saber sobre mutirões realizados em Monte Sião.

Essas entrevistas foram cruciais para entendermos a dinâmica da comunidade e para amadurecermos os objetivos e a metodologia do projeto de pesquisa, pois se pode identificar os “tipos” de mutirão a partir do relato dos entrevistados. Além das entrevistas foi possível caminhar pela comunidade para conhecer melhor os espaços públicos, e também participar do culto na igreja Evangélica Assembleia de Deus. Essas três viagens foram consideradas como pré-campo, visto que o projeto de pesquisa da dissertação em questão estava em fase de elaboração.

Após a qualificação do projeto de dissertação nos dedicamos aos ajustes metodológicos, esquematizar como seriam as idas aos campos. Optamos por não fazer um único período em campo, mas parcelarmos em várias viagens, a fim de podermos retornar ao ambiente do escritório e revermos eventuais ajustes metodológicos do trabalho de campo. Outro motivo de não fazer um campo corrido, era o fato de em cada viagem retornarmos a algumas casas dos interlocutores da pesquisa para conversas informais, a fim de complementarmos informações já extraídas e criar uma aproximação maior e, assim, estabelecer uma relação de confiança, visto que o retorno dos pesquisadores ao campo marcava uma relação contínua em que poderia se estabelecer uma relação de confiança entre os atores sociais da pesquisa e os pesquisadores.

Optamos por ficarmos em diferentes casas durante os campos, a fim de nos aproximarmos de toda a comunidade, e também ter várias indicações sobre quem entrevistar. Após a qualificação foi realizada cinco viagens a campo, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Os campos após a qualificação do projeto de dissertação.

Período de campo	Objetivo
02 a 06 de abril de 2015	Realizar entrevistas, observações e acompanhar a reunião da associação;
22 a 26 de junho de 2015	Aplicação de questionários (n=38), entrevistas abertas e observação;
13 a 16 de julho de 2015	Entrevistas, observação e construção do mapa da comunidade;
21 a 24 de julho de 2015	Entrevistas, acompanhamento do mutirão do artesanato, observação e participação nos cultos;
2 a 6 de setembro de 2015	Acompanhamento dos mutirões pré - Festival do Açaí e durante o festival.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A visita à comunidade nos dias 02 a 06 de abril de 2015 teve como objetivo acompanharmos a reunião da associação, realizar entrevistas e apresentarmos o projeto de pesquisa a comunidade, algumas pessoas já sabiam sobre o trabalho, porque anteriormente tínhamos conversado sobre a pesquisa. Durante a reunião apresentamos o projeto, conhecemos novos atores e pudemos observar por meio das conversas informais que havia um clima de tensão entre os camponeses de Monte Sião e o sócio presidente da Associação.

Este campo ocorreu durante a semana santa, o que nos proporcionou entrevistar um ex-morador de Monte Sião, seu Teodorico, o qual estava a passeio na comunidade para visitar seus familiares. A entrevista foi longa e rica em detalhes sobre a descrição do trabalho de companhia realizado para o trabalho das roças de mandioca, do qual seu Teodorico participava. Ele contou com detalhes aspectos sobre a festa da companhia, os cantos que acompanhavam o trabalho. Seu relato foi carregado de emoção, por alguns instantes, lágrimas lhe vieram aos olhos. Ele ainda nos concedeu a indicação de outras integrantes vivos da companhia que poderíamos entrevistar.

Nesse campo também foi realizada entrevista com dona Raimunda, uma integrante do grupo de mulheres da igreja. A entrevista foi mais uma conversa com o objetivo de nos aproximarmos da interlocutora. Aproveitamos a ocasião para pedirmos para ficarmos hospedados em sua casa no campo seguinte.

A viagem a campo dos dias 22 a 26 de junho de 2015 aplicamos os questionários com as famílias de Monte Sião. A partir dos questionários traçamos o perfil dos camponeses, estabelecemos um contato mais próximo com todas as famílias da comunidade e pudemos escolher os atores sociais que seriam entrevistados para cada questão a ser pesquisada: história da comunidade, trabalho de companhia, mutirão para fazer roças, mutirão do artesanato grupo da APEPA, mutirão da construção da igreja, mutirão do artesanato do grupo de mulheres da igreja, Festival do Açaí, mutirão do manejo dos açazais e mutirão da energia.

Essa estratégia que escolhemos demonstrou-se positiva, porque podemos ter um olhar geral das pessoas da comunidade: evangélicos, católicos, participantes ou não de mutirões e, assim, evitar que algumas lideranças locais interferissem nas escolhas dos entrevistados.

A viagem do dia 13 a 16 de julho de 2015 foi para realizarmos entrevistas com as pessoas escolhidas durante a aplicação dos questionários. As entrevistas foram gravadas com prévia autorização dos entrevistados e as informações pertinentes descrevemos no caderno de campo. Essas entrevistas geralmente aconteciam na cozinha, quando as entrevistadas eram mulheres, e na sala quando os entrevistados eram os homens.

Além das entrevistas, realizamos a observação, assim como nos outros campos, sobre o dia a dia dos camponeses de Monte Sião, sua relação com o rio, com a palmeira açai, com a igreja, os trabalhos, as brincadeiras e as conversas.

Durante esse campo houve a construção do mapa da comunidade. Essa atividade foi na casa de Seu Manoel, morador de Monte Sião, estiveram presentes 21 pessoas, entre crianças, jovens e adultos. A construção do mapa levou a manhã e a tarde do dia 15 de julho de 2015. Foram colocadas as cartolinas sobre uma mesa, localizada no quintal, a beira do rio Capim. Primeiro foi desenhado o rio e a estrada da beira do rio, e partir daí foram marcados os espaços onde ficariam as casas. Estas estavam sendo pintadas pelas crianças, enquanto que os adultos e jovens desenhavam os espaços de sociabilidade, a vegetação e os outros ramais, conforme Figura 3.

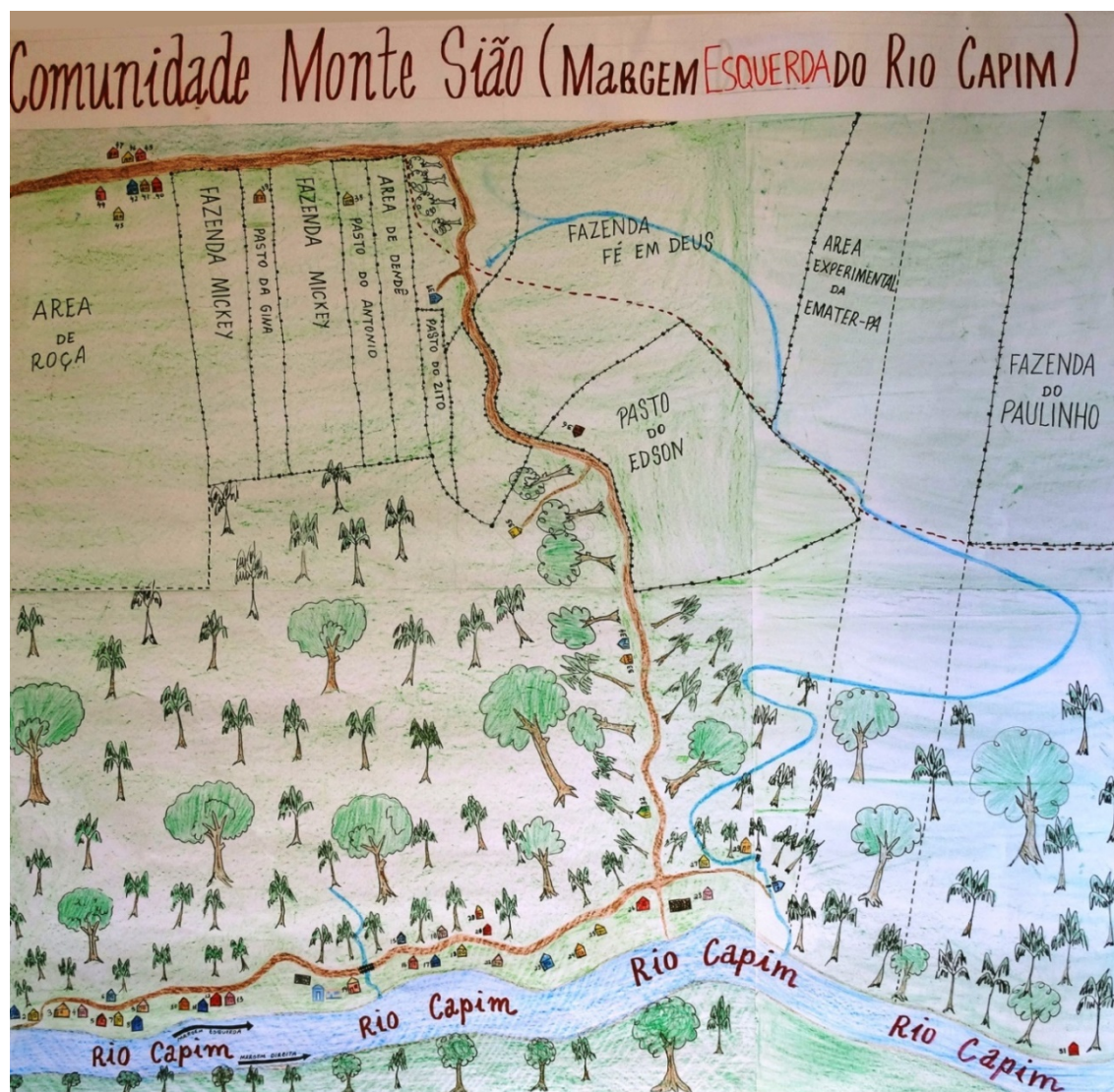
Houve um almoço coletivo as 13:00 horas com uma feijoada, galinha caipira e açai doado pelo dona da casa. À tarde as crianças já tinham terminado de pintar as casas para o mapa, aproveitaram para tomar banho no rio, brincar. E o mapa foi finalizado pelos adultos, conforme Figura 4. Esse espaço foi importante porque eles comentavam assuntos sobre a comunidade, os mais velhos retomavam histórias do passado. As informações mais pertinentes foram anotadas no caderno de campo.

Figura 3. Construção do mapa da comunidade, A) as crianças pintando as casas que foram anexadas ao mapa, B) um dos participantes da construção do mapa orientando as crianças, C) D) e E) as pessoas desenhando o mapa e, F) almoço coletivo dos participantes da construção do mapa.



Fonte: Josiele Andrade, 2015.

Figura 4. Mapa da comunidade elaborado por moradores do local.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Na viagem dos dias 21 a 24 de julho de 2015 realizamos as entrevistas que já haviam sido marcadas no campo anterior, além das observações. Nesse campo também acompanhamos o mutirão, fazendo os registros fotográficos para auxiliar na pesquisa, anotando alguns assuntos pertinentes, como as etapas de produção da cestaria, a divisão do trabalho, as conversas e as brincadeiras. Além disso, realizamos a observação participante com o intuito de compreender melhor sobre o saber tecer cestarias. Esse momento foi rico, pois não contava apenas com a memória dos pesquisados, mas com olhar, as observações dos pesquisadores.

O último campo de 02 a 06 de setembro de 2015 teve como objetivo, acompanharmos as atividades de preparação do Festival do Açaí. Apesar de não termos realizado entrevistas,

esse campo mostrou-se rico em informações que foram coletadas por meio de observações, fotografias e anotações. Durante esses dias podemos acompanhar toda a divisão dos grupos de trabalho, os diferentes mutirões para preparação da festa, além disso, as conversas, os gestos - risos, abraços, aperto de mãos- entre os integrantes. Também coletamos as formas de prestação a Deus, como os louvores, pregações e comidas; a organização do trabalho durante o festival, para que as pessoas que estavam trabalhando também pudessem ter seu momento para aproveitar o festival e as prestações entre os homens, a maioria das vezes sendo representada por gestos simbólicos.

Todas essas informações foram anotadas no caderno de campo, algumas já com uma análise, mesmo que crua. Mas depois dos campos todos os resultados foram analisados e interpretados, seguindo as indicações de pesquisadores experientes.

3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Seguindo as orientações de Beaud e Weber (2007), nessa etapa todas as entrevistas e observações foram transcritas, contextualizadas e confrontadas para análise com base nos estudos teóricos, as quais foram hierarquizadas por categorias: as entrevistas mais informativas (as que corresponderam ao pré-campo), entrevistas mais ampla (correspondentes aos campos). Além disso, os questionários foram tabulados e as informações tratadas estatisticamente (através do software *IBM SPSS Statistic*[®]) possibilitando a construção de gráficos e tabelas que auxiliaram na discussão dos dados. Por fim, os registros fotográficos foram selecionados e tratados, a fim de possibilitar a ilustração dos fatos abordados.

Nesse sentido, apreendendo que o escrever é um ato cognitivo feito pelo pesquisador dentro de seu gabinete, onde além de descrever as observações e entrevistas, também imprime suas interpretações e faz usos de teorias. É uma tarefa árdua, em que o pesquisador escreve para seus pares, além do sentido do nativo na análise e interpretação o pesquisador deverá expressar a significação da realidade estudada (OLIVEIRA, 2000).

Assim, os dados coletados foram reunidos, selecionados e dialogados com as teorias sociais pertinentes, para assim, buscar, da forma mais fiel possível, explicar cientificamente a realidade social observada, na forma de dissertação, artigos e relatórios de pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 TESSITURAS SOBRE A COMUNIDADE MONTE SIÃO

Esta seção visa abordar o histórico da comunidade desde os primeiros moradores da localidade, com os principais acontecimentos guardados na memória dos que fizeram parte dessa história.

4.1.1 Memórias do Lugar

A comunidade Monte Sião é composta por oito grandes famílias³. As mais antigas do local são os Tavares, às quais logo depois se juntaram os Pereira, os Garcia, os Ferreira e os Batistas. Já nos anos 1980 chegaram outras famílias, como os Azevedo, os Araújo e os Soares. Estas famílias foram casando entre si, formando novas gerações, com exceção da família Araújo, a qual seus filhos ainda são solteiros.

De acordo com as narrativas dos moradores da comunidade Monte Sião, provavelmente a família mais antiga no local a estabelecer sua residência na beira do rio Capim, em meados do início do século XX, foi a família Tavares: seu Antônio da Conceição Tavares e sua esposa, dona Mariana Jacinta de Melo. Seus filhos nasceram no local, Ricardina Tavares, José Tavares e Ormindia Tavares. Dona Ricardina Tavares casou-se com um membro de outra família da comunidade, seu José Amadeu Pereira; sua irmã casou com um membro da família Ferreira, seu João Ferreira.

Assim foram acontecendo os casamentos entre as famílias, e, de acordo com os interlocutores, os membros da comunidade são, na maioria, “parentes”, os quais levam em seus sobrenomes: Tavares Pereira, Tavares Ferreira, Pereira Garcia, Ferreira Garcia, Garcia Azevedo, Soares Azevedo, Pereira Soares, Pereira Batista.

Segundo Sabourin (2009), no geral os membros das comunidades camponesas são descendentes de um ancestral comum, formando laços estreitos de parentesco. Este autor, ao estudar a comunidade camponesa Lagoinha (Juazeiro, Bahia), no Nordeste brasileiro, evidenciou que a maioria dos seus moradores eram descendentes de um mesmo ancião fundador, como ocorre em Monte Sião em que a maior parte das famílias da comunidade são descendentes dos Tavares e dos Garcia.

³Família é um termo local designado para um grupo de pessoas ligados por relações de parentesco, o qual incluem duas a três gerações.

Ainda sobre os estudos de famílias em sociedades camponesas, Comerford (2003), ao pesquisar sobre familiarização na região da Zona da Mata, constatou que as relações de parentesco estão vinculadas entre os que viviam na mesma localidade e a antiguidade da associação entre as famílias. As considerações feitas pelo autor sobre os termos família e parente, também podem exemplificar o que estes representam para os camponeses de Monte Sião.

Família é um termo ambíguo, por referir-se, dependendo do contexto: 1) à família nuclear (pai, mãe e filhos); 2) à família no sentido dos que tem o mesmo sobrenome, algo como uma família nome; 3) à família incluindo tanto os consanguíneos por lado paterno e materno, como os afins também por ambos os lados, dentro de limites flexíveis que abrangem apenas os mais próximos de cada lado (que grau de proximidade algo que só define em cada contexto), se aproximando da aceção de conjunto de parentes. *Parente* qualifica individualmente aqueles com quem se tem algum tipo de laço de parentesco por consanguinidade ou afinidade, pelo lado paterno ou materno, com um alcance mais amplo e flexível que *família*, já que dificilmente se diz de um parente considerado distante que “é da minha família”, apenas que “é meu parente” (COMERFORD, 2003, p. 35).

O termo “parente” é muito recorrente em Monte Sião. Este representa as relações de consanguinidade ou relações parentais, além de estar ligada à delimitação espacial da comunidade. É pelo “parentesco” que geralmente os grupos se constituem, mas, também, o parentesco em Monte Sião está ligado ao conflito, a questões de partilha de terras herdadas, o que se realiza em disputa, ruptura entre parentes, que tem a sua descendência em um mesmo ancestral, demonstrando que o parentesco pode ser harmonioso ou não.

As gerações mais antigas de Monte Sião se deslocavam para a cidade de São Domingos do Capim por meio de pequenas canoas, não havia estradas. O local recebia a denominação de sítio⁴ São João, em referência ao nome de uma das famílias do local, João Pereira. Nesse período cada família tinha um sítio com o respectivo nome de seu proprietário. As pessoas mais antigas foram registradas no cartório da cidade de São Domingos como nascidas nos sítios São João, sítio Tavares e outros.

Posteriormente, esse lugar também foi denominado sítio Nossa Senhora da Conceição em decorrência do movimento católico existente naquele momento. Os moradores mais antigos, entre eles seu Quintino Ferreira Garcia, João Garcia, Francisca Garcia, José da Conceição e José Amadeu Pereira realizavam rezas aos domingos em devoção a Nossa Senhora da Conceição nas casas dos moradores. Esse grupo também realizava a festividade de Santa Maria. Depois da reza havia o leilão. Os donativos eram bananas, farinha, e animais como porco e galinhas. Uma moradora antiga guarda na memória o tempo em que participou

⁴ Sítio é um espaço onde se encontram espécies florestais e não florestais nativas ou plantadas. É também o local onde a família constrói a casa para morar.

das festividades para a santa, “o papai quando fazia aquela reza, mandava fazer comida pra todo mundo, vinha gente daqui, das comunidades do centro, fazia aquilo bonito, tinha leilão com banana, farinha [...]” (Camponesa, 68 anos).

Conceição (2002), estudando o nordeste paraense demonstra a ação institucional da igreja católica sobre a ordem dos Barnabitas da prelazia de Bragança, que elaborou um plano dedicado à formação de professores e líderes pastorais para atuarem em áreas com população ribeirinha de municípios como Ourém, Irituia e São Domingos do Capim.

Nesse período, provavelmente final de 1970 ou início de 1980, de acordo com depoimentos de pessoas mais antigas do local, a denominação passou de sítio para comunidade. Os moradores começaram a denominar de comunidade Nossa Senhora da Conceição. Sabourin (2009) afirma que o termo comunidade tem influências recentes, provenientes da ação pastoral da igreja católica, por meio das “Comunidades Eclesiais de Base”. Para este autor, o entendimento sobre este termo é:

Comunidade é o termo mais utilizado. Em função de sua história, esta palavra, além de localidade e da proximidade, carrega noções de parentesco, espiritualidade (religiosa) e compartilhamentos de recursos, o que a aproxima do conceito de reciprocidade de forma singular (SABOURIN, 2009, p. 48).

No entanto, Moreira (2004, p. 81) critica o uso do termo sociológico “comunidade”. Segundo a autora, este foi, “na nossa literatura sobre movimentos sociais, apropriado pela linguagem religiosa e tornou-se, de certa maneira, refém da igreja”. A autora apoia-se na obra de Wagley (1988), “Uma comunidade amazônica”, realizada nos anos de 1950, em que o autor já utilizava o termo para explicar agrupamentos de pessoas que viviam no mesmo local e compartilhavam saberes, educavam seus filhos e adoravam seus deuses.

Em Monte Sião, no entanto, a utilização do termo comunidade surge por meio da intervenção religiosa, aproximando-se assim, a percepção dos camponeses locais ao conceito de Sabourin (2009). Todavia, pode-se apreender que em Monte Sião comunidade é também um espaço físico direcionado pela proximidade com o rio onde famílias residem. É um lugar onde as pessoas oram juntas, compartilham sentimentos, saberes e recursos comuns.

Nesse momento histórico em que viviam os camponeses, os quais faziam parte do movimento religioso católico, tiveram a ideia de construir uma escola para que seus filhos pudessem estudar, já que, naquele tempo, o único meio de transporte eram canoas a remo, o que aumentava a dificuldade de locomoção das crianças até a Sede do município.

Aqui não tinha como as crianças estudarem, se desemborrarem, aí nós fizemos um barracão, aí doei a telha... Nós arrumemos a professora, ela mora do outro

lado do rio, professora Anastácia, depois a Clementina da comunidade da Trindade (camponês, 73 anos).

A escola foi construída em estrutura de madeira em um terreno doado pelo seu Quintino Garcia, e recebeu o nome de Escola Nossa Senhora da Conceição, em decorrência da devoção que os moradores tinham a essa santa. Hébette *et al.* (2002) ao estudar o papel de estruturas familiares e de vizinhança na formação de novos espaços, como as comunidades, afirma que nas colonizações espontâneas pequenos agrupamentos se formam, onde são construídos sua escola, seu templo rústicos, construção para realizar reuniões, e as casas são sempre construídas próximo a uma fonte d'água, o que não diferiu na formação de Monte Sião.

Além da escola, os camponeses ligados ao movimento católico existente, pretendiam fundar uma capela na comunidade para realizar as celebrações católicas, mas segundo relatos de moradores, eles não conseguiram porque não havia união entre eles, alguns conflitos como desentendimentos “de boca” enfraqueceu o movimento católico. Associado a isso, ainda foi exposto por alguns entrevistados o “vício” do álcool que comprometia a dedicação à fé religiosa.

No geral, as famílias da comunidade eram adeptas do catolicismo. A primeira família evangélica da comunidade foi a do seu Domingos Ferreira. Ele casou-se com dona Izoca, que era moradora de outra comunidade e pertencia a religião evangélica Assembleia de Deus. Com sua chegada a Monte Sião, pessoas adeptas da religião evangélica começaram a visitá-la e realizar pequenos cultos, inicialmente em sua casa e depois nas casas de seus vizinhos. Aos poucos o movimento evangélico foi crescendo na comunidade e, parte das famílias, tornando-se adeptas da religião evangélica, em virtude de se sentirem melhor espiritualmente e no convívio com suas famílias, como relatou uma camponesa,

Eles acharam que a igreja evangélica seria o melhor pra eles, até porque eles deixaram muito dos vícios que estava matando eles, acharam que era melhor, até hoje deu certo e quase todas as famílias são evangélicas (Camponesa, 46 anos).

Algumas famílias continuam sendo católicas e se deslocam para outras comunidades para participar das celebrações. A imagem de Nossa Senhora da Conceição foi doada por Dona Francisca, filha de seu Quintino Garcia, à comunidade do Prata, porque segundo ela, eram poucas pessoas que rezavam para santa em Monte Sião, e preferiu doar para outra comunidade, em que o movimento católico é predominante.

Em 1991 foi construída a primeira igreja Assembleia de Deus ao lado da escola Nossa Senhora da Conceição. O terreno foi doado por seu Quintino que nesse período já havia se tornado evangélico. O trabalho de construção da igreja foi realizado pelos moradores que se reuniram em mutirões. Assim criou-se a congregação evangélica que recebeu o nome de Monte Sião, por fazer referência a passagens bíblicas. Quem denominou o nome da congregação foi seu Raimundo Martinho Azevedo, conhecido pelo apelido de seu Zito, coordenador da congregação juntamente com o Pastor José Gomes. A mesma denominação dada à congregação foi destinada também ao local que deixou de ser chamado sítio Nossa Senhora da Conceição e passou a ser chamado de Comunidade Monte Sião.

A comunidade camponesa existe em função do sentimento de pertencimento de um grupo, compartilhamento de saberes e de uma identidade coletiva. Aliás, a origem de uma comunidade pode estar diretamente ligada a valores simbólicos, como uma religião, a pessoas unidas pela mesma fé, que “rezam juntas” (SABOURIN, 2009). Em Monte Sião o quadro é parecido, “famílias que oram juntas”, trabalham para “obra do Senhor”, uma relação de reciprocidade entre homens e Deus, a noção de obrigação em dar para Deus e este retribuir com suas “bênçãos”, são valores afetivos e espirituais.

Em relação aos sistemas de cultivo, as famílias mais antigas tinham a roça de mandioca, milho e arroz, feitos em sistema de corte e queima, estes cultivos eram a principal atividade para o sustendo das famílias.

Além das roças, as primeiras gerações praticavam e ainda praticam o extrativismo de espécies como a castanha do pará (*Bertholletia excelsa* Bonpl.), cacau (*Theobroma cacao*), açaí (*Euterpe oleracea*), entre outras; a caça de animais na floresta, como tatu (*Cabassous unicinctus*), veado (*Mazama americana*), paca (*Agouti paca*) e cutia (*Dasyprocta prymnolopha*); a pesca e; a criação de galinhas caipiras e porcos. A criação de porcos acabou em decorrência de conflitos entre vizinhos, porque os animais eram criados soltos e invadiam as áreas de outros vizinhos, por isso os moradores se reuniram e decidiram não criar mais os porcos (CASTRO, 2006).

Algumas famílias também faziam paneiros comercializados na feira de São Domingos, cortavam folhas de bananeira para vender para os comerciantes de São Domingos, já que nesse período não havia sacolas plásticas, a mercadoria era embrulhada na folha de bananeira ou papel.

A seringa e a exploração madeireira também tiveram importante papel na economia camponesa até final de 1980. Os camponeses também investiram nos plantios de banana (*Musa spp.*), a qual era vendida na cidade de São Domingos e para marreteiros que vendiam

na cidade de Belém, porém com a incidência da Sigatoka-Negra na bananeira, doença causada pelo fungo (*Mycosphaerella fijiensis* Var. *difformis*), a produção foi diminuindo (CASTRO, 2006).

O trabalho, principalmente das roças de mandioca era realizado principalmente por meio de mutirões interfamiliares ou por meio da Companhia. Estudos nos anos 1950 (CALDEIRA, 1956; GALVÃO, 1959), sobre práticas de ajuda mútua no meio rural, apontavam o mutirão como uma prática universal, muito recorrente nas sociedades rurais.

4.2 A CORNETA JÁ SOOU: O TRABALHO DE COMPANHIA EM SÃO DOMINGOS DO CAPIM

Esta seção visa descrever o trabalho de companhia, uma prática de ajuda mútua iniciada no início do século XX, na zona rural de São Domingos do Capim. Descreveremos o ritual que envolvia essa prática, desde a organização do trabalho, aos cantos e as festas, evidenciando os papéis de homens, mulheres e crianças, e as relações de reciprocidade estabelecidas entre as pessoas e entre pessoas e divindades; e também como as práticas de ajuda mútua (trabalho de companhia e mutirão) tradicionais das sociedades camponesas se ressignificam ao longo do tempo, de acordo com as necessidades de reprodução dessas sociedades. Para isso, buscamos fazer uma descrição do trabalho de companhia a partir da memória oral dos atores sociais da pesquisa, por meio de entrevistas individuais com camponeses participantes da Companhia e seus descendentes. Esses depoimentos dos interlocutores da pesquisa não foram uniformes, sempre havia um elemento novo, que contribuía para a compreensão sobre a Companhia, visto que, como cita Alencar (2010), a memória não é uniforme.

4.2.1 A Companhia: uma Institucionalização dos Mutirões

A companhia representou uma forma “institucionalizada” dos mutirões para o preparo de roças de mandioca, estabelecida nos laços de reciprocidade. Ela reunia um grupo de dez a doze homens, geralmente ligados por laços de parentesco e vizinhança, para trabalhar em atividades que precediam o plantio (derruba da floresta, roçagem, queima e coivara), fundamentada em prestações mútuas de trabalho, corroborando com os primeiros estudos de

Caldeira (1956) e Galvão (1959) sobre práticas de ajuda mútua no Brasil, e com o estudo de Rodrigues (2015) sobre as companhias, na comunidade de Uxizal, nordeste paraense.

As atividades de plantio, capina, colheita e produção da farinha não eram realizados pela companhia, mas geralmente não era feito por um único núcleo familiar, e sim por mutirões interfamiliares.

Segundo relatos de um camponês, integrante da companhia, esta surgiu em 1902, composta pela vizinhança, que era formada pelas comunidades do Urucuriteua, Monte de Ouro e Monte Sião. Esta se diferenciava dos mutirões porque era composta por um grupo de homens fixos. Havia cargos e uma ata para anotar os dias de trabalho para cada integrante. Era algo mais formalizado, conforme, encontra também Rodrigues (2015) em seu estudo sobre a companhia, na comunidade de Uxizal, município de Mocajuba, nordeste paraense. Porém, ambos os casos - companhia e mutirão - são estruturas de reciprocidade.

Essa formalização era percebida na forma em que o trabalho era planejado e organizado. O grupo se reunia na casa do comandante, para definir as datas de prestação de auxílio mútuo a cada companheiro. Via de regra era determinada uma semana de serviço na área de cada sócio. As atividades duravam em torno de três meses durante o ano; começava em agosto e terminava em outubro. Havia também a festa em devoção a Nossa Senhora do Livramento, padroeira dos trabalhadores da companhia, que era realizado pelos sócios, no mês de agosto.

A gente gostava desse trabalho da companhia, porque era certo, se fosse dez homens, todos os dez estavam ali segunda-feira até sexta-feira, a não ser que, Deus o livre, acontecesse por acaso de adoecer um, mas era muito difícil adoecer. Às vezes a gente achava melhor estar numa companhia, do que estar fazendo mutirum. Mutirum é aquele que você sai perguntando pelas casas, fulano você pode me dar uma força no meu trabalho? Funcionava assim, se você convidava dez, você iria fazer uma despesa pra dez pessoas comer, chegava no fim, aparecia três, quatro, aí isso ia desmotivando. Aí a gente achava melhor entrar na companhia, por que era seguro (Camponês 70 anos, integrante da companhia).

No relato desse camponês observa-se que a companhia era um acordo formalizado, e isso tornava a companhia institucionalizada. Havia algo a mais que um compromisso moral, a ata – registro formalizado - e o grupo fechado criava uma obrigação maior do que nos demais tipos de mutirão. Segundo o camponês, era diferente do mutirão, em que se fazia o convite, mas não se sabia se o camponês poderia contar com todos os convidados.

Além disso, na companhia todo o trabalho era fiscalizado. Havia cargos que eram ocupados por seus integrantes. Tais cargos eram os de comandante, fiscal, tesoureiro, corneteiro e o rufeiro. Suas funções estão exposta no Quadro 2. Geralmente o comandante e o tesoureiro sabiam ler e escrever, eles que anotavam na ata os dias de trabalho ofertados a cada sócio da companhia.

O comandante mandava em tudo, qualquer coisa que houvesse ia com ele, qualquer coisa que acontecesse dentro daquele grupo era o comandante que resolvia [...] o comandante pegava no início do eito⁵ e o fiscal no final. O fiscal era o roçador, o repartidor da cachaça e o examinador do trabalho. Ele ia levar cachaça onde tivesse um pião trabalhando no tempo da derruba, porque se era dez, ficava cinco pra um lado, cinco pro outro lado. O tesoureiro era quem escrevia o que passava na companhia. O fiscal era quem multava, caso o fiscal não multasse, o tesoureiro multava o fiscal (Camponês, 70 anos de idade, era integrante da Companhia).

Quadro 2. Os cargos e as funções desempenhadas pelos ocupantes dos cargos na companhia.

CARGO	FUNÇÃO
Comandante	Organizava o trabalho, como seria realizada a divisão de dias para cada sócio. Qualquer problema que houvesse durante o trabalho passava pelo comandante.
Fiscal	Fiscalizava o trabalho durante a roçagem das áreas, distribuição da cachaça aos sócios da companhia durante o trabalho, e aplicação de multas quando eventualmente houvesse necessidade.
Tesoureiro	Cabia a responsabilidade de escrever as multas, cobrá-las e a administrar a caixinha de dinheiro da companhia.
Corneteiro	Cabia soprar a corneta, como sinal de chamar para o trabalho. E assoprar a corneta nas horas das refeições.
Rufeiro	Cabia tocar o bumbo antes de iniciar o trabalho, e nas horas das refeições.

Fonte: Dados de campo, 2015.

As prestações recíprocas de serviço aconteciam por acordos definidos durante as reuniões e anotados em ata. Cada integrante ou companheiro tinha a obrigação de ajudar no preparo de área dos outros sócios, assim como os outros que receberam a ajuda tinham a

⁵Eito local a ser preparado para plantio de roça

obrigação de retribuir aos que lhe ajudaram, estabelecendo a reciprocidade camponesa, que de acordo com Mauss (2013) envolve a dádiva: obrigação de dar, receber e retribuir.

Essas prestações de ajuda aos companheiros, não era apenas uma simples troca de dia de serviço, uma prática de caráter utilitarista. As horas trabalhadas não eram contabilizadas, pois, na ajuda mútua de reciprocidade, horas e dias não são contabilizados. A relação humana prevalece sobre a prestação material (SABOURIN, 2011b). No caso da companhia da “vizinhança” da zona rural de São Domingos, era uma relação que ultrapassava o econômico, não envolvia apenas bens materiais, mas também sentimentos como, honra, valores de confiança, amizades e laços de vizinhança. Podemos observar nas narrativas abaixo, como funcionavam as prestações recíprocas de serviço para o plantio de roças.

O trabalho era assim: uma semana pra mim, uma semana pro outro, até completar as 10, 15 semanas de trabalho dos sócios. Tinha que fazer, por exemplo, 10 tarefas do fulano, 10 tarefas do outro, mas se eu não pudesse fazer 10 tarefas pra mim, eu fazia duas, não tinha esse negócio de ficar reclamando não, só porque eu trabalhei cinco dias pra outro companheiro, ele teria que trabalhar exatamente cinco dias pra mim (Camponês, 70 anos de idade, era integrante da Companhia).

Nesse tempo existia a união e existia ordem, quando o comandante convocava para o trabalho não podia faltar ninguém, só se tivesse doente. Aí a companhia se reunia para ajudar a família daquele sócio que está doente, dando um dia de trabalho fosse pra uma capina ou plantar. Mesmo que não fosse sócio, mas fosse parente de um da companhia, ou um filho ou um cunhado, aí a pessoa falava com o velho Julião, e no dia do mutirum ele reunia todo mundo e falava e jogava a proposta para os companheiros. Quando, por exemplo, morria um da família, nesse tempo era oito dias sem a família sair de casa, da família do que morria ninguém pegava mandioca, não capinava, porque a mandioca poderia apodrecer, por exemplo, quando morria uma pessoa de uma família que iria plantar uma roça, se juntava os vizinhos todinhos e a companhia pra plantar a roça. Hoje seu vizinho está aqui do seu lado você pode tá morrendo, ele não quer saber se você está comendo ou está bebendo. De antes não, sempre tinha aquela família atrasada, mas aquele que tinha ajudava com maior prazer, e dava e não cobrava, hoje se o cara me der alguma coisa, amanhã já está cobrando, de antes isso não existia (Camponês 60 anos, filho de integrante da Companhia).

As narrativas demonstram que a Companhia era uma estrutura de extrapolava o universo do grupo, no exemplo da narrativa acima, o auxílio ao vizinho não integrante da companhia, para plantar a roça, no caso de morte de um integrante da família. Essa

reciprocidade era desinteressada (CALDEIRA, 1956), pois não haveria uma troca de serviço, como ocorria entre os companheiros da Companhia. No entanto, apesar de ser desinteressada, a retribuição, a dádiva, se concretizaria em outras formas - amizades, gratidão e até mesmo prestação de serviços.

Essas formas de reciprocidade são consideradas positivas, porém a reciprocidade não está ligada apenas a coisas boas, que geram união, confiança. A reciprocidade também pode ser negativa, formando desconfiança, inimizades, conflitos (SABOURIN, 2011a). Corroborando com os escritos de Mauss (2013) no seu entendimento de reciprocidade, são trocas justas, a exemplo da estrofe do poema escandinavo, citado por Mauss (2013, p. 8): “Deve-se ser um amigo / para seu amigo/ e retribuir presentes por presentes;/ deve-se ter riso por riso/ e fraude por mentira”.

Tal qual, acontecia na companhia. Quando algum sócio faltava ao trabalho geralmente por motivo de doença, deveria enviar ao trabalho seu filho mais velho para lhe representar, porém se não tivesse alguém para lhe substituir, este deveria mandar um recado ao comandante avisando qual o motivo de sua falta. Caso esse sócio que faltou ao serviço não avisasse o comandante, este último iria até a sua casa conversar e saber os reais motivos. Segundo os interlocutores, era raro acontecer, mas quando acontecia de um sócio faltar por motivo que não fosse justificável, lhe era aplicado uma multa, apresentando-se como uma forma de punição.

Outro motivo que resultava em multa para um dos integrantes era caso um deles não limpasse toda a área de sua obrigação. No momento em que o fiscal observava isso, ele sinalizava batendo o terçado três vezes para que o sócio viesse terminar de limpar, caso ele não viesse era aplicado uma multa por ter desobedecido a ordem do fiscal. Isso era uma regra que deveria ser respeitada por todos, conforme explicitado na narrativa abaixo:

Era multado pro aquilo que eles não queriam fazer, por exemplo, assim, o fiscal vinha batia na vara que não foi cortada, batia três vezes, se eu não vinha cortar a vara, porque era eu que ia nesse rumo aqui, ele cortava a vara, mas eu era multado por ter desobedecido a ordem do fiscal. O dinheiro da multa era pra comprar um cafezinho pra reunião, então ele servia pra nós mesmo (Camponês, 58 anos, integrante da Companhia).

As dádivas ou reciprocidades no trabalho de companhia ocorriam entre pessoas (por meio da prestação de serviços, dádivas alimentares, bebidas, festas, multas e amizades) e entre pessoas e as divindades (por meio da devoção a Nossa Senhora do Livramento, ladainhas, “livramento” e doação de animais para santa). Portanto, a companhia tinha uma forma

diferente dos mutirões, era um trabalho ritualizado, com simbologias, regras, fiscalização, festas e cargos.

4.2.2 Do Roçado à Cozinha: Companheiros Guiados ao Som da Corneta e Choro de Alegria!

O trabalho de companhia era uma prática ritualizada, um acontecimento social. No dia de serviço da companhia o aviso era por meio do som da corneta. Soprava-se a corneta, antes do sol aparecer, ainda na madrugada.

As alfaias era o respeito da companhia, você não convidava ninguém para sair de casa e ir para a roça, quem convidava era as alfaias... (Ex-Comandante da Companhia, 58 anos).

O trabalho começava na segunda-feira e terminava na sexta-feira. A alimentação e a bebida era responsabilidade do dono do serviço naquela semana. Já o fumo cada integrante da companhia levava o seu, assim como as ferramentas de trabalho como terçado e machado.

Os preparativos para o dia de trabalho começavam às cinco horas da manhã, quando o corneteiro soprava a corneta avisando que haveria trabalho na área de determinado integrante da companhia. Na chegada a casa do dono do serviço os integrantes da Companhia tomavam café, e antes de ir para o roçado rezavam à Nossa Senhora do Livramento, santa protetora dos trabalhadores da Companhia. Cada semana de trabalho ela visitava a casa de um sócio. A reza era uma prestação a santa e era interessada, os homens rezavam à divindade, mas em retribuição esperavam a proteção durante os dias de trabalho.

Quando a companhia chegava para o trabalho passava primeiro na casa, tinha um negócio de uma reza antes de sair para o trabalho. Antes de começar o trabalho todo mundo rezava pedindo o livramento, o defeso (camponês, 60 anos, filho de integrante da companhia).

Após a reza, às sete horas da manhã o corneteiro soprava a corneta e o rufeiro batia o rufo, dando sinal que o trabalho iria começar. Apenas os homens seguiam para o trabalho de preparo de área para fazer as roças de maniva, que era o principal cultivo agrícola e a principal renda das famílias nesse período. Os homens levavam consigo o paneiro com a cachaça e o pote com água, além das ferramentas (machado, terçado). Como o serviço de derruba era arriscado, as mulheres e crianças nem se aproximavam da área que estava sendo derrubada.

Durante o trabalho toda a vizinhança ouvia a cantoria dos trabalhadores de Companhia, que faziam rimas de improviso para cantar do início ao fim do trabalho, geralmente eram cantadas em coral. Os entrevistados recordam que haviam cantos, na verdade rimas, que eram cantadas durante o trabalho, mas a maioria não lembrou das rimas durante as entrevistas. Apenas um camponês de 78 anos de idade, que integrou a companhia, lembrou de uma rima, “La, li, lá, lô/ Oh,oh,oh; La, li, lá, lô/ Oh,oh,oh”, essas rimas segundo os entrevistados davam ritmo ao serviço.

Segundo relatos de vários interlocutores da pesquisa, o trabalho de companhia é muito lembrando pelas cantorias. Toda a vizinhança sabia que a companhia estava trabalhando pelas cantigas durante o trabalho e o som da corneta e do rufo sinalizando a entrada e saída do trabalho.

[...] Na hora de pegar o trabalho na beira da roça tinha que assoprar a corneta e o rufo, na entrada, na saída sempre cinco para as onze horas, aí o corneteiro e o rufeiro saía para chamar os companheiros pelas alfaias, os companheiros só saía de lá da roça, a partir que tocasse a corneta, chegava em casa só arriava a ferramenta depois que assoprasse a corneta e bate o rufo, só sentava na mesa na hora que tocava as alfaias, só levantava depois que tocasse as alfaias. Aí tinha a entrada uma e meia e a saída cinco horas e a despedida cinco e meia [...] (Ex-comandante da Companhia, 58 anos).

Importante destacar que a companhia permanece na memória não apenas dos que viveram esse trabalho, mas também de seus descendentes e de famílias que não participaram. Durante a pesquisa de campo emergiram vários comentários, depoimentos, alguns carregados de emoção, choro e risos, do período em que a companhia existiu. Mas o que a grande maioria dos interlocutores trouxe em comum nos seus depoimentos foram as lembranças da cantoria e do som da corneta e do rufo. Tais pessoas trazem consigo na memória, não apenas um evento lembrado pela penosidade do trabalho, mas pelo momento festivo, de sociabilidade que representava aquele grupo.

Eu conheci a companhia, mas eu era menino ainda, eu lembro muito pouco, que eles tinham corneta, bumbo, eles faziam aquelas cantarolas. Era muito lindo! Eles vinham soprando a corneta, o bumbo batendo, eu achava tão lindo aquilo, que é coisa que eu não esqueço. Cantoria do início ao fim, não tinha de ser alegre agora e triste lá no fim. Do jeito que começava, terminava (Camponês, 46 anos, filho de integrante da Companhia).

Os homens se organizavam em quatro eitos para fazer a derruba da mata. Esses eitos ficavam um pouco distante um do outro, evitando, assim, que algum homem fosse atingido

por uma árvore durante a derruba. Em cada eito ficavam de três a quatro homens responsáveis pela limpeza. Estes também dividiam a parte que cada um iria limpar. Segundo o relato de um camponês, quando havia um “pau” muito grande para derrubar, juntavam-se até cinco homens para derrubar a machado. *“Era um serviço só de homem, porque era um serviço pesado, era o trabalho de derrubar e brocar, porque nesse tempo era mata”* (Camponês, 70 anos, integrante da Companhia), conforme figura 5.

Durante a roçagem o fiscal e o comandante fiscalizavam o trabalho, o mesmo não acontecia durante a derruba, pois essa atividade oferecia um maior risco de acidentes. Mesmo assim, o fiscal durante a atividade de derruba, além de limpar a área que cabia a ele a responsabilidade, ainda saía para distribuir cachaça entre os trabalhadores da companhia.

Durante o trabalho de roçagem da área, o comandante passava na ponta do eito fiscalizando o trabalho, e o fiscal distribuía a cachaça e fiscalizava, mas os dois além dessas atividades, tinham que desempenhar as mesmas atividades que os outros integrantes estavam fazendo, conforme figura 6.

Figura 5. Representação de uma área de derruba no trabalho de companhia



Fonte: Elaborado por Arthur Castilho.

Figura 6. Representação da atividade de roçagem na companhia



Fonte: Elaborado por Arthur Castilho.

Enquanto os homens estavam preparando a área para plantar a roça, as mulheres e crianças tinham o papel de ficar na cozinha preparando o lanche, quando o dono do serviço oferecia e o almoço. Além da esposa do dono do trabalho, ela recebia ajuda das filhas mais velhas e de vizinhas para preparar o almoço. *“No dia do serviço a preocupação era comprar o pirarucu, charque. Pela manhã era um café, a merenda era o mingau de farinha misturado no vinho do açai, mingau de macaxeira, mingau de arroz, era servido na cuia, pra aguentar até 11 horas”* (Camponesa, 43 anos, filha de um dos comandantes da companhia).

Eu participei muitas vezes, porque a mamãe nesse tempo, quando era a companhia que participava de 10 a 12 pessoas, a gente tinha que ser umas duas cozinheiras, claro que as crianças estavam no meio, eu já estava também, já estava grandinha, aí eu via tudinho, eles cantavam na hora da comida, quando levantam quando era despedida pra ir pra roça, eles assopravam a corneta e cantavam, era tão bonito aquilo, mas a gente nunca mais viu (Camponesa, 57 anos, filha de integrante da companhia).

Às 11:00 horas os homens davam sinal com a corneta e o rufo que já vinham almoçar. Esse sinal era para as mulheres organizarem a mesa. Quando eles chegavam davam outro sinal, antes de sentar a mesa e depois que terminavam de almoçar também sinalizavam com o som da corneta e do rufo. Este momento era festivo, carregado de emoção pelas mulheres que aguardavam os homens para almoço. *“Aí a velhas se acabavam em choro, tinham velha que levava a saia na cabeça...”* (Camponês, 60 anos, filho de integrante da Companhia). Após o almoço, os homens tinham 15 minutos de descanso, às 12:30 horas eles aproveitavam para amolar os terçados. Às 13:00 horas retornavam para a área que estava sendo realizada a limpeza. Seguiam tocando o rufo e a corneta. Às 17:00 horas retornavam do roçado para jantar e, depois, seguirem para suas casas e retornar no dia seguinte. O trabalho de companhia na área de cada sócio durava em torno de cinco dias, de segunda a sexta.

Nesse tempo tudo era com ordem, sempre falo aqui na comunidade. Nesse tempo tinha a corneta, tinha o rufo e tinha o bumbo, e quando o corneteiro soprava a corneta e o bumbeiro tava batendo o bumbo, tinha cinco seis mulheres na cozinha trabalhando, era uma choradeira do caramba de mulher na cozinha quando a companhia vinha vindo da roça, ou quando sentava pra comer ou quando levantavam que batiam o bumbo. Quando vinham chegando davam sinal, quando iam sentar na mesa, davam sinal que iam almoçar, e quando levantava dava

sinal também, e quando saía pro trabalho dava sinal que já ia pro trabalho, aí quando saia quatro horas do trabalho dava sinal que já tinha terminado o trabalho, quando chegava na casa dava sinal que já vinham chegando, era choro de mulher na cozinha que metia até medo. Esse choro era de tanta alegria! Eu me lembro que tudo quanto era velha chorava, era uma coisa tão diferente de hoje, que não tem nem como explicar. Hoje tem uma diferença muito grande, as mulheres choravam, quando a companhia vinha da roça (Camponês, 60 anos, filho de integrante da companhia).

Na companhia os trabalhos eram realizados durante três meses do ano – de agosto a outubro- mas os integrantes da companhia se reúnem em outros períodos do ano para fazer o calendário da semana de serviço de cada integrante. E para organizar a festa de sua padroeira Nossa Senhora do Livramento, tema que será abordado em seguida.

4.2.3 A festa de Nossa Senhora do Livramento: “Advogada dos trabalhadores da Companhia”

Os integrantes da Companhia eram devotos de Nossa Senhora do Livramento, porque segundo eles, essa santa era a protetora dos trabalhadores da roça. Eles rezavam à Nossa Senhora do Livramento antes do trabalho, pedindo a proteção para que nenhuma árvore atingisse um dos homens durante a atividade de derruba, e em troca a santa livraria os integrantes da Companhia de acidentes. De acordo com os relatos dos participantes, nunca houve nenhum acidente grave. Assim, em agradecimento ao trabalho e proteção realizavam uma vez ao ano a festa para santa.

Essa era uma relação de reciprocidade entre homens e a divindade, que é explicado pelo fato de que na fé católica Nossa Senhora é considerada intercessora dos homens junto a Deus. Essa devoção é guardada na memória daqueles que acreditavam no poder de proteção da santa. *“Essa santa, Livramento, era a advogada dos homens que trabalhavam na companhia. Nós fazia a festa da companhia todo ano, no fim da safra da roça”* (Camponês, 70 anos, integrante da Companhia).

A santa, Nossa Senhora do Livramento, passava o ano todo na casa do comandante da companhia, ela saía apenas na época do trabalho da companhia para visitar as casas dos integrantes da companhia durante o período de derruba e roçagem. Assim, ao iniciar o trabalho, a santa peregrinava na casa de cada integrante da

companhia. As visitas aconteciam na mesma ordem que o calendário de dias de serviço na propriedade de cada sócio.

Ela ficava uma semana em cada casa. Durante esse período de visita as famílias rezavam à santa antes de ir para o trabalho, pedindo proteção e livramento para que não acontecesse nenhum acidente com os homens da Companhia. Ao terminar a semana de trabalho da Companhia em determinada propriedade o dono do serviço entregava a santa para a próxima família, onde a companhia iria trabalhar. Era assim até terminar o período anual de trabalho da Companhia. *“A santa era o comandante que guardava, só saía da casa do seu Julião na época do trabalho, que ficava uma semana na casa de um sócio, uma semana na casa de outro sócio. Ela ficava na casa sócios pro caboclo poder cheirar a fita dela antes ir pro serviço”* (Camponês, 60 anos, filho de integrante da Companhia).

Para a realização da festa em oferecimento a santa pelos livramentos, os sócios, se reuniam para discutir de quanto seria a cota para cada pessoa. O dinheiro era repassado ao tesoureiro, o qual repassava ao comandante. Este último era o responsável por fazer as compras das comidas - comprava o porco ou o boi - que seriam servidas durante a festa. Mas as famílias dos integrantes da companhia criavam porcos e galinhas para serem doados para o leilão da festa. As prestações de animais vivos doados a santos são encontradas nos estudos de Caldeira (1956) e Galvão (1959). O dia de Nossa Senhora do Livramento é 15 de agosto, mas a festa era sempre realizada no sábado, na casa do comandante da Companhia.

Na véspera da festa todos se reuniam para trabalhar. Os homens abatiam os animais, as mulheres ficavam responsáveis pela preparação das comidas e a limpeza era feita tanto por homens como mulheres. Aos homens cabia também a construção de uma casa de madeira destinada para ser o boteco, local onde era vendida a cachaça. As comidas não eram vendidas. Para o dia da festa já era discutido também entre os homens da Companhia uma escala de quais mulheres ficariam na cozinha servindo e os homens quem ficariam no boteco.

Toda a vizinhança era convidada para a festa. Participavam homens, mulheres, jovens e crianças. Na festa os homens não sentavam, davam o lugar para as damas (mulheres) e crianças sentarem nos bancos. As vestimentas dos homens eram calças e camisa de manga, nenhum homem poderia ir à festa do Livramento de bermuda. As mulheres vestiam vestidos. Segundo os interlocutores nesse tempo não havia violência, drogas, discussão, não havia briga na festa da Companhia.

A festa a Nossa Senhora do livramento era iniciada pela reza, denominada de ladainha, uma reza cantada por mestres nesse tipo de oração. Os mestres eram denominados de rezadores, os quais eram convidados pelos integrantes da Companhia para participar da festa, em troca os companheiros ofereciam o jantar para eles. Essa ladainha era chamada de “*ora pro nobis*” (Orai por nós, em português). Segundo os entrevistados era um tipo de reza cantada, onde o mestre iniciava e os outros respondiam.

Depois da reza era servido o jantar. A primeira mesa a ser servida era dos sócios da Companhia, a segunda mesa era a dos convidados. Em paralelo ao jantar, a música já estava tocando. Depois do jantar iniciava a festa e o leilão.

Todo mundo era convidado, a primeira mesa era dos sócios da companhia e a segunda era dos convidados. Depois da reza, depois do jantar o pau quebrava. A festa era na casa do comandante da companhia (Camponês, 60 anos, filho de integrante da Companhia).

O leilão era composto de doação de presentes à santa como frango, galinha, pintinho, paneyro, mas a doação não representava apenas devoção e agradecimento pela proteção, era também prestígio social para aquele que doava, assim como para o que participava dos lances do leilão, corroborando com Mauss (2013) que em seu estudo sobre a dádiva, ressalta que o sacrifício que era oferecido aos deuses não era apenas doação, mas significava prestígio social diante dos seus.

4.2.3 Resignificação do Trabalho de Companhia

Até metade do século XX, as famílias camponesas de São Domingos do Capim, especificamente, as pertencentes às comunidades do Prata, Monte Sião e Monte de Ouro, obtinham o sustendo do grupo familiar - das necessidades socialmente necessárias, alimentação, roupas, casamentos, festas religiosas - por meio da produção de farinha. Até meados de 1970 era no centro⁶ que se realizavam as relações de parentesco e vizinhança dos camponeses de Monte Sião, sobretudo, porque era lá que eles se reunião para limpeza das áreas e para implantar os plantios de seus roçados e produzir farinha.

⁶Centro faz referência a área de terra firme, utilizado para plantio das roças de mandioca e produção de farinha.

A Companhia representava uma forma de reprodução social das famílias camponesas, pois como afirma Caldeira (1956), a ajuda mútua era uma estratégia largamente acionada pelas populações rurais para facilitar os trabalhos com os roçados.

Essa forma de ajuda mútua não se sabe ao certo quando foi deixada de ser praticada pelos camponeses. Segundo os interlocutores da pesquisa há vários motivos: a diminuição dos recursos naturais, a entrada do açaí no mercado consumidor e a questão da entrada da maioria das famílias para a religião evangélica.

Com a diminuição dos recursos naturais das áreas de floresta nativa, devido ao aumento da população, tornaram-se escassas as áreas de floresta nativa. Além disso, já não era mais necessário tantos homens para os plantios de roça de mandioca, uma vez que estas começaram a ser construídas em áreas de capoeiras, despendendo menor força de trabalho, pois as árvores da capoeira tem diâmetro de caule menor, como justifica um camponês: *“Hoje já não se tem mais floresta como antigamente, que era cada pau grosso, não se faz mais tanta roça como antigamente”* (Camponês, 70 anos, integrante da companhia).

Aliado a diminuição dos recursos naturais, houve uma fase de transição de atividades agroextrativistas pelos camponeses de Monte Sião. Eles começaram a comercializar o açaí na década de 1980. A farinha deixou de ser a principal forma de reprodução familiar, sendo produzida apenas para o consumo familiar e com isso diminuindo a demanda por um número maior de pessoas para o preparo de área, plantio e produção da farinha. Na fala de um camponês de Monte Sião, ele retrata a transição agrícola vivida por eles,

Velho Gaita foi chegado da comunidade, foi quem começou a exportar nosso açaí que não tinha venda. Ele começou a levar açaí pra Belém, começou a comprar da gente. O açaí é nativo dessa área ribeirinha, beira do capim, se tem algum pé plantado é pouco. Tem cacau que foi plantado, mas assim mesmo tem muitos pés nativos. A comunidade vivia da roça da mandioca, da seringa que começou de 50 pra cá. Quando eu cheguei pra cá em 1982 ainda mexi com seringa. João Ferreira, Manoel Ferreira, João Pereira, morreram com essa profissão, porque só a roça não dava para sobreviver, a farinha não era valorizada antigamente. Se trocava um saco de farinha de 60 kg por um quilo de jabá na época, papai fazia um saco de farinha de 60 kg para trocar com um quilo de jabá. Aí depois chegou a seringa, aí melhorou, o dinheiro já era melhor, deixou mais a roça, já fazia só pra comer. Quando eu cheguei em 1982 ainda era o mesmo ramo, açaí ninguém vendia.

Em 1985 comecei a plantar banana e cacau. O açaí pra entrar no comércio foi de 1985 pra cá, a gente entregava para seu Gaita e ele levava pra vender em Belém (Camponês, 60 anos).

Como relatado na fala do camponês, com a chegada de um marreteiro conhecido como Gaita na comunidade, em 1985, o fruto do açaí começou a ser comercializado. Antes o açaí era apenas para o consumo familiar. De acordo com relatos das famílias de Monte Sião, o açaí chegava a estragar na floresta por falta de mercado consumidor na cidade de São Domingos. Quando este marreteiro se estabeleceu na comunidade ele começou a coletar o açaí para vender em Belém, na feira do Vero-o-peso. Os demais moradores perceberam a possibilidade de comercialização do fruto e, então, começaram a limpar seus açais nativos e coletar os frutos para vender para seu Gaita, que se tornou atravessador, levando o açaí de barco para vender na cidade de Belém.

O trabalho com o açaí - coleta, limpeza das áreas, e introdução de novas áreas plantadas - exigia um menor dispêndio de força, comparado ao preparo de roça. Assim, o grupo familiar conseguia realizar as atividades ou quando por alguma necessidade, em caso de doença, recorriam ao mutirão ou troca de dia.

Para tanto, além dos motivos já expostos, muitos dos entrevistados relatam que no tempo da companhia havia um costume relacionado às relações entre as pessoas, o respeito e confiança pelo vizinho: *“nesse tempo existia a união e existia ordem, quando o comandante convocava pro trabalho não podia faltar ninguém, só se tivesse doente”* (Camponês, 60 anos, filho de integrante da Companhia). Segundo os entrevistados, com o passar dos anos as novas gerações aos poucos foram mudando a maneira de conviver dos antigos.

Além disso, segundo o relato de um camponês, a Companhia terminou porque eles aderiram a religião evangélica. Nesse momento já não fazia sentido eles rezarem para santa e nem trabalhar na Companhia, porque havia bebida alcoólica: *“nós desprezamos a Companhia depois que entramos na crença, porque nesse tipo de trabalho usava a cachaça”* (Camponês, 78 anos, integrante da Companhia).

Segundo os entrevistados, existem várias situações que contribuíram para que a Companhia deixasse de ser praticada. Os principais motivos estão ligados a novas formas de reprodução social encontradas pelos camponeses de Monte Sião, e que estas comparada ao trabalho das roças, exigem uma menor penosidade do trabalho. Mas é importante destacar, que a Companhia, uma forma de mutirão institucionalizada, não

era mais tão necessária para esses camponeses, porém, isso não significa que essa prática deixou de existir. Os trabalhos coletivos continuaram a ser acionados pelas famílias, em diversas situações da vida camponesa, pois essas estruturas de reciprocidade são características dessas sociedades.

4.3 A COMUNIDADE MONTE SIÃO HOJE

Nessa seção apresentaremos a comunidade hoje. Seus principais aspectos gerais: modo de vida dos camponeses, religião, trabalho, as festas e a sociabilidade.

Para chegar até a comunidade se dispõe de dois trajetos: um, saindo de barco da orla da cidade de São Domingos do Capim com duração do percurso de aproximadamente 40 minutos e; o outro, pela PA- 127, entrando nos ramais de Urucuritêua e Monte Sião, levando em torno de cinco quilômetros para chegar a comunidade (Figura 7).

Figura 7. Transporte da Comunidade Monte Sião: A) Família saindo da comunidade de rabeta pelo rio Capim; B) Dona Raimunda chegando a comunidade pelo ramal Monte Sião.



Fonte: Fagner Freires, Josiele Andrade, 2015

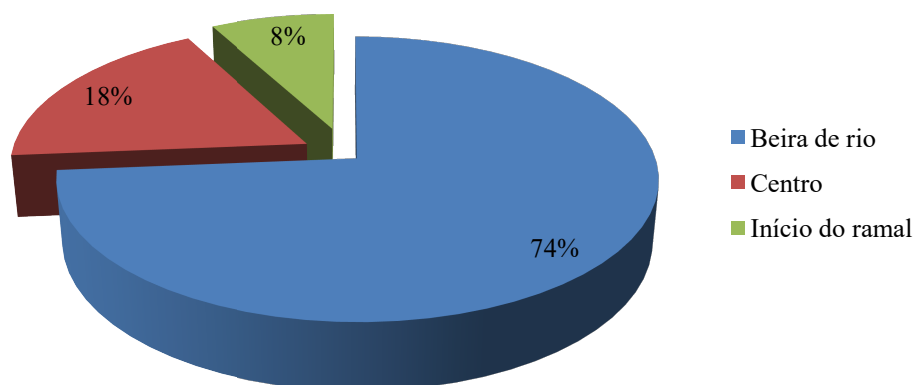
Atualmente, moram 47 famílias em Monte Sião, as quais residem em casas de madeira, cobertas de palha, de telhas de argila ou telhas de amianto e casas de alvenaria cobertas com telhas de argila ou amianto (Figura 8). As residências estão distribuídas em dois tipos de ecossistema, os de várzeas do rio Capim (74%) e áreas de terra firme, sendo 8% no início do Ramal Monte Sião e 18% no Centro, estrada do Urucurtêua, conforme Gráfico 1.

Figura 8. Localização das casas: A) Fachada da casa do seu Manoel Raulins a beira do Rio Capim. B) Fachada da casa do seu Zito, no ramal Urucuritêua, Centro.



Fonte: Josiele Andrade, 2015

Gráfico 1 - Localização espacial das propriedades na comunidade



Fonte: Dados de Campo, 2015.

Há uma Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores Artesanais– APEPA, uma igreja Assembleia de Deus e, ao lado, a escola Nossa Senhora da Conceição em alvenaria (Figura 9), a qual oferta as séries iniciais do ensino fundamental (primeiro ao quarto ano) em dois turnos (matutino e vespertino). As aulas são ministradas por professores da cidade de São Domingos. As séries correspondentes ao segundo ciclo do ensino fundamental (quinto ao nono ano) e o ensino médio são oferecidos na sede municipal.

Figura 9. A) APEPA; B) barracão da igreja; C) faixa da Igreja Assembleia de Deus; D) interior da Igreja Assembleia de Deus; E) Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Conceição; F) taberna.



Fonte: Josiele Andrade, 2015

A comunidade até o ano de 2014 não tinha acesso à energia elétrica. No local há tabernas (Figura 9), como são conhecidos os locais de venda de alimentos industrializados e produtos de higiene. São duas tabernas que funcionam no anexo da casa dos camponeses. Outros produtos como carnes bovinas e de aves, e utensílios domésticos como pratos e panelas, móveis e roupas são comprados nas cidades de São Domingos ou Castanhal.

Os campos de futebol são nos quintais das casas, onde são colocadas traves feitas em madeira e rede para os adolescentes jogarem futebol e vôlei. É durante as partidas de futebol que os adolescentes conversam, predominantemente, sobre as relações amorosas, o namorado ou namorada nova de “fulano”, quem tocou melhor na banda. São conversas carregadas de risos, algumas com certa disputa, do qual discurso se sobressai melhor. Tais encontros para o jogos se realizam mais do que espaço de lazer e entretenimento, são espaços de sociabilidade (GUERRA, no prelo). Outro espaço de conversa e lazer é o rio, onde as crianças disputam “quem nada mais rápido”, nessa brincadeira até o cachorro de estimação participa (Figura 10).

Figura 10. A) Crianças jogando futebol num campo ao lado da casa; B), C) e D) Crianças brincando no rio.



Fonte: Josiele Andrade, Amália Aguiar, 2015.

Comerford (2003) ao estudar localidades da Zona da mata onde vivem os sítiantes ou meeiros, constatou em sua pesquisa de campo, que a sociabilidade nessas localidades rurais é marcada por um caráter agonístico. Ela está presente nas conversações e brincadeiras, no futebol, na conversa entre vizinhos e nas festas. Em qualquer dessas situações há as conversas, algumas vezes com os discursos onde cada um quer ter uma visibilidade maior, as brincadeiras, às vezes, lúdicas outras em tom

mais sério. Esses momentos de sociabilidade são formados, geralmente, por pessoas que se conhecem e compartilham certo nível de intimidade.

O rio Capim também é o lugar onde as mulheres, jovens e crianças desenvolvem atividades domésticas, como lavar roupas, panelas, captar água para beber e preparar alimentos. É nele que os moradores tomam banho. Esses momentos em que as famílias desenvolvem suas atividades, se realizam como espaço de sociabilidade, pois se reúnem para conversar da vida, dão risadas, contam piadas, ou seja, o trabalho não está dissociado da vida social. Isso corrobora com as considerações de Brandão (2007) a cerca do trabalho:

Assim, podemos dividir as ações humanas, quaisquer que elas sejam, em atos práticos, de que o trabalho produtivo- aquele que visa a alguma transformação da natureza e à produção de bens úteis aos homens- é o melhor exemplo, e em gestos simbólicos. Eles envolvem ações individuais, realizadas em família, em outros pequenos grupos, como uma equipe de amigos ou vizinhos, ou em uma comunidade maior, tal como acontece com os atos práticos do trabalho. Mas a diferença está em que através de gestos simbólicos não se visa a um “resultado produtivo”, material, mas a uma troca, a uma intercomunicação entre pessoas, ou entre pessoas e seres naturais ou seres sobrenaturais em que elas crêem, através de palavras, de condutas regidas por saberes e preceitos. Gestos vividos entre preces, cantos, danças, pequenas dramatizações, jogos, brincadeiras, festejos, ritos, rituais, celebrações, enfim (BRANDÃO, 2007, p. 44-45).

As reuniões da igreja, o final dos cultos e as reuniões da associação, também são momentos de encontro das famílias camponesas para conversar sobre o que aconteceu durante a semana, falar sobre a venda do açaí, a produção da farinha, as máquinas que deram problema (roçadeira e motosserra), as mulheres especificamente falam umas com as outras sobre os bordados, dos novos panos de prato, cortinas e novas aquisições de roupa para os filhos.

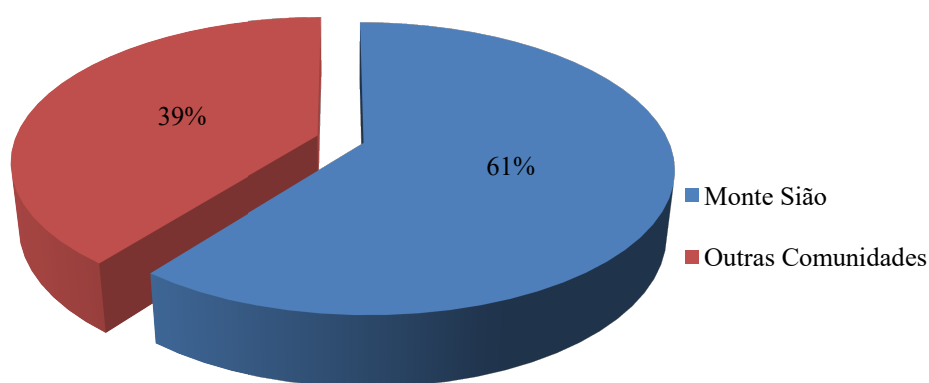
4.3.1 Quem São os Camponeses de Monte Sião?

As famílias de Monte Sião são predominantemente famílias nucleares, isto é, compostas de pai, mãe e filhos (WOLF, 1970). A constituição de novas famílias na comunidade tem geralmente obedecido a regras como morar com os pais até o novo casal conseguir recursos para construir sua casa, assim como constatado nas pesquisas de Canto (2007) e Moreira (2004). Um exemplo é a família do Seu Manoel Raulins, em que o patriarca fez a partilha da terra em vida aos seus filhos homens, o que tem garantido a continuidade do patrimônio familiar. Segundo Wolf (1970) o sistema de

herança com partilha – para vários herdeiros - tem como vantagem manter intacta a terra.

O campesinato de Monte Sião é consolidado, de acordo com os dados coletados em 2015, dos 38 entrevistados, 61% dos entrevistados nasceram em Monte Sião e 39% em outras comunidades ou na sede municipal de São Domingos do Capim, ou seja, 100% nascidos em São Domingos do Capim.

Gráfico 2. Naturalidade dos camponeses de Monte Sião



Fonte: Dados de Campo, 2015.

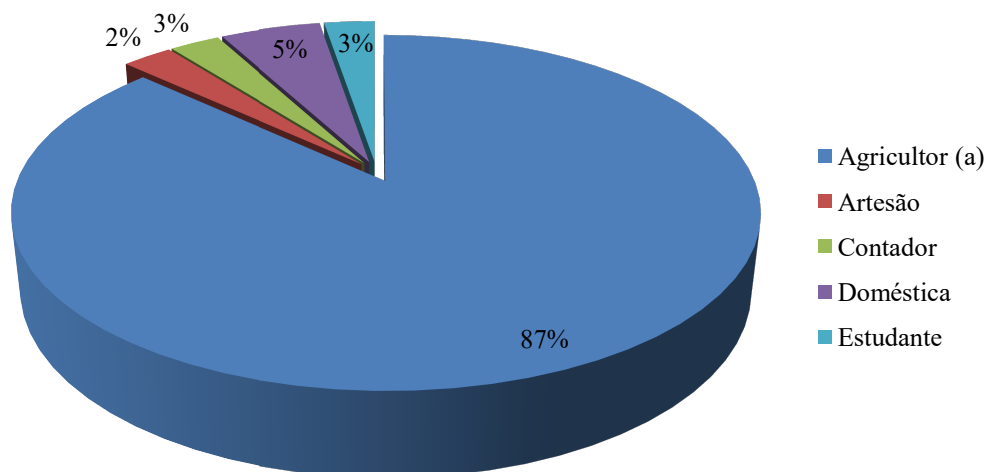
Os moradores de Monte Sião tem sua reprodução social baseada no extrativismo vegetal, agricultura, caça, pesca e criação de pequenos animais (Figura 11), por serem um grupo que desenvolve diversas atividades, optou-se pela denominação de camponês como categoria social. Para isso baseou-se nas considerações de Moreira e Hébette (2009 p.187) que entendem o campesinato amazônico como “um modo de vida específico” marcado, principalmente, pela relação direta com a natureza – “base de sua produção material e reprodução social” -, e por sua organização social fundamentada nas relações familiares, de parentesco e vizinhança. E, é representado por grupos diversos - agricultores, pescadores e extrativistas vegetais - que desenvolvem diferentes atividades, tais como: agricultura, criação animal, pesca e diferentes formas de extrativismo.

Figura 11. Atividades produtivas desenvolvidas pelos camponeses de Monte Sião. A) extrativismo do açaí; B) cultivo do cacau; C) destala do guarumã para confeccionar paneiros; D) caça; E) pesca; F) criações.



Fonte: Josiele Andrade, Fagner Freires, 2015.

Os interlocutores da pesquisa identificam como profissão a atividade de maior importância no sustento familiar: 87% consideram-se agricultores, 5% doméstica, 3% estudante, 3% contador e 2% artesão, conforme Gráfico 03. A maioria dos chefes de família são “polivalentes”, desempenhando tanto a agricultura, como o extrativismo animal e vegetal (FRAXE, 2000; WITKOSKI, 2007).

Gráfico 3. Atividades desenvolvidas pelos camponeses

Fonte: Dados de Campo, 2015.

4.3.2 Sistema de Produção

Os lotes dos agricultores variam entre 5 e 69 hectares. A composição florestal dos estabelecimentos é de floresta secundária ou capoeira (Figura 12), compostas de espécies frutíferas, essências florestais, plantas medicinais e culturas de ciclo curto, conforme anexo A. O açaí é a espécie de maior predominância em maior parte da área de Monte Sião, por ser essa palmeira a espécie com maior destaque na paisagem de Monte Sião, a área de floresta é denominada de “açaizal” pelos camponeses que ali residem.

Os “açaizais” recebem a denominação de Sistema Agroflorestal- SAF no meio científico. Segundo a definição de Dubois (1996), os SAF’s são formas de uso e manejo da terra, nas quais árvores ou arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou animais, em uma mesma área, de maneira simultânea ou numa sequencia temporal. Para Farrel e Altieri (2012), o SAF é um nome genérico que descreve sistemas tradicionais de uso da terra amplamente utilizados, nos quais árvores são associadas no espaço e no tempo com espécies agrícolas anuais e/ou animais. Combinam-se, na mesma área, elementos agrícolas com elementos florestais, em sistemas de produção sustentáveis.

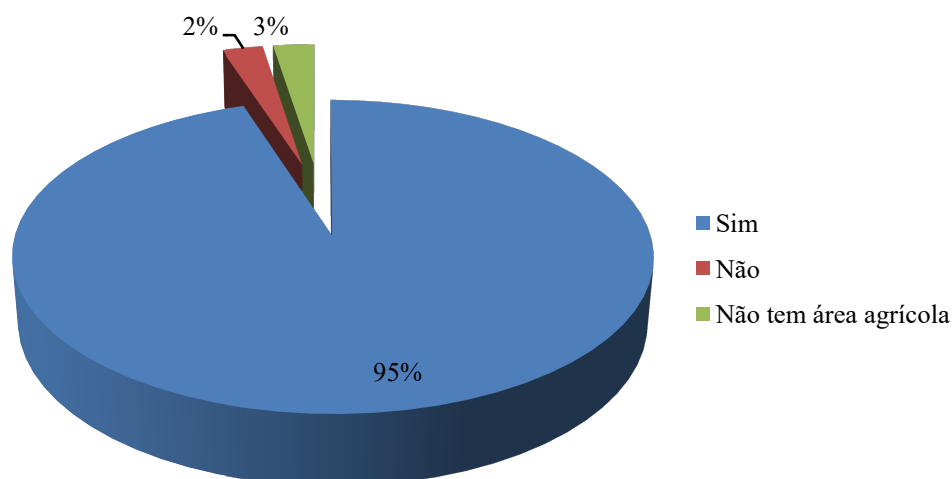
Figura 12. Açaizal da propriedade de seu Manoel Raulins.



Fonte: Josiele Andrade, 2015.

De acordo com os estudos de Woortmann (2009) sobre sociedades camponesas, o sítio não é uma extensão uniforme; ele é organizado pelo trabalho em espaços diferenciados, respeitando os critérios de disponibilidade solo, tipo de solo, relevo e água. Para além, o camponês tem na sua racionalidade cultivar mais de uma espécie, como forma de assegurar a alimentação da família.

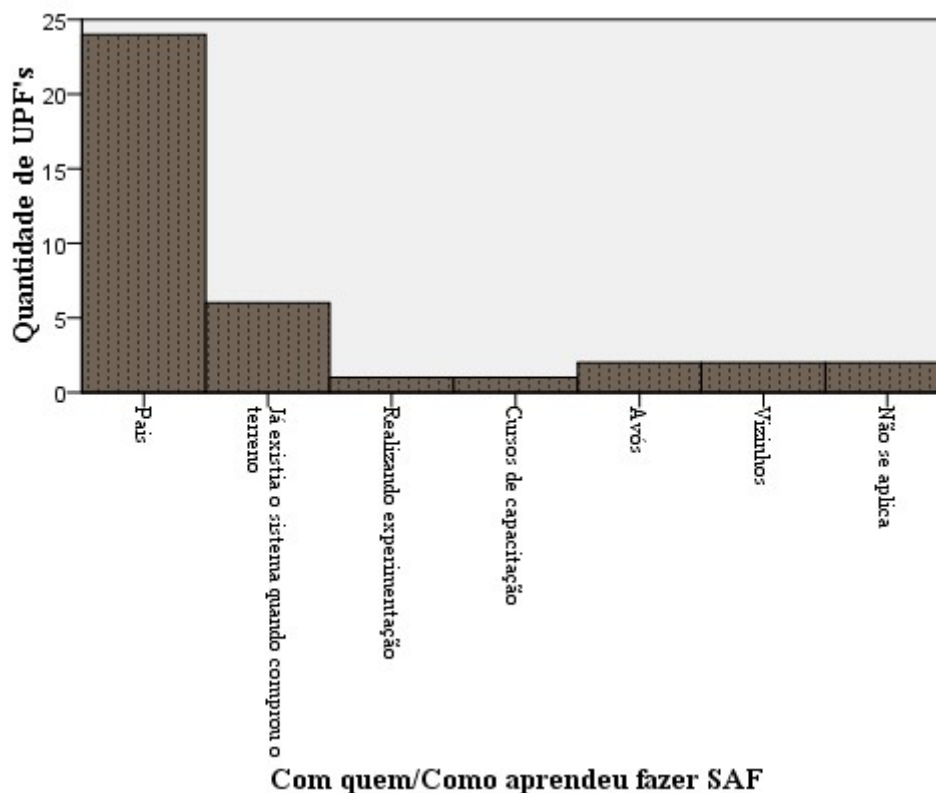
Isso é evidenciado em Monte Sião, onde 95% dos camponeses possuem açazais com uma diversidade de espécies frutíferas, oleaginosas, medicinais e madeireiras e, ainda, as roças de mandioca, milho e arroz. Mesmo a família que dispõe de uma pequena área de terra firme produz, de forma consorciada, mandioca e milho, além de contar com coleta de frutos do quintal. Há apenas uma família na comunidade que possui somente a área da casa que foi herdada dos pais, não dispendo, portanto, de terras para plantar, porém, eles contam com a solidariedade dos vizinhos e parentes, que permitem que desfrutem dos frutos, além de permitirem o trabalho de meia nos açazais e roças, o que oportuniza a essa família o acesso aos *frutos* da terra. O Gráfico 4 apresenta a porcentagem de famílias que possuem SAF's.

Gráfico 4. Percentual de famílias que possuem SAFs

Fonte: Dados de Campo, 2015.

De acordo com os interlocutores, essa forma de cultivar a terra foi herança da natureza (6) ou de seus antepassados (24), pois mesmo com a exploração dos recursos naturais, ainda há muitas espécies florestais nativas que permitem o sustento de suas famílias. A transmissão de conhecimento de pais para filhos ocorria ainda na infância, quando os filhos acompanhavam os pais para coletar frutas, plantar seus roçados e limpar as áreas de açaí, selecionando as espécies que deveriam permanecer na área. Outros aprenderam pela observação da natureza e experimentação (1); a partir de visitas no lote dos vizinhos (2); cursos de capacitação (1) ou com os avós (2), conforme Gráfico 5.

Segundo a lógica camponesa o camponês não é auto-suficiente, necessita de outros produtos, os quais não são produzidos nos sítios e, conseqüentemente, precisa comercializar parte da sua produção para comprar o que não produz. Nessa lógica não existe excedente camponês, existem produtos exclusivamente para comercialização e outros que servem tanto para consumir como para venda. Estes tem a propriedade da alternatividade (GARCIA JÚNIOR, 1983).

Gráfico 5. Como os camponeses de Monte Sião aprenderam a fazer SAF's.

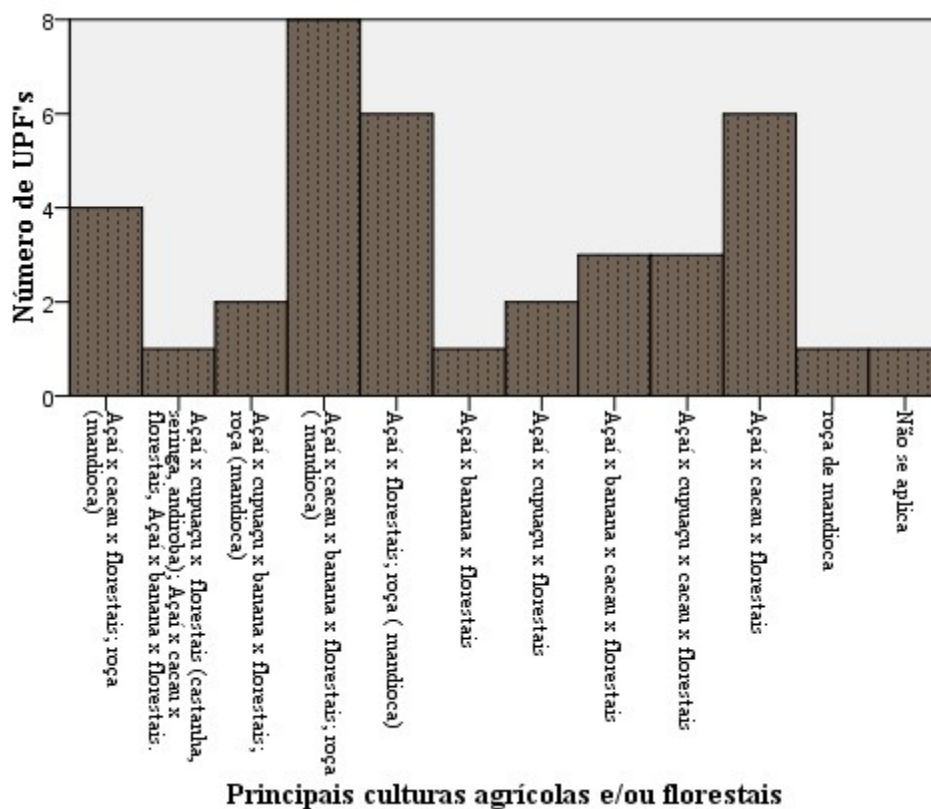
Fonte: Dados de Campo, 2015.

Nos sítios/çaizais existe uma associação de várias espécies que obedecem às necessidades de reprodução da família, em consonância com as considerações de Woortmann (2009). As associações de espécies são: açaí x cacau x banana x florestal e roça; açaí x florestais e roça; açaí x cacau e florestal; açaí x cacau x florestal e roça; açaí x cupuaçu x florestal, açaí x cacau x florestal, açaí x banana x florestal; açaí x cupuaçu x banana x florestal e roça; açaí x banana x cacau x florestal; açaí x cupuaçu x cacau x florestal e; roça, conforme é apresentado no Gráfico 6. Espécies como cacau e cupuaçu são para venda e o açaí e as roças são considerados culturas de “alternatividade” (consumo e venda). Em analogia ao “roçado” de Garcia Júnior (1983) nas unidades produtivas dos camponeses de Monte Sião existem tanto “lavouras comerciais”⁷ como “lavouras de subsistência”⁸.

⁷ Lavoura comercial, ler Afranio Garcia Júnior (1983).

⁸ Lavoura de subsistência, ler Afranio Garcia Júnior (1983).

Gráfico 6. Principais culturas agrícolas e/ou florestais cultivadas/mantidas pelos camponeses de Monte Sião.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

O açaí é a principal fonte de alimento das famílias camponesas residentes desse lugar. Seu vinho está incluso na merenda, no almoço e no jantar, sendo também a principal forma de captar recursos financeiros para compra de outros alimentos, utensílios domésticos, roupas, remédios e outros bens necessários.

Até final da década de 1970, o extrativismo do açaí era praticado apenas para “o bebe”, expressão utilizada pelos camponeses locais referindo-se ao autoconsumo. Com a abertura do mercado consumidor, através da representação do atravessador que se instalou na comunidade, o açaí passou também a ser comercializado em Belém. Atualmente, o açaí é vendido para batedores de açaí da sede do município de São Domingos do Capim e para atravessadores da região do Salgado, como Salinas. Além da venda do açaí, que ocorre o ano todo, tendo um aumento da produção no período que varia de julho a novembro e apresenta uma queda no preço. Há também a venda de frutas, óleo de andiroba e cestarias na feira de São Domingos do Capim.

O artesanato de tala também é fonte de recursos para sustentar a família do seu Augusto Monteiro. Ele e a família tecem paneiros feitos da tala da palmeira guarumã

(Figura 13). Os paneiros são confeccionados diariamente, são: as rasas para armazenar o açaí; cestos denominados de cajá para armazenar pão e; o atorá, geralmente utilizado pela comunidade, é um cesto colocado nas costas muito usado pelas mulheres para carregar o açaí, as raízes de mandioca e até crianças. A família produz em torno de 50 cestas/mês, os quais são vendidos a 3 reais cada um, e os atorás vendidos a 15 reais. As cestarias são vendidas na feira de São Domingos para clientes definidos. Os produtos são levados de bicicleta para a cidade.

Figura 13. Seu Augustinho destalando guarumã para tecer paneiro.



Fonte: Fagner Freires, 2015.

A caça e a pesca são apenas para consumo familiar. Essa atividade é realizada por mais de uma pessoa, geralmente é convidado um parente ou um vizinho para acompanhar nessa atividade. O produto seja o peixe, o tatu, ainda bastante frequente na comunidade, são divididos entre os vizinhos mais próximos ou parentes. Essa é uma atividade realizada em mutirão que demonstra uma das formas de solidariedade muito comum entre as famílias camponesas.

4.3.3 A Organização do Trabalho na Unidade de Produção Familiar (UPF)

Para compreendermos a organização do trabalho nas unidades familiares de Monte Sião, nos apoiamos nas literaturas sobre campesinato. Tomando como enfoque de análise sobre a perspectiva econômica da UPF, Chayanov (1981) considera que o produto do trabalho na unidade familiar é baseado no tamanho e composição da família e no número de membros capazes de trabalhar, além disso, na produtividade da unidade de trabalho e no grau de auto-exploração.

Tomando como base o conceito de Chayanov, pode-se considerar a unidade de produção igual à unidade de consumo, como demonstram também os teóricos Wolf (1970) e Garcia Junior (1983), e é apoiado nesse entendimento que analisamos o trabalho das famílias de Monte Sião. A casa representada como a unidade de consumo e as roças e os açaiçais a unidade produtiva das famílias de Monte Sião. Parte-se do pressuposto que a lógica camponesa é garantir o sustento da família, sua reprodução física e social (GARCIA JÚNIOR, 1983).

Garcia Júnior (1983) analisa as unidades produtivas familiares no Nordeste brasileiro e aponta como especificidade destas, seu caráter familiar. Evidencia a divisão do trabalho por gênero e faixa etária. Demonstra a oposição “roçado” e “casa”. O primeiro de responsabilidade do chefe de família, o homem, e o segundo, de autoridade da mulher. Esse mesmo quadro acontece em Monte Sião.

A organização do trabalho nas unidades de produção de Monte Sião depende do grupo familiar e de relações de ajuda mútua, não existe exploração do trabalho do outrem, o objetivo é a reprodução do grupo familiar (CANTO, 2007). Assim o trabalho em Monte Sião é realizado a partir de noções de gênero (GARCIA JÚNIOR; WITKOSKI, 2007). Compreendemos que para entender o mundo camponês é também necessário o olhar sobre as relações de gênero (WOORTMANN 2009), assim procuramos descrever o trabalho das famílias da comunidade em questão demonstrando o trabalho por gênero e faixa etária.

A unidade de produção é constituída pelos membros das famílias nucleares que mantêm relações de parentesco e compartilham a mesma cozinha. As relações sociais no interior da unidade de produção familiar camponesa de Monte Sião estão alicerçadas nas relações de reciprocidade, expressas de diversas formas: trabalho familiar, diária, troca de dia e mutirão. Essas formas de reciprocidade são desenvolvidas dentro do sítio,

o qual comporta diferentes espaços: casa, quintal, roças, SAF's, açaizal e floresta. Nesse sentido, adiante está descrito como se dão essas relações sociais dentro desses espaços.

A casa: autoridade é a mulher

As casas em Monte Sião geralmente têm de três a quatro compartimentos que corresponde à sala, quartos e cozinhas. O banheiro, na maioria das residências, fica na parte externa, aos fundos da casa. A sala é onde fica a televisão, a noite a família se reúne para assistir telejornais e telenovelas. É o momento em que a família conta tudo o que aconteceu durante o dia, na escola, nos açaiçais, nos ensaios da banda de música, nos ensaios do coral e na cozinha.

A cozinha da maioria das casas em Monte Sião além do fogão a gás ou a lenha, possuem o jirau⁹, a mesa, prateleiras (feitas em madeira fixadas na cozinha, que servem para guardar as louças) e o freezer. Mas tem um elemento de destaque na maioria das cozinhas, a ornamentação, as prateleiras são sempre arrumadas com paninhos de crochê, tecidos pelas mulheres. No geral, as casas também são ornamentadas com cortinas, as quais são compradas de marreteiros que vêm de fora vender na comunidade.

Em Monte Sião, as atividades da esfera doméstica são de responsabilidade da mulher, percebidas na comunidade como “leves”. É socialmente aceito que elas “ajudam”. Mesmo quando estas participam de atividades agroextrativistas, há uma invisibilidade do seu trabalho, porém é entendido pela família que a mulher tem uma autoridade específica dentro da família que é a gestão da casa, das atividades reprodutivas (FRAXE, 2000; CANTO, 2007).

Assim como aponta os estudos de Garcia Júnior (1983), a oposição “casa-roçado” organiza o campo do trabalho e do não trabalho e, as esferas específicas de autoridade do homem e da mulher dentro da família. É socialmente aceito que não cabe à mulher o trabalho no roçado, sendo esta atividade de caráter masculino. Podendo significar que as atividades da mulher podem se restringir as tarefas da casa. Porém, há situações em que se pode encontrar mulheres trabalhando no roçado:

Em primeiro lugar, há tarefas no roçado consideradas próprias para as mulheres, e mesmo algumas específicas às mulheres (por exemplo, colocar as sementes na terra). Este fato não derroga a percepção de que a mulher não trabalha no roçado, pois neste contexto as tarefas femininas não são consideradas trabalho, reservando-se está classificação aquelas tarefas do roçado próprias dos homens. Em segundo lugar, o consumo considerado necessário ao grupo doméstico pode superar o que pode ser obtido apenas pelo uso dos homens do grupo doméstico. Neste caso, cabe às mulheres

⁹ Local feito em madeira, que é utilizado para lavar louças

ajudarem o pai na obtenção do produto necessário. Neste contexto, o trabalho feminino é percebido como manifestação de uma situação difícil em que está o grupo doméstico (GARCIA JÚNIOR, 1983, p. 118).

De maneira geral, constatamos nas observações de campo que as mulheres realizam todas as tarefas domésticas: cozinhar, lavar roupas, lavar louças, limpar a casa, o quintal e carregar água (Figura 14). Além do trabalho na casa, as mulheres em Monte Sião realizam atividades nos açazais, as quais são percebidas como “ajuda”.

Figura 14. Atividades domésticas realizadas pelas mulheres da comunidade Monte Sião. A) Mãe e filha lavando louça no rio e cuidando da criança; B) Amolecendo açai; C) preparando o almoço; D) lavando roupa no igarapé.



Fonte: Josiele Andrade, 2015.

Cabe à mulher a responsabilidade pela educação dos filhos. É ela que frequenta as reuniões de pais na escola, decide se os filhos podem sair para participar de algum evento na igreja ou na escola, a compra das roupas para todos os membros da família e, e na maioria das vezes, é a mulher quem decide o que comer.

A mulher prepara as refeições geralmente com a “ajuda” de uma filha, mas há casos em que os filhos homens também participam dessa atividade. Às meninas,

também cabe “ajudar” na limpeza da casa e lavar roupas; aos meninos a limpeza do quintal, cuidar dos animais e carregar água do rio e igarapé. Conforme identifica Garcia Júnior (1983) as atividades domésticas não são consideradas trabalho, mas a casa é marcada pela autoridade da mulher na educação dos filhos.

É na casa que a família se realiza enquanto unidade de consumo e “*queimam os produtos do roçado*”, porém a coleta de frutas do quintal e a criação de animais podem contribuir para o sustento do grupo doméstico (GARCIA JÚNIOR, 1983, p.112). Portanto, a casa não é apenas o lugar de consumo do que foi adquirido com a comercialização do açaí, farinha, óleos e em alguns casos também, dos pagamentos recebidos de diárias. É nela que as mulheres, depois do almoço, bordam os panos de crochê, alguns são para consumo familiar e outros são vendidos. O dinheiro da venda geralmente é para comprar roupas ou material escolar para os filhos.

Isso também acontece com os paneiros, que são tecidos por algumas famílias (Figura 15). Nesse caso, geralmente são as mulheres e os filhos que fazem os cestos nos finais de semana e nas férias escolares. Estes são vendidos na feira de São Domingos. Outra forma de gerar dinheiro provém da criação de galinhas para o consumo familiar, festejos da igreja e para venda.

De maneira análoga aos “roçadinhos” dos filhos que, na situação estudada por Garcia Júnior (1983) representava uma forma dos filhos arrecadarem dinheiro para suprirem suas necessidades, como roupas ou dotes, os produtos obtidos na casa são vendidos para comprar outros produtos que fazem parte do consumo socialmente necessário das famílias de Monte Sião.

A mulher também é a responsável por gerir o dinheiro arrecadado tanto dos produtos feitos na casa, como também do Bolsa Família, geralmente destinados para outros consumos que não o alimento. Isso porque o dinheiro para comprar os alimentos vem dos açazais. Salvo em momentos de crise ou entressafra do açaí que o dinheiro dos produtos extras também é destinado para comprar alimentos.

Figura 15. Dona Emília tecendo um atorá



Fonte: Josiele Andrade, 2015

O açazal e as roças: autoridade do chefe da família, o homem

O chefe de família – homem - é o responsável pelo consumo socialmente necessário para a família¹⁰. É uma questão ligada à honra camponesa, ele manter sua família. É ele o responsável por determinadas práticas agrícolas dentro do lote, atividades produtivas, entendidas como trabalho de homem, porém algumas atividades nesta esfera são realizadas por mulheres, embora percebidas como “ajuda”. De acordo com o identificado por Garcia Júnior (1983) é de responsabilidade do chefe de família prover o consumo socialmente necessário da família, para isso, ele organiza as tarefas desenvolvidas pelos membros da família no roçado. A unidade de produção não é apenas uma relação econômica, pois existem relações familiares.

As práticas de manejo dos açazais, como as capinas, poda das árvores e derruba, são atividades exclusivamente realizadas por homens, pois são consideradas atividades

¹⁰ O camponês não é produz para subsistência física, precisa além de alimentos, roupas, utensílios domésticos agrícolas, entre outras necessidades (GARCIA JÚNIOR, 1983).

“pesadas” e perigosas para mulheres e crianças desempenharem. Com relação a coleta e debulha - retirada do fruto do cacho - do açaí são realizados por toda a família, mas com maior expressividade das mulheres, conforme Quadro 3. Estas atividades apesar de despenderem certo esforço físico - em virtude de muitas vezes os apanhadores ou apanhadoras terem de enfrentar longos caminhos, com muita lama, para chegar ao igapó para apanhar o açaí, colocar os cachos dentro do atorá e trazê-los nas costas até a beira da estrada para debulhar - são vistos como “ajuda”. Apreensão semelhante também foi revelada nos estudos de Canto (2007) e Witkoski (2007).

A comercialização do fruto é realizada pelo casal. Quando a composição da família não é suficiente para o trabalho nos açazais, recorre-se ao pagamento de diária para atividade de capina, com uma estratégia de manter a produção necessária para as necessidades da família. Além da diária, recorrem ainda a troca de dia, essa geralmente é realizada por pessoas que mantêm relações de parentesco e amizade. Em um dado momento específico da vida dos camponeses, estes também recorreram ao mutirão para limpar os açazais.

A diária é recorrente na comunidade de Monte Sião, os diaristas são sempre membros da comunidade e trabalham na área do vizinho por um valor de 40 reais¹¹. Quando o diarista também necessita de trabalho de diária recorre ao mesmo que lhe contratou anteriormente. Assim a diária pode ser uma forma de reciprocidade entre vizinhos. Ela ganha uma importância no sustento das famílias, por ela representar também uma forma de complementar o sustento da família. Nesse sentido, o trabalho de diária em Monte Sião é entendido como uma forma de circulação de dinheiro dentro da comunidade.

A diária também representa uma hierarquia das famílias consideradas mais pobres e mais ricas, em alguns casos, o diarista é sempre a pessoa com menor condição econômica da comunidade, e a pessoa que paga a diária é sempre o que detém melhor poder aquisitivo.

¹¹No período de 2015.

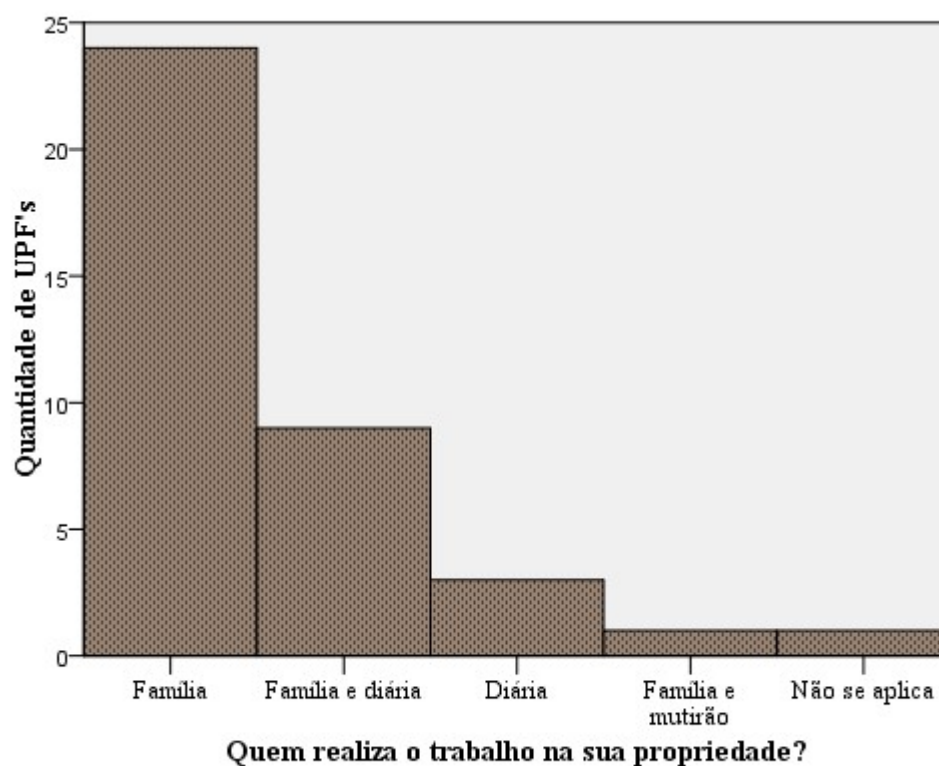
Quadro 03. Divisão sexual do trabalho nos açazais

Atividades	Homem	Mulher	Crianças	Jovens	Diária
Capina	Predominante-mente	Raramente	Nunca	Raramente	Ocasionalmente
Poda	Predominante-mente	Nunca	Nunca	Nunca	Ocasionalmente
Derruba	Predominante-mente	Nunca	Nunca	Nunca	Ocasionalmente
Limpeza dos quintais	Predominante-mente	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Nunca
Coleta de frutos do quintal	Ocasionalmente	Predominante-mente	Frequentemente	Frequentemente	Nunca
Coleta do açaí	Predominante-mente	Predominante-mente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Nunca
Debulhar açaí	Predominante-mente	Predominante-mente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Nunca
Venda	Predominante-mente	Predominante-mente	Nunca	Nunca	Nunca

Fonte: Dados de campo, 2014-2015.

O trabalho de diária na comunidade é também acionado como estratégia de manutenção dos açazais por casais de idosos aposentados, os quais não têm condições de trabalhar nos seus lotes, recorrendo assim à contratação de diarista para fazer o manejo e coleta dos açazais. Conforme demonstra o Gráfico 7, que representa a mão de obra empregada na propriedade, destaca-se o trabalho familiar (24 estabelecimentos), seguido do trabalho familiar e diária (9 est.), apenas diária (3 est.) e, em menor percentual, os trabalho familiar e mutirão (1 est.). Os mutirões são pouco acionados para o manejo dos açazais, quando são realizados são interfamiliares.

Gráfico 8. Tipo de mão de obra utilizado na manutenção dos açazais em Monte Sião.



Fonte: Dados de Campo, 2015.

As roças de mandioca são plantadas prioritariamente para o consumo familiar, pois com a comercialização do açaí sendo a principal fonte de renda, os camponeses de Monte Sião optaram por diminuir a produção de farinha, já que conseguem se manter a partir da venda do açaí, diminuindo assim o dispêndio de força de trabalho. Isso é confirmado por Chayanov (1981), que afirma que o grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre as necessidades da família e a penosidade

do trabalho. Assim, quando a produtividade aumenta na unidade de produção, inevitavelmente diminui o grau de auto-exploração. O contrário também pode ocorrer, a intensificação do trabalho em virtude das necessidades dos membros da família.

As roças de mandioca são plantadas apenas por parte das famílias de Monte Sião, geralmente pelas que possuem terras no Centro - área de terra firme. O plantio e colheita das roças são realizados por todos os membros da família, a atividade de preparo de área é um trabalho masculino, conforme Quadro 4.

Quadro 4. Divisão do trabalho nas roças

Atividades no roçado	Homens	Mulheres	Crianças	Jovens	Diária
Preparo de área	Sempre	Frequentemente	Nunca	Raramente	Ocasionalmente
Plantio	Sempre	Sempre	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Nunca
Capinas	Predominantemente	Ocasionalmente	Nunca	Raramente	Nunca
Colheita	Predominantemente	Predominantemente	Raramente	Frequentemente	Nunca

Fonte: Dados de campo, 2014-2015.

As famílias que plantam roça em Monte Sião, geralmente trabalham por meio de mutirões interfamiliares, como a família de seu Zito que reúne seus filhos e noras para o trabalho; a família de seu Izac, que reúne seus irmãos e primos e; a família do seu Cecílio. Tal prática é apontada por Caldeira (1956) como uma das formas tradicionais de ajuda mútua.

Na produção de farinha as atividades de descascar, raspar, peneirar e ensacar são desenvolvidas por todos os membros. A atividade de torrar geralmente é feita pelos adultos, homens e mulheres, conforme Quadro 5. A farinhada é geralmente em mutirão interfamiliar (Figura 16).

Quadro 5. Divisão sexual do trabalho na produção de farinha

Atividades	Homem	Mulheres	Jovens	Crianças
Descascar	Predominantemente	Predominantemente	Frequentemente	Raramente
Raspar	Predominantemente	Predominantemente	Frequentemente	Raramente
Peneirar	Frequentemente	Predominantemente	Frequentemente	Raramente
Torrar	Predominantemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Nunca
Ensacar	Predominantemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Nunca

Fonte: Dados de campo, 2014-2015.

Figura 16. Produção de farinha. A) A família extensa (pai, mãe, filhos e genros) reunida para produzir farinha de mandioca; B) Filho torrando a farinha.



Fonte: Josiele Andrade, 2015.

Além do trabalho com o açaí e as roças, ainda tem a coleta de frutas e sementes que é realizada por todos os membros da família e a extração de óleos, como de andiroba (*Carapa guianensis* Aubl) (Figura 17), o qual é feita apenas por adultos. A coleta do guarumã (*Ischinosiphon arouma*) para produzir cestarias é realizada pelos adultos, sendo a confecção das cestarias realizada principalmente por mulheres e crianças.

Figura 17. Processo de extração de óleo da semente de andiroba. A) a semente sendo aquecida; B) Dona Zinalva verificando para ver se estava no ponto de sair do fogo.



Fonte: Fagner Freires, 2015.

Outra atividade dos camponeses de Monte Sião é a caça de animais para sua alimentação e a pesca que é realizada exclusivamente por homens. Geralmente se reúne dois a três vizinhos que mantêm relações consanguíneas ou de parentesco para essas atividades.

4.3.4 A Igreja

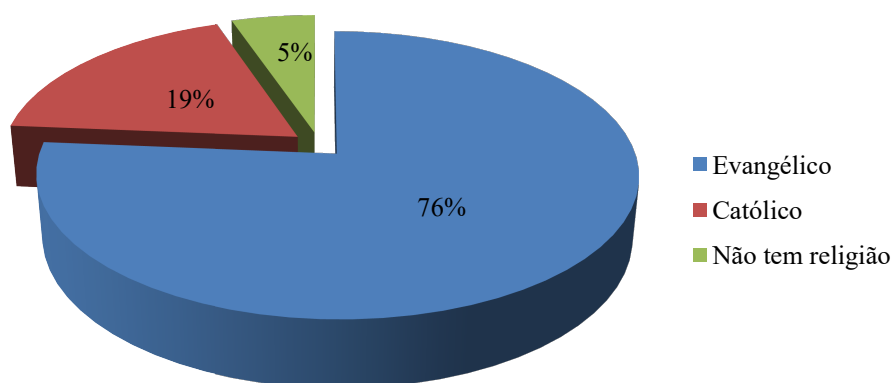
Atualmente, a maioria das famílias camponesas de Monte Sião são evangélicas da Assembleia de Deus, apenas 19% são católicas e 5% não têm religião, conforme Gráfico 9. As famílias evangélicas, na grande maioria, dividem seu tempo entre o trabalho agrícola, a casa e trabalhos e festejos da igreja. Além disso, participam dos cultos pelo menos uma vez por semana. A participação do grupo familiar nas atividades produtivas é tão importante quanto a participação nas atividades da igreja.

A vida social da maioria dos camponeses de Monte Sião é desenvolvida em torno da igreja Assembleia de Deus. Os encontros na igreja para os cultos, reuniões e ensaios dos músicos e cantores, acabam por se realizar como um encontro de fé e um momento de sociabilidade, pois as pessoas conversam sobre diversos temas da vida cotidiana. É também a crença que regula os comportamentos sociais e culturais dos camponeses da comunidade (GUERRA, s.d, no prelo; MOREIRA, 2003; SABOURIN, 2009; FRAXE, 2000).

A igreja Evangélica Assembleia de Deus em Monte Sião é coordenada por um Pastor, que tem sua residência na sede municipal, ele visita semanalmente a comunidade. Além do pastor, há também um dirigente interno morador de Monte Sião,

o “irmão”¹² Jaime, filho do antigo dirigente da igreja. A igreja atualmente é a principal organização social em Monte Sião. É a partir dela que são organizados diversos mutirões e festividades evangélicas.

Gráfico 9. Religião dos camponeses de Monte Sião



Fonte: Dados de Campo, 2015.

A igreja tem uma banda musical, formada por jovens moradores da comunidade, os quais tocam teclado, bateria, violão, guitarra, além de alguns desenvolverem o canto. Os instrumentos foram comprados pelos fiéis, que realizaram eventos, chamados de promoção para arrecadar recursos para comprá-los. Os jovens aprenderam sozinhos ou pela observação a tocar os instrumentos. A banda se apresenta em cultos da igreja que acontecem todos os domingos, quartas e sextas na comunidade, além de se apresentarem em outras localidades.

Há também o grupo dos jovens, os quais se reúnem para formar o coral de jovens; grupo de mulheres do círculo de oração, no qual as mulheres se reúnem para orar, cantar na igreja, desenvolver atividades de limpeza da parte interna da igreja e do barracão e fazer as comidas nas festas (Figura 18).

¹² A denominação “irmão” é utilizada pelos moradores de Monte Sião pertencentes a religião evangélica, é uma forma de identificar as pessoas reunidas na mesma crença.

Figura 18. Celebrações na igreja Assembleia de Deus. A) apresentação da banda de música durante o Festival do Açaí; B) culto; C) grupo do círculo de oração se apresentando no culto; D) coral dos jovens se apresentado no culto.



Fonte: Josiele Andrade, 2014, 2015.

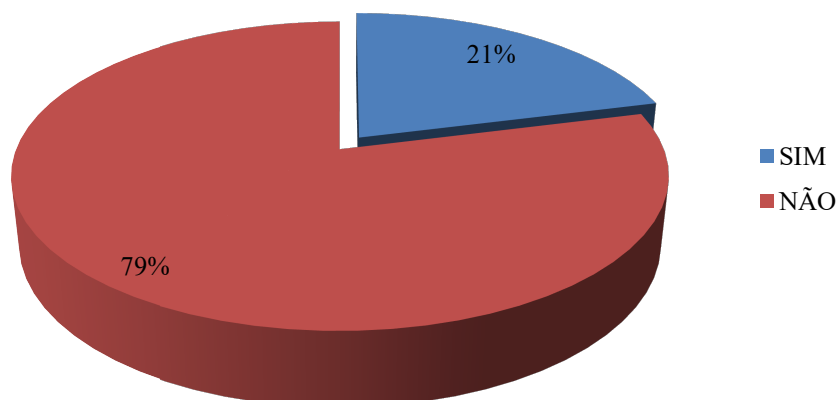
As festas realizadas na comunidade são organizadas pela igreja Assembleia de Deus. Entre as principais festividades que acontecem anualmente, estão: Festa das crianças, Festa dos jovens, Festa do círculo de oração e o Festival do açaí. Esses encontros são momentos de sociabilidade não apenas entre as famílias da comunidade, mas também com pessoas de outras comunidades. É um momento de rever parentes e amigos que vêm a Monte Sião participar das festas. Assim, a religião evangélica em Monte Sião é um elemento estruturante da vida social da comunidade, de seus hábitos, costumes e práticas (GUERRA, no prelo).

4.3.5 APEPA

A APEPA foi criada em 2000 com o objetivo de combater a pesca predatória que estava começando a ser praticada por pessoas externas a comunidade e ameaçava a segurança alimentar dos agricultores e pescadores de Monte Sião.

Desde sua fundação até 2015 só houve dois presidentes, sempre alternando o mandato como presidente ou vice-presidente. As eleições ocorrem a cada dois anos. Cada sócio da APEPA paga uma taxa mensal no valor de cinco reais, este dinheiro vai para a caixinha da Associação para pagar os impostos, como o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ. Os sócios da APEPA pertencem a Monte Sião e comunidades do entorno. Das famílias de Monte Sião, apenas 21% tem algum membro sócio da APEPA, 79% não são associados à APEPA. A maioria dos sócios possuem relações parentais com o presidente ou com a secretária, conforme constatamos durante a participação nas reuniões da Associação.

Gráfico 10. Participação dos camponeses de Monte Sião na APEPA



Fonte: Dados de Campo, 2015.

A associação tem o papel de articular-se com instituições externas, como as Secretarias de Agricultura, Estadual e Municipal, universidades, empresas de pesquisa e extensão, para buscar parcerias. Durante sua atuação foram inseridos alguns projetos, cursos de capacitação e dia de campo, os quais beneficiarem os sócios, mas com uma predominância maior de benefícios às lideranças da Associação.

O discurso que rege a Associação é o da coletividade, no entanto, o que percebe-se a partir dos relatos dos demais membros da comunidade é que, por vezes, os interesses e benefícios são restritos à família que compõe a diretoria. Corroborando, Comerford (1999), ao analisar os discursos de lideranças sindicais, associações, aponta o “falar bonito” das representações camponesas. Essas lideranças buscam envolver as pessoas com seus discursos, os quais muitas vezes são compreendidos, pela coletividade

que faz parte de seu universo social, como contraditório à prática. O contexto em questão tem causado tensões internas à Comunidade entre os membros sócios e não sócios com o presidente, por entenderem que a APEPA deve atender ao interesse da coletividade.

As reuniões, que acontecem nas primeiras sextas-feiras de cada mês, iniciam com uma oração (pai nosso), seguida dos informes e, logo depois, a pauta da reunião. A secretária é o responsável pela ata da reunião e a pessoa que coordena é o sócio presidente. De acordo com conversas informais com os interlocutores da pesquisa, o número de participantes nas reuniões tem diminuído e, segundo eles, a não participação é uma forma de responder ao descontentamento dos sócios com a presidência.

Durante as reuniões do mês de abril e julho de 2015 o principal encaminhamento foi sobre o programa “Minha casa, minha vida” do governo federal, que os associados estão tentando acessar. Segundo as entrevistas, todas as decisões sobre projetos para a comunidade eram tomadas pelo presidente, antes mesmo de realizar as reuniões, mesmo que durante a reunião os sócios decidissem outra coisa, a decisão que prevalecia era a do presidente.

Antes e depois das reuniões formavam-se as rodas de conversa informal de diversos grupos ou de um só grupo, sobre temas da vida cotidiana, os plantios, o preço do açaí, a situação política eleitoral do país.

Castro (2006), ao estudar as práticas agroextrativistas do camponeses de Monte Sião, apontou que no momento do início de sua pesquisa, de 2003 a 2004, a APEPA representava o centro da organização da comunidade, no entanto ao finalizar sua pesquisa em 2006, percebeu a igreja como principal organização.

4.3.6 Os líderes em Monte Sião

A consciência de poder agir em torno da comunidade, só pode nascer a partir do reconhecimento de sua existência, das formas de solidariedade das pessoas. Isso depende, às vezes, de um líder local, de uma atuação externa ou até mesmo de um olhar externo (SABOURIN, 2009). O caso de Monte Sião é exemplar. Existem diferentes líderes que desempenham diferentes ações e ocupam diferentes espaços dentro da organização social da comunidade. Os líderes na igreja e na associação, assim como os mestres em determinado conhecimento, que por serem especialistas são lideranças em grupos de oração, artesanato e infraestrutura.

O líder religioso na comunidade desempenha papel importante dentro da igreja e, por consequência, no cotidiano das famílias, nos seus comportamentos sociais e culturais, pois ele é uma espécie de conselheiro das pessoas que vivem no local. As questões relacionadas a brigas matrimoniais, separações, problema com filhos são relatadas a esse líder, e ele tenta apaziguar e mediar esses conflitos. Para Sabourin (2009), a comunidade camponesa, tradicionalmente dirigida por um conselho de chefes de família, rege o acesso aos recursos coletivos, práticas de ajuda mútua, doenças e outros problemas de família.

Esse líder é também um importante mediador interno que cumpre o papel de intermediário à congregação de Monte Sião junto ao pastor da sede da igreja em São Domingos. É ele o principal incentivador dos eventos que são realizados em prol da igreja, ou como eles denominam para “Obra do Senhor”. Ele foi, durante 13 anos, dirigente da congregação Monte Sião e já ocupou a presidência da APEPA. Na igreja, alguns cargos e funções são de controle de seus familiares, filhos e noras, como a direção atual da congregação, a organização da banda, a organização dos mutirões do artesanato.

O dirigente da igreja é o líder da banda de músicos, pois ele detém o conhecimento sobre a música, é um mestre nessa área. A nora da liderança religiosa é uma mestra na produção de tecer cestarias. Ela organiza os mutirões do artesanato da igreja, além de ensinar a outras pessoas esse saber.

Há também uma líder em orações, essa não tem relações parentais com o líder religioso, mas ela detém uma oralidade que melhor se destaca perante os irmãos, assim, é a pessoa responsável por iniciar as orações conjuntas, é mestra na oralidade da oração e é também coordenadora do círculo de oração.

A liderança política na comunidade é ocupada por um casal, o marido ocupa a presidência da APEPA e a esposa o cargo de secretária da Associação. São mediadores sociais internos que fazem a ponte entre a comunidade e a sociedade externa. São os responsáveis por fazer parcerias com instituições de pesquisa, viabilizar projetos de pesquisa e extensão para a comunidade, corroborando com Sabourin (2009, p.90) que defende que “as associações são de fato destinadas a administrar a interface entre o mundo doméstico local (a família, a comunidade etc.) e a sociedade externa”.

A associação é controlada por sua família e parte dos sócios são parentes consanguíneos do casal, o que contribui para que a Associação beneficie principalmente seu grupo familiar, o que representava uma reciprocidade assimétrica, em que só o líder

é beneficiado (SABOURIN, 2009). Mas mesmo com essa estrutura de reciprocidade assimétrica, havia confiança no casal, as outras famílias de Monte Sião os enxergavam como líderes, pessoas capazes de captar recursos em benefício de todos.

Todavia, quando a comunidade começou a não reconhecer a Associação como representante dos interesses da comunidade, não houve mais o sentimento de pertencimento, como afirmara um dos entrevistados “*a gente começou a abrir o olho e perceber que tudo beneficiava a família dele, a coisa mudou de figura*” (Camponês sócio da APEPA). Assim, foi quebrada a estrutura de reciprocidade, corroborando com Sabourin (2009) ao afirmar que quando a reputação é afetada as relações de reciprocidades são abaladas.

Outra liderança em Monte Sião é o responsável pela infraestrutura. Seu papel é estar à frente das obras de necessidades estruturais para a comunidade, como a energia elétrica. Ele tomou a frente da organização do mutirão para instalação da energia elétrica, dialogou com instituições e pessoas na busca por informações e técnicas de eletrificação - a instalação dos postes, fios e geradores.

Percebe-se que tanto a liderança religiosa, como o casal líder político e o líder na infraestrutura assumem o papel de ponte: mediam, negociam com o mundo exterior interesses da comunidade ou familiares. Tais líderes lançam mão de valores afetivos como a confiança e amizade para representarem a comunidade.

4.4 OS MUTIRÕES A DEUS, AOS HOMENS E ÀS FAMÍLIAS EM MONTE SIÃO

Nesta seção iremos descrever as práticas dos mutirões desenvolvidos pela comunidade Monte Sião, bem como mostrar o sentido dessa prática para os camponeses que dela participam. Além disso, abordaremos em qual contexto os mutirões foram acionadas, e se estes foram organizados por instituições externas às sociedades camponesas ou por uma atitude dos comunitários.

Compreendemos os mutirões realizados na comunidade Monte Sião como a expressão das relações de reciprocidade camponesa, pois reforça, reproduz e consolida tais relações. Esses mesmos mutirões são percebidos pelos camponeses como uma forma de trabalho que envolve o produtivo e o simbólico, podendo ser entendido como uma estratégia de reprodução social, cultural e do conhecimento.

Esses mutirões foram se ressignificando ao longo do tempo de acordo com as necessidades dos camponeses. Com a intensificação do extrativismo do açaí e a diminuição das roças, os mutirões de limpeza de área diminuíram. Atualmente poucas famílias ainda realizam mutirões para roças de mandioca em Monte Sião. No entanto, essa prática passa ser acionada por organizações externas a comunidade, é o caso da entrada da igreja evangélica e da APEPA na comunidade, estas realizam diversos mutirões. Os camponeses de Monte Sião recorrem a novas formas de organização (externas a comunidade), como a Igreja e a Associação, e estas instituições lançam mão de formas tradicionais de reciprocidade camponesa (trabalho de companhia, mutirões agrícolas e de obras).

Nesse sentido, além do trabalho agrícola, os camponeses acionam essa prática para construção da igreja, festejos religiosos, limpeza da igreja, manejo dos açaiçais dos sócios da APEPA e no grupo de mulheres do artesanato.

A igreja Assembleia de Deus e a APEPA são aglutinadoras de pessoas, são no âmbito delas que alguns mutirões são organizados, porém não são essas instituições que fazem mutirão se realizar. Este se realiza pela fé na mesma crença, o prazer de estar com o outro e a confiança. A “homogeneidade na fé religiosa é um importante fator para a solidariedade e união dos indivíduos de todas as raças e classes sociais” (WAGLEY, 1988, p. 219).

Para além da religiosidade, o mutirão acontece devido, a necessidade de força de trabalho e por um sentimento coletivo de luta, para alcançar determinados serviços, a exemplo o acesso à energia. Logo, o mutirão é um espaço de reprodução da vida, podendo ser entendido também como um instrumento de ação política.

Esses mutirões formados por homens, mulheres, jovens e crianças, são compreendidos a partir de uma interpretação não apenas utilitarista, mas, sobretudo, simbólica. Um espaço de realização da vida, de sociabilidade e de aprendizagem. Segundo Brandão (2009) o mutirão representa o trabalho simbólico, presentes nas vilas, povoados e sítios.

De acordo com os dados coletados nas entrevistas, identificamos três tipologias de mutirão em Monte Sião: os mutirões ofertados a Deus; os mutirões ofertados as famílias camponesas e; os mutirões ofertados aos homens, conforme Quadro 6.

Os mutirões para Deus são prestações destinados a “obra do Senhor”, representadas por doações em dinheiro, trabalho, orações e cânticos. Os camponeses participantes dos mutirões a Deus são envolvidos por laços religiosos, são na maioria

evangélicos. A relação com o divino é a forte característica desses mutirões, a reciprocidade entre Deus e os homens.

Quadro 6. Mutirões a Deus, às famílias e aos homens

Mutirão para Deus	Mutirão para as famílias camponesas	Mutirão para os homens (comunidade)
Mutirões para preparar alimentos destinados a venda na igreja, construção da igreja, confeccionar artesanatos, limpeza da igreja e do barracão e festival do açaí.	Mutirão para manejo dos açaiçais; trabalho de companhia, mutirão nas roças de mandioca.	Mutirão da energia elétrica, para instalação de portes e fios; mutirões para confecção de artesanatos (cestas, paneiros e peneiras).

Fonte: Josiele Andrade, dados de campo 2014-2015.

Os Mutirões para as famílias são prestações às famílias camponesas, são mutirões estabelecidos por relações parentesco e vizinhança. No caso do mutirão do manejo dos açaiçais e o trabalho de companhia as pessoas são ligadas por pertencer a associação e de fazer parte da companhia.

Mutirão para os homens são destinados a comunidade em geral, alguns como o grupo de mulheres são regidos por regras de parentesco e vizinhança, faz parte do grupo os parentes; bens comuns como a energia (infraestrutura coletiva) beneficia quase que o total da comunidade.

4.4.1 Doações de Trabalho e Festejos a Deus: Fé, Bênçãos e Pedidos.

A igreja Assembleia de Deus, como já explicitado anteriormente, é uma instituição que está ligada diretamente ao modo de vida dos camponeses da comunidade Monte Sião, ao seu comportamento social e cultural. A fé em Deus é um elemento importante para as famílias, logo, partimos da compreensão da reciprocidade no plano simbólico, como já citado por Sabourin (2009).

A relação de reciprocidade entre os homens e Deus, em Monte Sião, realiza-se por meio de prestações a Deus, as quais envolvem prestações alimentares, artesanatos, construções, orações e louvores em retribuição as bênçãos alcançadas, que Deus, no

entendimento das famílias, as recebe como forma de agradecimento e as retribui, caso mereçam. Tal reciprocidade entre os homens e Deus são compreendidas a partir dos estudos de Mauss (2013), nos quais o autor faz referência aos sacrifícios aos deuses: a dádiva entre os homens e as divindades.

Além de ser uma relação de reciprocidade entre os homens e Deus, ela também é uma reciprocidade entre homens, pois o espírito de irmandade consolidado entre as pessoas que congregam na igreja Assembleia de Deus cria um vínculo social entre eles ligado pela fé, o qual se consolida na obrigação - dar, receber e retribuir - da dádiva, a qual foi descrita por Marcel Mauss (2013) como fato social total, que integra instituições jurídicas, política, econômico, social e o religioso.

Os irmãos da igreja sentem-se na obrigação de se ajudar, de trocar gestos simbólicos, como visitas às casas e orações pelos irmãos doentes, ou seja, uma relação de troca entre os homens, não somente material, mas simbólica. Esse gesto simbólico da oração aos necessitados não necessariamente serão retribuídos pela mesma pessoa que recebeu a oração, mas, acima de tudo, existe o entendimento de que esse ato também é para Deus e que Ele, de alguma forma, vai guardar sua família dos problemas terrenos.

A fé é elemento principal na realização da vida dos camponeses de Monte Sião, e se realiza na relação com Deus e na relação com os irmãos da igreja e outras pessoas, católicas, que também são vistas pelos evangélicos como irmãos.

A união para construção do templo do povo de Deus

A primeira igreja evangélica Assembleia de Deus foi construída em 1991, um trabalho penoso que envolveu toda a comunidade, independente da religião. Na época, todo o material para a construção da igreja foi transportado por meio de canoa a remo, uma vez que até então, não havia estrada para a comunidade.

A igreja foi construída em alvenaria e todo o material utilizado na construção foi comprado com recursos arrecadados a partir de coletas, com exceção da madeira e do barro, extraída da mata por meio de trabalho coletivo dos homens da comunidade. O terreno onde se edificou a igreja pertencia ao senhor Quintino Garcia, que o doou a congregação Monte Sião.

O trabalho (em mutirão) mais conhecido, que você consegue ver é a congregação. A pequenina (primeira igreja), ela também foi feita em base de mutirão. O mutirão da pequena foi mais difícil do que a dessa igreja grande, na época para trazer

material o pessoal ia buscar de casco, buscar areia de casco (Camponesa, 40 anos, evangélica).

As práticas de mutirão com finalidade religiosa já fora evidenciada por Caldeira (1956), corroborando com a constatação realizada em Monte Sião, onde as famílias reuniram-se em mutirão para construção das igrejas - a pequenina, primeira igreja evangélica da comunidade e grande, atual templo da Assembleia de Deus em Monte Sião.

As pessoas envolvidas foram divididas em grupos: os que limpavam a área para construção; os que construíram e; os que cuidavam da alimentação dos trabalhadores. A divisão das tarefas eram definidas de acordo com a habilidade de cada pessoa, havendo, portanto, uma clara divisão de gênero, em que os homens realizavam os “trabalhos pesados” de preparo de área e construção, as mulheres cozinhavam e as crianças se dedicavam a levar os mantimentos (comida, água) até os trabalhadores.

A primeira igreja foi utilizada até 2013, quando o pastor da sede da igreja Assembleia de Deus em São Domingos, juntamente com a comunidade e o dirigente da congregação de Monte Sião, decidiram fazer um novo templo da igreja, uma construção mais próxima do modelo arquitetônico da igreja da sede municipal de São Domingos do Capim e de outras igrejas já existentes, como a da comunidade do Prata.

Descrição dos mutirões para a construção da igreja

A construção da igreja foi realizada por meio de mutirões que eram realizados todas as sextas-feiras, desde janeiro de 2013 até 2014. Foi realizado um planejamento por escala dos dias que cada integrante da igreja iria trabalhar, a maioria das pessoas envolvidas na construção eram evangélicas, as que não pertenciam a essa religião, mas que trabalharam, tinham pelo menos um parente que congregava na igreja Assembleia de Deus.

Toda a compra de materiais para a construção veio de coletas mensais doadas pelas famílias e de vendas de comidas, as quais eram preparadas pelas mulheres do círculo de oração, conforme relato abaixo:

Hoje temos a assembleia de Deus, bonita, ela foi feita todo em mutirão, quer dizer esse trabalho de mutirão nunca acabou, tem tempo que ele dá uma fracassada, mas tem tempo que ele alevanta é ai é direto. Teve um tempo que toda segunda feira era trabalho da igreja e toda sexta feira era trabalho da energia, porque era o mesmo povo que trabalhava na igreja era o que trabalhava na energia [...] A igreja foi feita tudo através de

coleta, cada família dava uma cota pra construção (Camponês, 48 anos, evangélico).

O trabalho foi dividido em etapas e envolveu diversos mutirões, nos quais as atividades eram divididas pela habilidade que cada integrante detinha. Houve mutirões que tiveram objetivo de arrecadar recursos financeiros para a construção da igreja – chamado mutirão de renda financeira – nos quais as atividades eram voltadas ao preparo de comidas para comercialização com fins de angariar fundos, em que as mulheres e alguns homens eram responsáveis pelo preparo do alimento e as crianças de carregar água do rio até os baldes, conforme relato abaixo:

Essa igreja, a gente já trabalhava tanto no mutirão de renda financeira, como no trabalho mesmo. A gente tirava semana de trabalho, por exemplo, a gente tirava quem iria participar cada dia, era escolhido as mulheres para trabalhar na parte da alimentação, os homens, até o jovens trabalhavam. E era dividido assim, quem trabalhava hoje não trabalha amanhã (Camponesa, 40 anos, evangélica).

As comidas geralmente eram preparadas pensando no público consumidor, lanches que agradassem o paladar das crianças e adolescentes, como sanduíches (hot dog – que era composto de salsicha, pão, batata palha, maionese e ketchup – e o misto quente – composto de pão, queijo e presunto – os quais, geralmente, eram acompanhados de suco ou refrigerante). E alimentos que agradassem ao paladar dos adultos, como churrasco de carne bovina e de frango, acompanhado de açaí, além da venda de bolos e tortas.

Os alimentos para compor o cardápio eram doados pelos irmãos da igreja. Além das mulheres, participavam também do processo de preparação das comidas, os homens que gostavam de cozinhar, como é o caso de um jovem que participou de um curso de culinária pela Associação e, a partir daí, começou a participar das atividades domésticas em sua casa.

Cada atividade era realizada com prazer e amor, as pessoas faziam o que gostavam e faziam com muita fé, porque era para o “Senhor”.

Essas comidas eram vendidas em programações da igreja em Monte Sião, nas festas das crianças, das mães, dos pais, do círculo de oração e ao final dos cultos aos domingos. Havia também convite para os irmãos de outras comunidades participarem das programações. É cultural a visita de outras congregações a congregação Monte Sião da igreja Assembleia de Deus e vice-versa. Os irmãos de Monte Sião fretam ônibus para

participar de programações em outras comunidades. É um momento de encontro, sociabilidades e de lazer no espaço religioso.

Os mutirões que compreenderam o processo de edificação da igreja, segundo os entrevistados, envolveram um planejamento, o qual dividiu as atividades em etapas, pois de acordo com eles, era necessário juntar recursos para a compra de materiais, e além do mais o mesmo grupo que participava do mutirão de construção da igreja, também participava do mutirão da energia, então eram dois eventos que necessitavam da saída dos camponeses de seu estabelecimento para trabalhar em prol da comunidade, como pode ser observado abaixo, no relato de uma participante do mutirão:

Teve várias etapas a construção da igreja, teve: a etapa da fundação que levou dois a três meses (em 2013), aí foi dada uma parada de dois a três meses pra gente captar recurso entre nós, era estipulado uma cota de dez reais por família, a gente corria atrás desses recursos; aí depois foi a parte de levantar as paredes, aí foi dado um tempo de novo para correr atrás da madeira para a cobertura; mês de junho e julho a gente trabalhou, a gente [mulheres] não, os homens trabalharam na parte de tirar a madeira, no caso, cada um levava sua merenda, porque não foi aqui perto, foi tirado madeira longe para trazer, e fazer a parte da cobertura; pelo mês de agosto eles conseguiram cobrir, as mulheres trabalhavam na parte da alimentação, a gente também não fazia só alimentação, quando precisava de água, a gente enchia água, quando precisava levantar uma telha, uma ripa... não era exclusivamente na cozinha que a gente ficava (Camponesa, 40 anos, evangélica).

Cada etapa envolveu um número de pessoas a depender da atividade, antes do início das atividades o grupo orava pedindo a proteção de Deus para o dia de serviço e pedindo bênçãos para suas famílias.

A 1ª etapa foi a fundação da igreja e começou em janeiro de 2013, envolvendo de vinte a trinta pessoas. Na primeira semana o trabalho foi direto, depois foi dividido por até duas vezes na semana, sendo que era uma atividade intercalada, cada integrante vinha um dia na semana. Na fundação trabalharam homens, mulheres e crianças. As mulheres faziam comida, carregavam areia, enquanto as crianças carregavam água e os homens trabalhavam na preparação da massa de concreto, na abertura das covas para fundação, na preparação das caixas de madeira para concretagem e na armação. Os trabalhos ditos mais “leves” poderiam ser desempenhados por mulheres e crianças, mas o trabalho de “bater massa” era percebido pelos entrevistados como “pesado”, sendo,

assim, realizado apenas pelos homens. A atividade de tecer ferragem era realizado por homens que trabalhavam como pedreiros.

A 2ª etapa foi de tecer as paredes. Novamente havia uma divisão por gênero: as mulheres cozinhavam; as crianças ajudavam com a água e; a maioria dos homens “batiam” a massa e os que sabiam tecer parede, desempenhavam tal atividade.

A 3ª etapa foi a extração de madeira para construir o telhado. Esta etapa ocorreu nos meses de junho e julho. Os homens foram retirar madeira em lugares distantes de seus lotes, e esta atividade como era considerada “perigosa” só poderia ser realizada por homens, não envolvendo, portanto, as mulheres, as quais preparavam o lanche que o marido ou filho levaria para o mutirão.

A 4ª etapa foi a construção da cobertura da igreja, que ocorreu no mês de agosto. Essa etapa envolveu tanto homens, quanto mulheres e crianças. As mulheres ficaram responsáveis pela alimentação e, quando necessário, carregavam ripas, já os homens construíram andaimes e outros ficaram diretamente na construção do telhado.

A 5ª etapa foi a colocação do aterro para preparar o piso da igreja. Essa atividade ocorreu em novembro de 2013, durou dois dias e envolveu toda a comunidade.

Em janeiro de 2014 foi realizado a parte de acabamento da igreja, colocação de piso, de lajota e envolveu três pedreiros e seis ajudantes. Depois dessa atividade, nos meses seguintes, vieram as atividades de acabamento das paredes, pintura, colocação de janelas e porta de vidros, ventiladores, púlpito, bancos e cadeiras.

Esses mutirões envolveram o trabalho produtivo, mas também o simbólico, a oração, as brincadeiras das crianças, as conversas e a fé em Deus e o trabalho doado a Ele. Brandão (2009) demonstra que ao trabalho produtivo juntam-se ao mesmo tempo com o simbólico, pois é durante o trabalho que acontece a sociabilidade entre os participantes que dão risos, brincam e por vezes ocorre até certos desentendimentos.

A construção do novo templo da Assembleia de Deus não representava apenas um trabalho realizado para Deus, mas para a comunidade, para os irmãos, para realização de cultos, casamentos, aniversários de 15 anos; representava um local de reprodução da vida social e não apenas da vida religiosa. Uma relação de pertencimento não apenas com relação à fé em Deus, mas também de ter um espaço para ser compartilhado por toda a comunidade e por visitantes.

Há planos futuros como a construção do salão da igreja, que atualmente é um barracão em madeira, com paredes laterais e traseira, pintadas de azul. Na parte frontal do salão, ao centro, há uma grande mesa com bancos laterais, na parte dos fundos

localiza-se uma cozinha, que tem um jirau, uma mesa e armários que armazenam as louças da igreja. Essa cozinha é utilizada para preparar a alimentação dos festejos e dos mutirões. Segundo relato eles precisam de um salão em alvenaria para realizar festas de casamento, de 15 anos e outros aniversários e para reuniões.

Festa para Deus

O festival do açaí representa uma demonstração de dádiva dos homens a Deus, a continuidade das prestações a Deus. Para seu acontecimento é necessário planejamento e trabalho coletivo antes e durante o festival, especificamente os mutirões. Dessa forma, o festival do açaí foi analisado como espaço de acontecimento de mutirões, como uma estrutura de reciprocidade. Nesse sentido nos apoiamos em autores como Caldeira (1956), Galvão (1959), Candido (2001 [1964]) e Brandão (2009), que retrataram as festas religiosas, especificamente as festas de santo como acontecimentos que envolvia a comunidade, as dádivas alimentares, ladainhas aos santos, ornamentações, tudo realizado a partir de mutirões: a festa como mutirão.

O Planejamento e os Mutirões que Antecedem do Festejo a Deus

Segundo informações de pessoas ligadas a igreja evangélica Assembleia de Deus, havia uma vontade de se realizar o festival do Açaí em Monte Sião, pois é cultural as igrejas dessa denominação realizarem os festivais evangélicos. Eles então decidiram realizar o primeiro em setembro de 2014, nomeando-o de Festival do Açaí, em referência a importância dessa palmeira para a reprodução social dos camponeses de Monte Sião.

Como maneira de arrecadar recursos para o festejo, foram enviados ofícios para diversas entidades – a Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim, Secretaria Municipal de Agricultura, Emater de São Domingos do Capim e para os comerciantes da cidade – solicitando ajuda em dinheiro ou prêmios que seriam rifados. Além disso, cada família doou uma cota em dinheiro e açaí, bem como, as mulheres do círculo de oração realizaram mutirões para confeccionar artesanato para serem vendidos durante o festival. Além do dinheiro e açaí algumas famílias doaram criações como a galinha caipira.

Apesar de o festival ser um festejo da religião evangélica, muito se assemelha aos festejos de santos católicos com as prestações alimentares, a doação de animais, mas que nesse caso são ofertados a Deus e não aos santos. Da mesma forma, a rifa, que

desponta como uma representação dos bingos e leilões, em que a compra de maior número de rifas pelas famílias representa prestígio social diante da comunidade.

Como todo festejo só é possível de se realizar através de ações cooperativas que envolvam toda a comunidade, como já demonstrado por Cândido (2001 [1964]), o trabalho compartilhado, especialmente nas atividades agrícolas e a participação nos festejos religiosos são dois elementos fundamentais em uma comunidade. Ao estudar os bairros rurais em São Paulo, este autor descreve os mutirões destinados a preparação dos festejos religiosos, que eram realizados pela vizinhança. As pessoas se revezavam no trabalho que contava com a colaboração de todos, era também um momento de aproximação.

O mesmo ocorre com a preparação para o festival do açaí, o qual foi possível realizar por meio de trabalhos coletivos, os mutirões. Os mutirões dos homens como são conhecidos, para a construção de barracas, palco e pequenos reparos e os mutirões das mulheres para a confecção de artesanatos, comidas e ornamentação (Figura 19).

O festival do açaí além de representar um festejo religioso, foi também uma forma de conseguir melhores condições de infraestrutura para a comunidade. A Prefeitura Municipal, a pedido do dirigente da igreja, disponibilizou uma máquina para melhoria da estrada, além do aterro para tapar buracos e a limpeza dos ramais.

Figura 19. Homens e mulheres unidos em mutirão a Deus: preparativos para o Festival do Açaí.



4.4.2 “Meu Trabalho é para Deus”: Grupo de Mulheres do Artesanato

Em Monte Sião existe um grupo de Mulheres pertencentes a igreja Assembleia de Deus que uniram-se para a produção de peças artesanais confeccionadas, principalmente, com fibra do guarumã (*Ischinosiphon arouma*). De acordo com os depoimentos de algumas camponesas, a ideia de realizar o mutirão do artesanato foi impulsionada, especialmente, pela experiência do grupo de mulheres da APEPA que

confeccionavam cestarias a partir do guarumã para vender em feiras e festivais. Como a maioria das mulheres que faziam parte do grupo de mulheres da APEPA eram evangélicas e participam do círculo de oração, isso contribuiu para formar um grupo de trabalho para produzir cestarias a serem comercializadas no festival.

É claro que a experiência em trabalhos coletivos contribuiu para formação do grupo de mulheres da igreja, mas o elemento principal, motivador dessa união está ligado à crença religiosa, as relações de parentesco, amizade e ao círculo de oração como podemos constatar na narrativa a seguir:

Nós do grupo de mulheres, somos parentes, somos amigas e somos da igreja, porque daqui de casa, até no final da comunidade, lá no seu Raulim, somos quase todos parente. A comunidade de Monte Sião aqui, somos quase todos parentes. São minhas irmãs, meus tios, minhas tias, meus primos, assim vai (Camponesa, 33 anos, artesã, integrante do círculo de oração).

O círculo de oração é um grupo fundamental dentro da igreja, motivador das festas, dos louvores, das comidas e da limpeza. Ele é como “um esteio mestre”, no entendimento de uma camponesa, transcrito abaixo:

O círculo de oração é a coluna da igreja, o esteio mestre de uma casa. Eles oram com todo mundo, e também a gente auxilia as pessoas, e no louvor a gente apresenta os hinos. Tipo assim, na casa da gente, na cozinha as responsáveis somos nós. Assim na igreja, as mulheres são pau pra toda obra, porque hoje em todos os lugares a maioria é mulher, é na igreja, nos eventos. Assim nós lá [na igreja], em tudo a gente está, é no mutirão, na igreja, na oração, participando de congresso (Camponesa, 33 anos, artesã, integrante do círculo de oração).

Os mutirões foram realizados todas as sextas feiras desde o mês de julho até o mês de agosto do ano de 2014. Participaram dos mutirões as mulheres geralmente acompanhadas de seus filhos crianças, foram aproximadamente vinte mulheres, as quais confeccionaram miniaturas de paneiros, peneiras, cestas feitos do cipó guarumã e laços de fuxico feitos de retalhos de pano.

Essa experiência, segundo as entrevistadas, foi exitosa e motivadora para as mulheres, pois segundo elas o trabalho o artesanato de cestarias de guarumã foi valorizado pelos visitantes do festival do açaí, os quais elogiaram e compraram os artesanatos, “*nós fizemos artesanato para o primeiro festival do açaí da igreja, deu um*

lucro bom. Veio muita gente de fora, achou bonito nossos artesanatos e comprou, porque o pessoal daqui não dá valor” (Camponesa, 33 anos, artesã, integrante do círculo de oração).

Segundo as informações desta camponesa as pessoas da comunidade em geral sabem fazer a cestaria, não tem necessidade de comprar, por isso prefere comprar outros objetos de decoração, os quais não são produzidos pelos camponeses. Mas isso não quer dizer que não sentem pertencimento por esse *saber fazer* cestaria; as pessoas que detém esse conhecimento repassam aos seus filhos. Os artesanatos de guarumã vêm sofrendo transformações, no trançado de cipó, com a introdução de fitas e tecidos para decorar as cestas.

O mutirão do artesanato representa uma estrutura de reciprocidade. As mulheres produzem para Deus, mas não é algo desinteressado, no entendimento delas, Deus vai abençoar suas famílias, como pode ser observado no relato seguinte: *“o meu trabalho do artesanato, falando por mim, é para Deus, no significado do coração e da mente. Não é só pra mim, é para todos da congregação. E Ele sempre nos abençoa”* (Camponesas, 33 anos, artesã, integrante do círculo de oração).

As mulheres demonstram que o trabalho delas no grupo da APEPA era para a Associação e para elas, já o mutirão do artesanato da igreja é para Deus, e que elas confiam que o dinheiro arrecadado é todo utilizado em necessidades da congregação de Monte Sião, como pode ser observado no trecho a seguir: *“o trabalho da igreja é diferente, é para obra do senhor, é um trabalho voluntário pra igreja. O mutirão da igreja a gente já sabe pra onde vai”* (Camponesa, 40 anos, artesã, integrante do círculo de oração).

Mas para além de ser trabalho doado para Deus, o mutirão do artesanato é um espaço pedagógico, de aprender e ensinar o saber sobre as cestarias, como já assinalava Ponte (1985) em seu estudo sobre a farinhada, em que a autora aponta a importância do mutirão como um espaço pedagógico de aprendizagem coletiva. Na fala de uma das mulheres que integra o grupo, fica claro o seu entendimento sobre o mutirão, que ultrapassa a ideia de trabalho a Deus:

O mutirão da igreja, o lucro era pra igreja, o lucro que eu tive foi de aprender, e aí eu já faço pra mim, as meninas pra ela, eu aprendi muita coisa com o mutirão. Cada uma aprendia um pouco com a outra e ensinava o que sabia (Camponesa, 26 anos, artesã, integrante do círculo de oração).

Em 2015, novamente o grupo de mulheres se reuniu as sextas-feiras dos meses de julho e agosto para produzir cestarias. Podemos acompanhar um dos mutirões do artesanato, observando as técnicas usadas para confeccionar as cestarias, passo a passo, acompanhando todas as etapas, inclusive realizando a observação participante. Observamos a integração das mulheres e crianças, focando principalmente em observar as conversas e os cantos; perceber as formas de trabalhar com o outro, orando, ensinando, aprendendo, cozinhando, sendo mãe, e a relação das crianças, com o cuidado de anotar as principais impressões, orientados pela leitura de Roberto Cardoso de Oliveira.

O dia em que seria realizado o mutirão foi avisado com antecedência durante o ensaio de louvores das mulheres do círculo de oração. O mutirão começou às 8 horas da manhã, no barracão da igreja, inicialmente com a presença de três mulheres e uma criança. Algumas mulheres avisaram que não viriam por motivos de doença, como foi o caso de dona Maria da Paz, a qual doou para o mutirão um feixe de talas de guarumã como sua contribuição no trabalho. Outro caso de falta, mas que avisou e retribuiu, foi de dona Emilia que não pode estar presente no mutirão, mas havia tecido dois paneiros e uma rasa para ser vendido no festival do açai.

A maioria das mulheres que não participaram nesse dia do mutirão, foi em função de ter coincido com o dia de recebimento da Bolsa Família, no qual elas teriam que se deslocar até a cidade. Porém, as mulheres que estavam presentes se sentiram descontentes de muitas não justificarem sua falta no mutirão.

Com o passar da primeira hora do mutirão começou a chegar mais mulheres e crianças, além de um homem, que nesse dia apareceu espontaneamente para ajudar e participou do mutirão. Cada integrante levou sua faca e seu feixe de guarumã para o trabalho.

No grupo a mulheres há algumas que realizam todas as etapas de produção de cestas. Essas, que são consideradas mestras nesse saber, geralmente, são as que ensinam as outras mulheres que não sabem confeccionar o artesanato de guarumã.

As crianças, durante todo o mutirão, estiveram acompanhando o trabalho e também participando. As maiores destalavam o guarumã, as menores limpavam os resíduos que ficavam no meio do barracão, mas no geral elas mais brincavam, de roda, de pira-pegas, dentre outras brincadeiras.

As mulheres, ao mesmo tempo que confeccionavam as cestas, falavam da vida doméstica e os mais variados assuntos, como, por exemplo, sobre os homens que devem

aprender a cozinhar, a comida da festa de outra comunidade, a EBF da comunidade do Prata que tinha sido animada, as mulheres que faltavam aos ensaios do círculo de oração, sobre o Pastor da igreja, os novos casais de namorados da comunidade, a bíblia e as novelas. Essas conversas sempre eram acompanhadas de risos, e muitas de cochichos, dada a presença da pesquisadora, externa a eles. No geral, o mutirão demonstrou ser um momento de reprodução da vida, representado na fala de uma integrante do grupo: *“é tão bom a gente trabalhar junto, a gente rir, é uma alegria só. Em casa a gente fica só na beira do fogão, bate aquela tristeza”* (Camponesa, 32 anos, integrante do círculo de oração).

Havia ainda diálogos sobre o trabalho, observaram que alguns feixes de guarumã estavam muito maduras e que não poderiam ser utilizados; repassavam algumas dicas sobre a largura da tala, em alguns casos a tala deveria ser fina, caso o cesto fosse ser enfeitado com fitas e; algumas ensinavam a confeccionar cestarias, como a peneira, por exemplo, que poucas sabem fazer, formava-se aquele círculo em torno da mestra e esta ensinava, e muitos só de olhar aprendiam através da observação.

Para realizar a confecção de cestarias como as miniaturas de paneirinhos são necessárias 5 etapas, conforme Figura 20.

1º - Raspar o guarumã, geralmente essa etapa é realizada por todos, só precisa ter cuidado, porque segundo eles, o guarumã pode provocar alergia. Para fazer a rasa de uma lata de açaí não é necessário raspar o guarumã;

2º - Destalar o guarumã, nem todas sabem, não é apenas destalar é saber qual a finalidade, para tirar a tala numa largura menor ou maior.

3º - Tecer o fundo, essa etapa poucas mulheres sabem realizar;

4º - Encaixar sobre o fundo o molde (um paneiro pronto) para tecer as laterais;

5º - Fazer a finalização da bordadura do paneiro, poucas mulheres sabem finalizar.

Durante as atividades de confecção das cestarias, houve o intervalo para almoço. À alimentação cada uma levou um pouco de açaí de casa e o pedaço – como eles se referem a proteína animal, carne bovina, charque, mortadela – já cozido. Apenas o feijão e o arroz foram preparados durante o mutirão. Por volta das 10:00 horas da manhã duas mulheres deixaram as atividades de confecção dos artesanatos e foram para a cozinha do barracão colocar o feijão e o arroz no fogão a gás, e fazer a junção das comidas em um só panela para ser apreciado por todos. Assim que ficou pronto, por

volta das 12:00 horas, foram todos almoçar em uma mesa grande; os pratos, colheres, tigelas e copos utilizados eram da igreja.

O momento do almoço foi mais um espaço para conversas, brincadeiras, compartilhamento de comidas e sorrisos. As crianças foram as primeiras a serem servidas e depois os adultos. Ao término cada um lavou seu prato no jirau e retornou ao trabalho. Logo após o almoço foi o momento que as crianças mais brincaram e as mulheres estavam realizando a decoração dos cestos, com enfeites de fitas. O mutirão terminou as 17:00 horas.

Figura 20. Mutirão para Preparação do Artesanato



Foto: Josiele Andrade, 2015.

As mulheres também prepararam a comida quando os homens se reuniram para fazer o mutirão de construção de barracas e do palco – *“a gente no período do festival faz mutirão do artesanato toda sexta, e comida também quando os homens vão trabalhar, existe o mutirão dos homens também, e nós que vamos cozinhar mês inteiro”* – como relata uma camponesa, 33 anos, artesã e integrante do círculo de oração.

4.4.3 Homens a Serviço da Igreja

Os homens se reuniram duas semanas antes do festival para realizar a limpeza do entorno da igreja, fazer reparos, e construir barracas, mesas, bancos e o palco. O serviço envolveu cerca de quinze homens, a maioria evangélicos, parentes e vizinhos.

Os trabalhos foram coordenados pelo dirigente da igreja e por um carpinteiro. Os homens prepararam inicialmente o palco em madeira, depois construíram as barracas em madeira com cobertura de palha de açai e mesas com bancos em seu centro. Essas barracas serviriam para os participantes se acomodarem durante o evento. Ademais, construíram também uma barraca maior e o fogão a lenha, destinado para assar o churrasco, além de realizarem as instalações elétricas que garantiria a iluminação durante o Festival. Também Realizaram reparos na igreja, no barracão e nos banheiros, conforme Figura 21.

Figura 21. Construção do Palco para Festival do Açai



Foto: Josiele Andrade, 2015.

Durante esses mutirões os homens foram buscar, de carro, o aparelho de som que pertence ao dirigente da igreja, fizeram a passagem de som e escolheram, junto com as mulheres, o repertório que seria tocado no Festival. Esses mutirões mais próximos do evento envolveram quase toda a comunidade e foram acompanhados de músicas tocadas

no aparelho de som. Cada participante levou o açaí e a proteína para ser preparada pelas mulheres. O almoço foi preparado na cozinha do barracão. As crianças levavam água para os homens.

A véspera do festival envolveu muito trabalho, as mulheres adicionaram os preços nos artesanatos e os organizaram na barraca, algumas foram até a cidade comprar o pirarucu que foi dessalgado e preparado para comercializar no Festival acompanhando o açaí, enquanto outras prepararam os churrascos para o primeiro dia do evento.

A ornamentação da igreja foi realizada pelas mulheres do círculo de oração, e a do barracão por homens e mulheres. Essas atividades aconteceram simultaneamente.

4.4.4 O Festival

Para que o evento acontecesse, foram formadas várias equipes que seguiam uma escala de trabalho por turno, para que todos pudessem prestigiar o evento. Essas equipes eram compostas de homens, mulheres, jovens e crianças.

Na equipe da cozinha ficavam as mulheres, adolescentes e crianças. As comidas eram feitas no barracão da igreja, apenas as sobremesas foram preparadas em algumas casas. Antes de iniciar os trabalhos, houve um momento de oração onde a coordenadora do círculo de oração pediu que as mulheres dessem às mãos, e, então, ela fez uma pregação agradecendo a Deus por todas as graças alcançadas, e pedindo a proteção para o trabalho durante o Festival.

Na cozinha tinha uma divisão das atividades que eram desempenhadas por cada mulher, como lavar louça, fazer os sucos, fazer farofa, preparar o frango, o peixe, a carne, preparar o arroz, a salada e assar o churrasco. As louças para o evento eram da igreja e também de algumas camponesas, que marcaram suas louças com as iniciais de seus nomes para facilitar o reconhecimento e recolhimento depois do evento.

Havia dois caixas onde eram vendidos os cartões das comidas. Nas laterais do barracão foram construídas duas cantinas onde as comidas ficavam expostas sob os cuidados de cinco pessoas que serviam os visitantes. O suco, água, refrigerante, picolé e mousses foram armazenados no freezer.

A comunidade não tem acesso à água encanada, portanto, eles utilizam água do rio. A igreja dispõe de uma bomba que canaliza a água do rio e armazena em uma caixa d'água. Segundo alguns entrevistados, os camponeses de Monte Sião estão acostumados a beber a água do rio, porém a maioria dos visitantes não tem esse hábito, por isso eles

precisaram transportar galões cheios de água, captada do poço artesiano a 3 Km da igreja. Essa água era para ser utilizada no preparo dos alimentos e sucos. Então foi criada a equipe da água, composta apenas por homens que utilizavam um carro para transportar os galões de água; a equipe da passagem do som e da iluminação, composta por homens e; a equipe da limpeza, composta por ambos os sexos.

As pessoas demonstravam cansaço, mas estavam alegres com o sorriso no rosto realizando as atividades com prazer, pois segundo elas, Deus sempre lhes dava o retorno. Além disso, elas recebiam elogios, principalmente as que se empenharam desde o início do planejamento. Os seus nomes foram anunciados no microfone, isso já era uma forma de retribuição no plano simbólico, o prestígio social diante da comunidade e dos visitantes.

Em 2015, o Festival do Açaí estava na sua segunda edição, o primeiro ocorreu no mês de setembro de 2014, durante três dias. A abertura do festival em 2015 começou pela manhã com a presença do Pastor da igreja sede, dirigente da igreja, secretário de agricultura, representantes da EMATER de São Domingos do Capim e de vereadores. Era um espaço religioso, mas também político, momento ideal para os camponeses cobrarem dos vereadores melhorias para a comunidade, especialmente a água encanada. Dos extensionistas rurais cobraram visitas, projetos, tiraram dúvidas sobre assuntos agrícolas. O festival se realizou também como um espaço de relações políticas de ambos os lados, com os vereadores e secretários dialogando com as pessoas da comunidade.

Durante o evento era anunciado o nome dos doadores de objetos para as rifas, era feito também o agradecimento para as pessoas que estavam prestigiando o evento, essa foi a forma que os membros da congregação Monte Sião usaram para retribuir a presença das pessoas e as doações materiais.

Nos turnos da manhã e tarde os membros da congregação Monte Sião estavam com a camisa do evento, as mulheres de saia e os homens de calça. À noite os homens estavam de camisa e calça social, alguns de terno e as mulheres de vestidos, saias longas. A vestimenta era uma forma de reverência a Deus, mas também, um momento de prestígio diante da comunidade, para demonstrar as roupas e sapatos novos.

Os cultos começavam às 19:00 horas e terminavam às 21:00 horas, era um momento de pregação da palavra de Deus, havia muitos pastores. Os homens sempre ficavam no palco em cadeira, não havia mulheres, estas só subiam quando iriam fazer alguma pregação ou louvor, havia aí uma marcação de poder das relações de gênero, apesar das mulheres estarem atuantes como os homens nas atividades da igreja, apenas

eles subiam e sentavam no altar construído no palco. A igreja ficou aberta para os visitantes, mas os cultos eram campais.

As prestações a Deus na forma simbólica e não material eram demonstradas a partir das apresentações da banda da igreja, os jovens tocando os instrumentos e cantando os hinos evangélicos. As mulheres cantavam hinos especialmente a Deus. As pregações feitas pelos irmãos, alguns até se emocionavam durante a oração, outros faziam pedidos de saúde e agradecimento de bênçãos recebidas.

As comidas eram doações na forma material, o cardápio era escolhido pensando em agradar o público: churrasco, peixe frito, baião de dois, sempre acompanhados de açaí e farinha de mandioca. Cada refeição era vendida a R\$ 6,00. Também eram servidas/vendidas sobremesas como tortas, bolos, pudins, sorvetes e mousses, as quais traziam o açaí como ingrediente marcante, uma forma de mostrar a importância do fruto do açaí para os camponeses de Monte Sião, afinal é ele quem dá nome ao festival.

O festival do açaí foi um evento de doação a Deus e aos irmãos, foi um trabalho regado de fé, sorrisos, conversas, mais que trabalho, foi festa, conversa e fé. Um lugar de encontro de parentes, de amigos de outros locais. De retorno de pessoas da comunidade que foram morar na capital paraense, as quais tiraram essa data para rever os familiares. Um momento de conhecer novas pessoas, de formar novos casais de namorados. Esses encontros e reencontros são carregados de sorrisos, abraços, lágrimas. Para Mauss (2013, p.38), trata-se de misturas. “Misturam as almas nas coisas, misturam as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca”.

O festival serviu para aproximar as pessoas da comunidade e pessoas externas, além de oportunizar trabalhar as diferenças, a organização, o compromisso de cada pessoa que trabalhou durante a festa e o espírito cooperativo.

4.4.5 A Influência do Cenário de Políticas Públicas como Impulsionadoras dos Mutirões Organizados pela APEPA em Monte Sião no Período de 2001-2004

A valorização do desenvolvimento das comunidades rurais em São Domingos do Capim foi impulsionada pela gestão municipal de 2001 a 2004 (SEGBART & NUNES, 2005). Segundo relatos dos entrevistados, o governo desse período e o governo seguinte (2005-2008) possibilitou uma melhor assistência técnica rural, capacitações,

intercâmbios e espaço de comercialização de produtos artesanais nas feiras e eventos, que foram criadas para receber os agricultores das comunidades rurais do município.

Tanto o prefeito como alguns integrantes da equipe de secretários tinham alguma ligação anterior com os movimentos sociais do campo e priorizaram durante seu governo a valorização da agricultura familiar, a promoção de alternativas de produção ecológica e economicamente sustentável e parcerias com instituições governamentais e não governamentais, como relata Segbart e Nunes (2005).

A prefeitura municipal de São Domingos do Capim, juntamente com o Projeto PRORENDA RURAL Pará, realizou um Diagnóstico Participativo (DRP), o qual possibilitou o mapeamento da agricultura familiar naquele dado momento, e baseado nos seus resultados foi criado o Plano de Desenvolvimento Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PMDRS) do município a ser cumprido no período de 2001 a 2004, o qual previa práticas alternativas de produção (sistemas agroflorestais, turismo rural, artesanato) (SEGBART & NUNES, 2005).

O governo municipal incentivou a promoção do Festival da Mandioca para que esse espaço se tornasse um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar. Cada comunidade rural tinha uma barraca para expor e comercializar seus produtos, desde frutas “in natura”, comidas e artesanatos. Com o término desses dois mandatos, muitas das ações desenvolvidas, principalmente as direcionadas para a população rural do município, foram paralisadas, influenciando negativamente a organização social e política das comunidades, tanto nos aspectos econômicos, como culturais e do conhecimento.

Com as parcerias da Prefeitura Municipal com o PRORENDA da Secretaria Estadual de Estado da Agricultura – SAGRI, PROAMBIENTE, Embrapa Amazônia Oriental e Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, tornou-se possível a realização de cursos de capacitação, intercâmbios e desenvolvimento de projetos nas comunidades rurais de São Domingos do Capim. Em meio às comunidades contempladas com as ações da gestão municipal naquele dado momento, estava a comunidade Monte Sião.

Em 2001 foi realizado um curso de capacitações em sistemas agroecológicos na comunidade de Monte Sião, com a participação de camponeses de outras localidades. O curso foi promovido pelo PRORENDA da SAGRI e pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de São Domingos do Capim, sob orientação do pesquisador Ernerts Goscth, com a duração de três anos (Castro 2006). O curso foi

realizado na propriedade do presidente da APEPA, onde foi implementado um sistema agroflorestal. Os demais participantes ganharam mudas para implantar o sistema em suas propriedades.

Esse curso deu início às primeiras experiências em sistemas agroflorestais e a potencialização de práticas de manejo de açazais em Monte Sião. Durante o curso, os camponeses tiveram a oportunidade de dialogar com o instrutor suas experiências empíricas sobre os açazais, e este de dialogar em cima das experiências dos agricultores seu conhecimento advindo da academia. Foi uma troca de conhecimentos. De acordo com os camponeses o curso foi essencial para melhorar o manejo, o que permitiu uma melhor produção do açaí.

Em 2003, o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural – PROAMBIENTE em parceria com a Embrapa Amazônia Oriental começou a atuar nas áreas dos camponeses de Monte Sião. A proposta do PROAMBIENTE era o fornecimento de serviços ambientais, isto é, realizando práticas alternativas ao uso do fogo no preparo de área, reflorestamento e recuperação da mata ciliar e implementação de sistemas agroflorestais. As famílias participantes puderam escolher várias atividades para serem utilizadas em suas áreas, desde a implantação de SAF, potencialização do manejo dos açazais até a construção de galinheiros agroecológicos (CASTRO, 2006).

De acordo com o sócio presidente da APEPA, o critério para seleção das famílias que participaram do programa era a filiação na Associação, além de relações de parentesco e vizinhança que prevaleceu. Essas famílias receberam cursos de capacitações, participaram de vários intercâmbios e mutirões, no entanto, vale ressaltar que apesar do programa ter realizado experiências apenas em dez áreas, as outras famílias indiretamente puderam conhecer as experiências e se apropriar do que acharam que foi exitoso e seria produtivo de realizar.

Entre os cursos de capacitação, teve um que tomou destaque nas entrevistas, o curso de manejo de açazais realizado por técnicos da Faculdade de Ciências Agrárias, atual Universidade Federal Rural da Amazônia, do PRORENDA da SAGRI e do PROAMBIENTE. O curso foi realizado na propriedade do agente do PROAMBIENTE. Segundo os entrevistados, esse curso foi o motivador da realização de mutirões para manejo de açazais, no intuito de contribuir para as trocas de experiências entre os agricultores.

O mutirão de manejo dos açazais surge impulsionado por um cenário de inserção de políticas públicas, projetos e instituições públicas e privadas atuando dentro do município de São Domingos do Capim e, mais especificamente, em Monte Sião.

O mutirão do manejo dos açazais foi proposto pelo sócio presidente da APEPA e agente do programa durante uma reunião da Associação. Esse mutirão teve grande motivação para acontecer, pela atuação do PROAMBIENTE na comunidade, representado pelo agente do programa, o qual era responsável por acompanhar as áreas agrícolas dos camponeses que participavam do programa e de socializar as experiências. O mutirão foi acionado como forma de compartilhamento de experiências, mas também do agente do programa cumprir suas atividades.

Naquele momento isso se tornou possível, pois esse presidente da Associação e agente do programa era um líder na comunidade, visto como um mediador entre a comunidade e o mundo externo (as instituições públicas e privadas, os projetos e programas) e que poderia possibilitar o alcance de políticas públicas que contribuísse para reprodução social das famílias. Havia uma reputação e com isso confiança no presidente, que estabelecia determinadas relações de reciprocidade entre eles e os sócios.

Segundo os estudos de Castro (2006), durante sua pesquisa de campo no ano de 2004 a 2006, a vida em Monte Sião circulava em torno do processo organizativo que se estabelecia através da Associação e das atividades agroextrativistas que se estabelecem no repasse das práticas entre as famílias. Contudo, é bom ressaltar que tal pesquisa foi realizada apenas com as famílias que participavam do PROAMBIENTE e que também eram sócias da APEPA.

Porém, esse quadro mudou um pouco ao longo do tempo, durante o período de campo da dissertação em questão (2014 a 2015), percebeu-se um cenário em que vida se constitui a partir da igreja evangélica Assembleia de Deus e das atividades agroextrativistas. Nesse contexto, existe uma tensão entre o sócio presidente da APEPA e a comunidade, o que tem influenciado negativamente no sentimento de pertença pela Associação, pois, a reputação do líder diante da comunidade foi afetada e, conseqüentemente, houve uma quebra nas relações de reciprocidade.

Os sócios já não se sentem motivados para participar de mutirões, reuniões, intercâmbios que sejam coordenados pela APEPA, pois de acordo com os relatos os benefícios gerados não eram compartilhados entre todos, mas apenas como poucos sócios, esses geralmente tinham uma relação de parentesco e amizade com o presidente.

Entre as principais insatisfações de camponeses sócios e não sócios da APEPA aparecia o discurso do líder falando no coletivo, que envolvia sempre a comunidade, no entanto, nos dias de campo e cursos somente a sua família participava. Além disso, as atividades nunca tinham fôlego para continuar, fossem os mutirões do manejo dos açazais, as experiências comunitárias como criação de galinha e poço de peixe. Isso tudo, gradativamente foi desmotivando a comunidade. Aos poucos muitos se desfilharam da Associação, outros permaneceram por relações de vizinhança e amizade com a família do presidente, mas as reuniões geralmente contam com, no máximo, oito pessoas.

4.4.6 Mutirão para Manejo dos Açazais

Não se sabe precisamente o tempo de duração desses mutirões, alguns entrevistados relatam um período de um ano e outros um período de dois anos. O critério para participar do manejo era ser associado à APEPA, mas muitos sócios não aceitaram a proposta. Na época a associação contava com vinte sócios atuantes, dos quais apenas dez, aproximadamente, participavam desse mutirão.

Após o curso de manejo de açazais, o grupo de sócios da APEPA fez um calendário de dias de mutirão na área de cada sócio. A ideia era tirar uma sexta-feira de cada semana para cada sócio, até completar a limpeza na área de todos. No trabalho de limpeza dos açazais participavam apenas homens, caso tivesse uma mulher sócia quem lhe representava era o marido. Quando perguntado aos entrevistados sobre o trabalho das mulheres, geralmente eles respondiam que esse mutirão era trabalho de homem, pois era um trabalho pesado. Porém as mulheres ficavam em casa preparando o almoço para complementar junto com a comida que cada sócio levava. As crianças também eram responsáveis de levar água para os homens que estavam no mutirão, mas essas atividades não eram percebidas como trabalho pelos homens.

Cada integrante do mutirão levava sua ferramenta (terçado e enxada, nesse período os camponeses ainda não tinham a roçadeira), assim como a alimentação. Quando o sócio não podia levar a comida levava a farinha. A comida era toda reunida pela esposa do dono do mutirão, que ainda complementava, geralmente, com o feijão e o açaí. Durante o mutirão, além do almoço era feito um lanche pela manhã acompanhado de açaí e o pedaço, que significa a proteína animal. Segundo relata um entrevistado, *“quando a gente fazia mutirão cada um levava um pouquinho de comida,*

quem não tinha levava a farinha, era assim, um comia com o outro. Era o mutirão de roçagem do mato, quem organizava o mutirão era o Pedro ou eu” (Camponês, 62 anos, sócio da APEPA).

O mutirão era realizado sempre no inverno. Começava no horário de 7:00 horas da manhã e terminava as 17:00 horas. Como o grupo era composto também de pessoas que não moravam em Monte Sião, acontecia de alguém se atrasar para o trabalho devido o deslocamento, mas esse atraso era entendido apenas por parte dos membros do grupo. Durante os mutirões os homens faziam os desbastes de touceiras, a derrubada das palmeiras com altura elevada e realizavam a limpeza das áreas, poda das árvores, sendo orientados pelo agente do PROAMBIENTE.

As regras de reciprocidade foram firmadas na criação do grupo do mutirão, cada sócio deveria dar um dia de trabalho para os outros sócios, estes tinham que aceitar a ajuda e tinham obrigação de receber a ajuda e de retribuir participando dos mutirões dos sócios que foram em seu trabalho. Caso um sócio deixasse de ir à área do outro, este deveria avisar aos outros o motivo de ter faltado, algumas pessoas inclusive pagavam alguém para lhe representar ou mandavam um filho. Se, por ventura, um sócio faltasse ao mutirão de alguém sem justificativa, essas pessoas também ficariam livres para decidir se, outrora, iriam ajudar o que faltou em seu mutirão. Segundo relatou um dos integrantes do mutirão, *“tinha alguns que não participavam na área do outro, então por exemplo, aquele que não viesse na minha área no dia do mutirão, eu iria na área dele se eu quisesse, porque eu não estava devendo dia de trabalho pra ele. Mas parou, era um negócio bom, porque limpava uma boa área no dia.”* (Camponês, 35 anos, sócio da APEPA).

4.4.7 Mutirão como Forma de Reprodução do Conhecimento e Espaço de Sociabilidade

Os mutirões costumam ser apresentados na literatura como uma prática de ação coletiva com função utilitarista, a qual oportuniza a execução de tarefas que necessitam de significativo dispêndio de trabalho. Tal afirmação, embora consideremos e tenhamos constatado que apresenta uma visão limitada do sentido de mutirão, também foi evidenciada nas afirmações de alguns camponeses de Monte Sião que integram os mutirões, como constata-se nos relato seguintes:

Ajudava na limpeza dos terrenos, porque eram 10 a 12 pessoas ajudando, é mais fácil, por exemplo, o grupo roçava até quatro tarefas no dia, só para um roçar é mais ou menos um mês” (Camponês, 63 anos, sócio da APEPA).

Mutirão é um grupo de homens que trabalham junto, numa meta de melhor fazer o trabalho. Como diz a história, um com o outro nos geramos uma força, e outra coisa, ajuda a gente a não ter aquela despesa, geralmente a gente não tem com o que pagar quem trabalho. O mutirão é o seguinte, a gente junta um bocado num dia pra fazer determinado trabalho, no outro dia vai fazer o trabalho do outro, acaba que todo mundo fica servido” (Camponês, 63 anos, sócio da APEPA).

Entretanto, apesar de alguns entrevistados apenas relataram o mutirão sendo importante para ajudar na limpeza das áreas, outros entrevistados recordaram com mais detalhes o que aprenderam, e o que esse mutirão representava para eles, despontando percepções do mutirão enquanto espaço de reprodução do conhecimento e sociabilidades.

O mutirão do manejo dos açazais, de acordo com a percepção dos sócios, pode ser compreendido como um espaço de trabalho, aprendizado, ajuda, conflitos e de conversas, ou seja, um espaço de reprodução do conhecimento, de sociabilidade, de reprodução das famílias, o que transcende uma simples visão utilitarista. Além de ser um espaço de dádivas, porque cada sócio deveria aceitar a ajuda dos outros, mas também tinha a obrigação de retribuir. Era também um espaço de conflitos entre os membros.

Os sócios já manejavam seus açazais com os conhecimentos recebidos de seus pais, da sua experimentação e observação, porém, segundo eles, a forma como eles manejavam suas áreas tinha pouca produtividade, havia áreas extensas com muitas palmeiras de açai e outras árvores, o que dificultava a entrada de luz e de água para as palmeiras de açai. Com o curso sobre manejo de açazais eles começaram a entender algumas práticas que contribuíram para uma maior produtividade. Conforme relato do camponês sócio presidente da APEPA:

Cortar uma árvore, todo agricultora sabe, subir num açazeiro, mas saber cortar a árvore certa e que nós muitas vezes não sabemos. Então, muitas vezes a gente que é agricultor se julga já saber tudo, mas a vezes nós não sabemos de um a dez nem três, então nos intercâmbios a gente aprende, mas depende do professor, se ele for um mateiro a gente aprende um pouco, mas o professor do gabinete a gente não aprende não,

depende da linguagem que ele usa. Quando você faz um curso você aprende 30% a 40 %, já tá ganhando. A gente fez muito intercâmbio para conhecer a realidade de outro agricultor, trazer alguma coisa da propriedade que visitava para minha propriedade (Camponês, 48 anos, sócio presidente da APEPA).

Depois do curso e da participação em alguns intercâmbios (Igarapé-Açu, Mãe do Rio, Inhangapi, Abaetetuba e Óbidos) os camponeses começaram a por em prática os ensinamentos, uns tinham mais experiências do que os outros, o sócio presidente já havia viajado para vários municípios para visitar experiências exitosas em Sistemas Agroflorestais, e já tinha iniciado algumas experiências em sua propriedade. Outros tinham participado apenas do curso de manejo de açazais, mas cada um integrante do mutirão ensinou ou aprendeu algo sobre manejo. O relato abaixo, de um dos integrantes do mutirão para manejo dos açazais, reforça as práticas aprendidas durante esse mutirão:

O mutirão servia porque todo mundo se pegava servido, por exemplo, o mutirão para o manejo do açai, brocava depois fazia o manejo, cortava os perfilhos, deixava só aquele tanto que era pra deixar. O manejo é esse! Se broca, faz a picotagem, aí o manejo é tirar, tem ilha que é obrigada a matar, tem ilha que não vai se deixar todas as cinco, seis, oito árvores não pode, tem que deixar três ou quatro na moita. Aí quando está muito fechado tem que derrubar uma árvore de pau, picotar ela, para poder entrar o raio do sol, porque a planta muito na sombra fica caneluda, custa a dar. É esse o trabalho de manejo, para que a planta não fique todo tempo debaixo das madeiras, porque senão ela [açazeiro] vai se criar fina e não dá fruto (Camponês, 63 anos, sócio da APEPA).

O mutirão do manejo dos açazais foi um espaço de reprodução do conhecimento. A experiência em manejo de um camponês agente de um programa federal pôde ser socializada através do mutirão nas áreas dos outros camponeses, ou seja, esse mutirão não representava apenas uma prática utilitarista de tornar o trabalho mais rápido, era o espaço de se aprender com o outro através das observações, conversas e práticas. Cada sócio observava o sistema de plantio, os arranjos de espécies, o espaçamento, a cobertura do solo e a produtividade, caso determinado plantio interessasse, os outros integrantes do mutirão já se apropriavam para realizar em suas áreas.

A gente limpava açazeiro né, o Pedreco dando a dica de como era pra fazer com a planta do açai, deixar no espaço de cinco metros cada uma, o máximo que podia ficar era cinco plantas em cada touceira, era isso que ele ia ensinando. E também quando tava mais espaçoso unir mais, e fazer a quebrada, o que tava muito amontoado tinha que derrubar pra não empatar muito, porque a alta já ficava muito ruim pro cara subir, o ideal era ser baixinho. Era assim, de um para o outro puxando ideia, aquele que se dava bem dizia que dava, aquele que não se dava bem dizia que não dava (Camponês, 63 anos, sócio da APEPA).

No mutirão um ia aprendendo com o outro. Aquele que já tinha mais experiência ia ensinando. Quando a gente saía do mutirão, a gente conversava pra ver qual era o melhor resultado, se era o manejo como a gente sabia ou como ensinavam. Tinha gente que continuava fazendo do seu jeito, dá mais resultado do que o que o outro sócio manejava (Camponês, 63 anos, sócio da APEPA).

Aprendi como manejar açazal, que na época eu não sabia e o presidente ensinava, mas, além disso, foi feito na minha área vários consórcios, nós plantamos a mangueira, fruta pão e andiroba, tudo junto na época, isso foi um experimento e deu certo. Ele (o presidente) foi pra Bahia e lá viu esse plantio e fez aqui (Camponês, 40 anos)

Havia uma resistência por parte dos integrantes em realizar o manejo como alguns sócios faziam. Isso de acordo com os entrevistados dava-se muito em função deles terem medo de arriscar uma nova forma de manejo e por em risco a reprodução da família, pois a principal fonte de renda dos camponeses são seus açazais.

Para além da reprodução do conhecimento, era um momento de reprodução da vida. O trabalho era regado de conversas sobre a vida, futebol, igreja, de brincadeiras, desentendimentos, era um momento de sociabilidade. Era mais que trabalho, era trabalho, aprendizagem, conversa e brincadeira, como se constata nos relatos de camponeses, abaixo:

Num mutirão desse além da gente aprender um pouco, tem as trocas de conversa que isso também faz bem. É uma coisa que gente aprende sim, são muitas pessoas, então o que todos fazem em um dia, só um demoraria vários dias[...] A gente conversava sobre a vida, tem aquele momento de alegria e aquele momento de tristeza, a gente conversava, tinha as brincadeiras e isso faz bem pra saúde da gente (Camponês, 40 anos).

No mutirão a gente conversava, brincava, tinha uns que queriam ficar bravos, aí voltava a brincadeira de novo. Porque sempre no meio tem uns que gostam de brincar e tem uns que não sabem brincar (Camponês, 43 anos, sócio da APEPA).

Porém, havia desentendimentos entre os membros do mutirão, alguns camponeses não concordavam com a forma que o presidente da Associação a conduzia, em que o poder de decisão era sempre dele. Além disso, as questões já citadas anteriormente, que resultaram na perda de reputação e confiança que a comunidade tinha nele, contribuíram para desestabilizar as relações entre os sócios e o presidente, isso resultou na recusa das pessoas em desenvolver trabalhos conjunto com ele.

O mutirão motivava a viver junto, a dialogar e discutir os problemas. O menino lá é muito direto [Presidente da Associação] e não agradava os sócios. Comigo eles se davam muito bem, mas ele não era acostumado a trabalhar em grupo, tem palavras que se você não medir vai ofender os outros, aí chegou na situação que está a Associação (Camponês, 63 anos, sócio da APEPA).

Outro motivo de conflito dentro do mutirão era a falta sem justificativa de alguns membros no trabalho, isso começou a desmotivar os integrantes que, como forma de punição, deixavam de ir participar do mutirão daquele que faltou no seu serviço.

Outras pessoas associam a questões políticas também, pois os sócios estavam motivados a aprender fazer o manejo do açaizal para potencializar a produção de seus lotes, uma vez o Plano da gestão de 2001-2004 da Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim previa a comercialização do açai produzido pelos camponeses para a merenda escolar, o que ainda chegou a ocorrer por duas vezes, mas o prefeito perdeu a eleição seguinte e os camponeses não puderam mais vender o açai. Isso desmotivou o grupo do mutirão.

Além disso, teve a aquisição de roçadeiras pelos camponeses que não viam mais a necessidade de se reunir em mutirão para limpar as áreas. A inovação tecnológica influenciando nas formas de sociabilidade desses camponeses.

4.4.8 Mutirão do Artesanato

O saber fazer artesanato de guarumã é peculiar dos camponeses da comunidade Monte Sião. Este saber segundo os atores sociais da pesquisa foi passado de geração em geração, a partir do ensinamento dos pais aos filhos. Outra forma de apreensão deste saber era pela observação e experimentação.

A produção de cestarias (rasas, atorás, cajás, paneiros e peneiras), tanto em miniaturas como artefato de artesanato, quanto as cestas para armazenar pão e açaí, constituem parte da renda de algumas famílias, como já exposto anteriormente, contribuindo para a reprodução camponesa.

Assim como o mutirão para manejo dos açaizais, o mutirão do artesanato do grupo de mulheres da APEPA surge no contexto de ações de políticas públicas no município de São Domingos do Capim. A criação das feiras e espaços nos festivais para a agricultura familiar fez brotar a ideia de criar um grupo de mulheres para produzir artesanatos que seriam vendidos nesses eventos.

A ideia de criação do grupo foi proposta pela esposa do sócio presidente da Associação, pois segunda ela observava, os homens ganhavam seu dinheiro, e o mesmo precisava acontecer com as mulheres. Então, ela decidiu convidar algumas mulheres para criar o grupo do artesanato.

As mulheres integrantes do grupo eram evangélicas, seus maridos ou elas eram sócios da associação e no geral participavam do mesmo círculo de amizade da líder do grupo.

Eram vizinhas do entorno, diríamos assim, porque tem mulheres que estavam na Associação, que estavam no grupo também das vinte, e tinha algumas que estavam no grupo, mas não estavam na Associação. Eu falo vinte porque eram as vinte que estão ali, mas tem mulheres ao entorno que elas estavam chegando, que ela começava a ver que a vida daquela que estava ali no grupo estava mudando, tanto na questão financeira quanto na parte espiritual, porque a gente não trabalhava só a parte material, a gente trabalhava a questão espiritual, canto, leitura, tudo isso faz com que o ser humano busque a paz também. Porque você não tem que viver só no entorno da parte material, você tem que preparar seu espírito (Camponesa 48 anos, idealizadora do grupo de mulheres e secretaria da APEPA)

Segunda entrevista de uma camponesa, que não é sócio na APEPA, as pessoas que não pertencem à religião evangélica e à Associação não foram convidadas a participar do grupo de mulheres.

O grupo de mulheres se identificava como grupo de Mulheres da APEPA, o qual acionou uma forma tradicional de cooperação camponesa, o mutirão, para confeccionar artesanatos. As mulheres se reuniam aos sábados no barracão da Associação para o mutirão do artesanato. O grupo desenvolvia diversas atividades como a confecção de artesanatos de guarumã (paneiros, peneiras, cestinhos e matapi), crochê, guardanapos, bombom de frutas regionais e artesanatos produzidos com cascas e sementes de árvores da agrofloresta.

Os artesanatos produzidos pelas mulheres eram destinados a comercialização durante os festivais da Mandioca e da Pororoca de São Domingos do Capim. Não se sabe exatamente qual o período que começou e deixou de acontecer os mutirões das mulheres do grupo da APEPA, mas que estes mutirões ocorreram entre 2002 a 2006.

Esses mutirões representavam formas de cooperação mútua, estabelecidas entre mulheres da comunidade Monte Sião. O trabalho envolvia divisão de tarefas, cantos, conversas, alimentação, brincadeiras para as crianças e aprendizagem. Cada integrante tinha seu papel definido para desempenhar uma atividade: mobilização das mulheres (avisar o dia que iria acontecer), cozinhar, coletar o guarumã, raspar, destalar, tecer e amarrar. Além das mulheres, esse trabalho envolvia as crianças, as mães levavam seus filhos para o mutirão, as crianças ajudavam no trabalho e brincavam. Já a presença de homens era incomum, mas segundo as entrevistadas, teve exceções em que os homens também participaram,

No dia do mutirão, cada qual levava um pedaço de comida, e lá a gente colocava na mesma panela. Sempre a gente tirava uma mulher pra cozinhar, pra carregar água era qualquer uma. Era tirado quem raspava o guarumã, quem destalava e quem ia armar o artesanato. Era tudo misturado, só pra destalar que não eram todas que sabiam destalar [...] O guarumã a gente tirava um dia antes do trabalho pra facilitar, aí a gente trabalhava das 8:00 horas até umas 15:00 da tarde. Quando eu não podia ir eu avisava que não iria, porque tava *mofina* ou tinha que fazer algum trabalho” (Camponesa 60 anos, artesã).

Nas entrevistas observamos que o mutirão ultrapassava a noção de trabalho. Para as entrevistadas, o trabalho não era apenas labor, o mutirão do artesanato representava

outras dimensões da vida, que acontecem durante o trabalho, havia conversas, brincadeiras, demonstrando que o trabalho não é separado do restante da vida.

Sempre era só mulher, as vezes ia meu companheiro, mas as vezes precisava deles pra tirar o guarumã, quem destalava, destalava, quem tecia, tecia, e assim a gente ia fazendo nosso trabalho. Era divertido, a gente brincava muito, achava muita graça, comia muito, conversava muito. A gente fazia a comida numa panela preta, feijoada pipocando no fogo, era feijão com bucho, mocotó, tudo a gente comia, cada um levava um pouco de alimento, lá a gente fazia e comia todo mundo junto. A gente orava antes de começar e quando terminava para oferecer o sacrificio pra Jesus, agradecer (Camponesa, 60 anos, integrante do grupo de mulheres).

Os mutirões do artesanato foram percebidos pelas mulheres como um espaço de reprodução da vida, era durante o espaço do trabalho que elas focavam, se divertiam, contavam da vida familiar, era uma mistura do trabalho produtivo com o simbólico, misturam-se as coisas, na compreensão delas o trabalho reunido com mais pessoas é divertido e prazeroso, o que se assemelha a compreensão de Brandão (2009), ao estudar o trabalho como festa.

A fala de outra camponesa, transcrita abaixo, demonstra o mutirão como um espaço de sociabilidade e reprodução do conhecimento:

Pra mim o mutirão primeiro era uma diversão, era divertido, pelo menos a gente trabalhava tudo junto, neh? fazendo o artesanato, a gente aprendia um com o outro também, de cada um a gente aprendia um pouquinho. Era divertido porque ali a gente estava conversando uma com a outra, contando as coisas, e alegre, porque a gente estava ali trabalhando uns com os outros, reunido. É assim, estando com um bocado de gente, um esperta o outro, e a gente sozinho, tirando de está ligado ali naquele trabalho, esta caladinho, neh? (Camponesa, 56 anos)

O mutirão do artesanato era um espaço pedagógico de reprodução do conhecimento, as mulheres aprendiam umas com as outras, outras aprendiam pela observação, assim mutirão não era apenas fazer paneiro e ganhar dinheiro. Os relatos de camponesas participantes desse mutirão confirmam essa afirmação.

A gente aprendia uma com a outra, eu aprendi a fazer a peneira, por exemplo, a *zohuda* eu já sei tecer, aprendi com as outras irmãs. No mutirão era mais mulher, as vezes algum homem ia tirar um guarumã, as crianças iam mais pra perturbar e brincar. A gente fazia peneira, raza, cestinha, a

irmã Marlene as vezes fazia chapéu, outra já fazia outra coisa (Camponesa 60 anos, artesã).

Mutirão é um conjunto de pessoas em formato de formiguinha, ajudando uns aos outros. Eu não aprendi, porque eu acho que isso já foi um dom que Deus me deu, fazer artesanato. Mas as mulheres aprenderam comigo. O trabalho era dividido por tarefa, por exemplo, aquelas que não sabiam aí me perguntavam, é assim? como é? eu posso fazer? Aí eu já ia dando a ideia, e elas já iam fazendo a atividade delas, uma aprendendo com a outra. Aí quem destalava, destalava, quem armava, armava, quem tecia a cesta tecia. As crianças brincavam, mas gostavam, para as crianças era curiosidade, era muito animado, tinha umas que já eram maiorzinha, adolescente, que já ajudava a gente, umas por exemplo, já passavam, me dá a tala lá, aí já pegava já dava a tala, me dá esse guarumã, me dá essa faca, aí elas auxiliavam a gente, mas elas mais brincavam, aí pelo lado a gente trabalhava e no meio as crianças brincavam. Lá a gente achava graça, conversava, uma puxava estória uma da outra, sei que era animada (Camponesa, 33 anos, artesã)

A alimentação era responsabilidade de todo o grupo, cada mulher levava a comida já preparada ou para preparar na hora. O feijão era cozido durante os mutirões. Em cada mutirão uma a duas mulheres ficavam responsáveis pelo almoço.

Durante os festivais as mulheres vendiam seus produtos em barracas da comunidade. Era um espaço de comercialização que a maioria das mulheres participava. Vendiam artesanatos, comidas típicas e frutas “in natura”. Havia uma organização por escala de trabalho, com os horários em que as mulheres ficariam nas barracas durante o festival, como se pode constatar no relato abaixo.

Era só nesses dois movimentos que todo ano a gente se juntava e ia, festival da pororoca e festival da mandioca, a gente ia, era demais alegre, muito bacana o festival. Além da gente ir pra lá, a gente ficava olhando as novidades, se divertia, vendia comida típicas também (Camponesa, 58 anos).

Observamos durante a entrevista dessa camponesa a expressão de alegria ao falar do festival, antes de ser o local de comercialização, era um espaço de lazer, de sociabilidade.

Nos governos municipais de 2001-2004 e 2005-2008, a comunidade Monte Sião tinha uma barraca no Festival da Mandioca, de acordo com a fala de uma camponesa

integrante do grupo, havia uma relação de amizade, principalmente, com o prefeito da segunda gestão: *“a gente tinha nosso espaço, o prefeito era muito nosso amigo, a gente tinha pra quem vender”* (camponesa, 58 anos). Com a gestão municipal de 2009 os projetos de desenvolvimento rural foram paralisados, o Festival da Mandioca foi organizado de forma diferente, as comunidades perderam os espaços das barracas. Essa mudança influenciou negativamente o grupo de mulheres da APEPA, pois perderam um espaço de comercialização e isso desmotivou as integrantes do grupo, que deixaram de realizar os mutirões por falta de mercado para comercializar seus produtos.

O mutirão do artesanato parou porque não temos pra quem vender, a gente vendia no Festival da Mandioca, cada comunidade tinha sua barraquinha, o lucro era da Associação. Vendia também na Pororoca, depois teve o problema da troca de prefeito, aí a gente não tem a mesma liberdade, parecia que o outro era mais de casa (Camponesa, 58 anos).

Além da falta de mercado consumidor, outro fator contribuiu para não haver mais mutirão – a quebra de confiança na líder do grupo, pois as mulheres não participavam ativamente dos eventos em que o grupo era convidado, só atuavam dentro da comunidade, durante os mutirões e, algumas, durante o Festival da Mandioca. Mas para eventos externos ao município, sempre quem representava o grupo era a líder. Segundo as entrevistadas, aos poucos as mulheres foram conversando entre si e questionando sobre a questão da representatividade, a líder tomava para si o trabalho das outras mulheres.

Mas o principal descontentamento das mulheres era a falta de esclarecimento sobre os produtos que ficavam na casa da líder, pois, segundo relatos das entrevistadas, as mulheres só recebiam o dinheiro dos produtos vendidos no Festival da Mandioca, os demais produtos eram vendidos pela líder, mas ela não dividia o dinheiro da venda com as outras mulheres, conforme se constata no relato abaixo:

A gente fazia tudo junto, e tirava uma pra vender o artesanato, sempre a cabeça, só não sei pra onde elas levavam pra vender, também levavam pra vender no festival da Mandioca e do Festival da Pororoca, aí já iam mais mulheres, eu nunca fui, só participava aqui na comunidade. O negócio do artesanato era o seguinte, nos fazia tudo junto, vendia uns aqui, mas o restante ficava guardado na casa das cabeças do grupo, aí a gente não sabia com quem o dinheiro ficava, se vendia ou não (Camponesas, 60 anos, artesã).

Esse contexto fez emergir o conflito entre as outras integrantes do grupo com a líder, e esta acabou perdendo a reputação e a confiança, valores morais, que segundo Sabourin (2009), são necessários para se estabelecer relações de reciprocidade. Quando se perde a reputação e a confiança se rompe com a reciprocidade.

As mulheres preferiram não entrar em embate com a líder, por se tratar de uma pessoa muito querida dentro da comunidade e da igreja, mas como punição, deixaram de ir aos mutirões que a líder marcava. Como ela estava no centro desse grupo, a partir do momento que ela perdeu a reputação, o grupo ficou desestabilizado, o que somado a falta de mercado consumidor para os produtos, resultou no fim das atividades do grupo por um momento.

4.4.9 “Se a Comunidade não se Reunir em Mutirão na Marra, Não Vai Conseguir Ter Energia”: a Conquista do Acesso a Energia Elétrica

Nesta seção visamos demonstrar como ações cooperadas são importantes formas de estratégia para o acesso a serviços básicos, que são negados pelo Estado. Demonstraremos uma situação que ratificam que quando o Estado não cumpre seu papel de dar acesso a políticas públicas, as sociedades, especialmente as camponesas, acionam estratégias como o mutirão, a fim de possibilitar o acesso de serviços, como a energia elétrica. Logo, buscamos fazer uma análise do mutirão como um instrumento de ação política.

De acordo com o relato de um dos entrevistados durante a pesquisa, o sonho de conseguir ter acesso a energia elétrica surge com o Programa Nacional de Eletrificação Rural “Luz no Campo”. Este programa foi lançado em dezembro de 1999 sob a responsabilidade da Eletrobrás, com a meta de ligar a energia em um milhão de domicílios em três anos (SUGIMOTO, 2002). Os camponeses de Monte Sião, em 2000, começaram a cobrar dos representantes do Governo Municipal e da empresa concessionária de energia elétrica, CELPA, que possibilitasse o acesso das famílias a esse programa do Governo Federal, no entanto, se passou dois anos e eles não conseguiram, sendo o Programa extinto.

Surge então, em 2003, o Programa “Luz para todos” do Governo Federal com o mesmo objetivo de atender a todos sem distinção, mas infelizmente os camponeses de Monte Sião não conseguiram participar de nenhum dos dois programas. Nesse intervalo de tempo, apesar de não ter conseguido a instalação da energia elétrica, os camponeses

ainda tinham o sonho de ter energia em suas residências, foi então que, em 2012, a energia chegou até uma fazenda nos limites de Monte Sião.

Foi com a energia próxima a Monte Sião, que surgiu a ideia inicial dos camponeses se unirem para instalar a energia. Essa ideia surgiu quando um camponês, agricultor e pedreiro, morador de Monte Sião, conversando com um amigo da comunidade da Prainha, teve a informação que em Prainha foram os moradores que tomaram a iniciativa de colocar a energia, conforme relato: *“ai eu tenho um amigo lá para um lugar chamado Prainha, e ele me disse que colocaram energia lá, chamaram um cara, aí eu já vim com essa ideia”* (Camponês, 44 anos).

Esse camponês resolveu, então, ir conversar com o dirigente da igreja na época, sobre a possibilidade da comunidade tomar a iniciativa de instalar a energia, porque esperando pelo governo, acreditava ele ser difícil. Foi então que o dirigente respondeu: *“se a comunidade não se reunir em mutirão, na marra, não vai conseguir ter energia”*. A fala do dirigente fez com que o camponês refletisse se a comunidade trabalhando junto conseguiria, finalmente, o grande sonho de ter energia.

Pois segundo os entrevistados, era importante ter a energia elétrica para garantir o armazenamento e conservação dos alimentos, que eram predominantemente salgados, e polpas de frutas, que acabavam estragando, uma vez que nem todas as famílias tinham condição de ter a energia mecânica, gerada pelo motor a óleo.

O camponês ainda voltou a Rede CELPA, em 2012, para saber com o diretor qual a previsão da energia chegar à comunidade, mas a resposta foi desanimadora, segundo o responsável que se encontrava na empresa, ele disse que até 2022. Depois dessa previsão desanimadora, ele reuniu os moradores de Monte Sião para explicar a situação. Caso a comunidade optasse por esperar pelo governo demoraria anos para ter energia, e que isso nem era garantia de alcance. Então propôs que a comunidade trabalhasse cooperativamente, por meio de cotas e em mutirões para que eles pudessem ter acesso à energia elétrica.

Foi então que os moradores concordaram em fazer a cota por família de R\$250,00. Das famílias de Monte Sião que moravam na beira do rio e no ramal de Monte Sião, apenas quatro não participaram do projeto da energia, pois eram as famílias mais carentes da comunidade e não teriam condições de pagar as cotas. Algumas pessoas gostariam que a energia chegasse até a casa dessas famílias, mas a outra parte não concordava, porque a cota seria maior. Mesmo essas famílias não entrando no projeto, elas ajudaram nos mutirões. Dois prédios também ficaram sem energia, a

APEPA e a Escola, pois a Associação e a Prefeitura Municipal não entraram na coleta de dinheiro.

Em 2014 começaram os mutirões para limpeza dos ramais, extração de madeira para fazer os postes e abertura de buraco para colocação dos postes. Estes mutirões aconteceram às segundas-feiras, envolveu em média vinte pessoas, homens e jovens. Cada participante levava sua alimentação, assim como os instrumentos de trabalho. Algumas vezes as mulheres se reuniram para fazer a feijoada para os homens que trabalhavam no mutirão da energia.

O relato de um camponês, transcrito abaixo, retrata o mutirão da energia:

[...] o trabalho de energia foi todo em mutirão, certo que nós pagamos pra comprar o material que nós não tinha. Mas o trabalho com madeira, que a gente começou primeiramente, derrubando pau, tirando esteio, carregando, limpando beira da estrada, furando buraco, todo foi mutirão. [...] Teve um tempo que toda segunda feira era trabalho da energia e toda sexta feira era trabalho da igreja, porque era o mesmo povo que trabalhava na igreja era o que trabalhava na energia (Camponês, 48 anos).

Os camponeses fizeram a extração da madeira, produção dos esteios que serviriam como postes e instalação dos postes. Trabalho o qual foi “perdido”, pois ao chamarem um electricista para avaliar as instalações, o mesmo relatou que os postes não poderiam ser madeira, uma vez que os mesmos não resistiriam à instalação da fiação elétrica que teriam que ser de alta tensão. Os camponeses não detinham essa informação, uma vez que, no grupo, ninguém dispunha de conhecimentos sobre eletrificação. Assim, tiveram que trocar todos os postes, como se constata no relato abaixo:

Aí fomos tirar a madeira, conseguimos tirar mais de 100 esteios, todo mundo alegre, chamamos o electricista, aí ele disse nesses postes de madeira não traz energia, se nós trouxer rebaixado 110 volts, não presta, se trouxer 220 volts chega aqui esbarra duas pontas e não vai acender uma lâmpada, o único jeito é trazer uma alta tensão. O negócio é trocar esses esteios por poste que vai dá certo (Camponês, 44 anos).

Essa primeira tentativa não ter dado certo foi desanimador, pois eles teriam um custo a mais, comprar postes e colocar energia de alta tensão. Até então eles pensavam em baixa tensão. Tiveram que fazer uma nova reunião com as famílias que estavam participando do mutirão da energia para decidir se iriam continuar. Decidiram que sim.

Durante o período de espera dos postes os mutirões continuaram, como se afirma no relato abaixo:

Todas as segundas-feiras a gente se reunia para fazer o trabalho, antes de chegar os postes, trabalhava na limpeza dos ramais, tirar esteios. Já depois que chegou os postes de energia e a colocação da fiação elétrica, a gente trabalhou direto, mas era feito uma agenda intercalando os dias de trabalho de cada integrante do mutirão. Quando alguém não podia ir no mutirão mandavam um filho para representar no trabalho ou participava pela parte da tarde, porque pela manhã o trabalho era apanhar açaí (Camponês, 44 anos).

Para aquisição dos postes foi realizada uma pesquisa de preço para saber qual o local que venderia o poste adequado para receber o gerador pelo menor preço. Encontrou-se então uma loja que comercializava postes usados por R\$180,00 a unidade, o menor preço encontrado. Assim, acrescentaram uma nova cota de R\$ 111,00 por família, para comprar 30 postes.

A carreta para transportar os postes até a comunidade e mais a instalação dos postes saiu pelo valor de R\$ 2600,00. Teve pesquisa para o preço do fio elétrico e conseguiram comprar uma bobina por R\$ 6.000,00. Os transformadores foram comprados por grupos. Foram formados quatro grupos de famílias, com vizinhos mais próximos para dividir o valor da compra de um transformador para cada grupo. Nesse caso, a cota variou de R\$ 300,00 a R\$ 425,00 para cada família. Apenas um morador teve que comprar o gerador sozinho, visto que ele não tinha vizinho próximo, mas todo o restante de fio que sobrou da fiação das outras casas foi cedido para ele. O custo todo da energia para Monte Sião foi de R\$ 35.000,00.

Em 8 de novembro de 2014, foram colocado os transformadores, a instalação da fiação elétrica e de algumas lâmpadas nos ramais.

A percepção do mutirão da energia pelo coordenador dos trabalhos é transcrita abaixo:

Esse mutirão da energia serve para aprender, quando a gente começou não sabia nada sobre energia, só tinha a vontade. Com esse trabalho da energia, observando o técnico eu aprendi. Hoje se fosse fazer um trabalho desse de energia, eu já faria, não era preciso pagar para o electricista, porque o do Pedreco já fui eu que fiz a fiação. Já entendo de parte baixa e alta da energia (Camponês, 42 anos).

A chegada da energia influenciou diretamente na rotina das famílias, algumas famílias começaram a utilizar a máquina de lavar roupa e deixaram de ir beira do rio ou igarapé para executar tal atividade; houve a aquisição de geladeiras e frízer para armazenar os alimentos, o que também possibilitou armazenar polpa de fruta para comercialização; a aquisição de bateadeiras de açaí para extração do vinho do açaí, que antes era realizado manualmente ou na casa de um vizinho que possuísse a máquina e a energia a motor; a maioria das famílias comprou televisão.

Figura 22. Mutirão da Energia.



Foto: Roberto Ferreira, 2014.

O acesso a energia influenciou diretamente nas formas de sociabilidade dos camponeses, uma vez que diminuiu as visitas nas casas dos vizinhos que tinham televisão para assistir novela. Por outro lado, as festas começaram a ser acompanhadas de músicas e, segundo os moradores de Monte Sião, o acesso a energia trouxe melhorias para suas vidas, em especial às mulheres, que relatam que diminuíram duas atividades que eram realizadas por elas, amassar o açaí e lavar roupas.

Com a experiência exitosa do mutirão da energia, os moradores de Monte Sião cogitam realizar o mutirão para ter acesso a água encanada. Segundo o discurso dos camponeses, tem alguns serviços que se eles tomarem a iniciativa de trabalhar

coletivamente podem conseguir alcançar, como foi o caso da igreja e da energia. Dessa forma, o mutirão é visto como uma estratégia de unir as forças para alcançar serviços básicos e, muito além, o mutirão pode ser entendido como um instrumento de ação política.

5. CONCLUSÃO

Entendemos que esses mutirões se resignificaram de acordo com as necessidades econômicas e sociais dos camponeses de Monte Sião. E que essas práticas de ajuda mútua – mutirão e trabalho de companhia, juntamente com a diária e a troca de dia – representam a reciprocidade camponesa. Elas fazem parte do modo de vida camponês, pois, estão ligadas às relações com os outros – seu núcleo familiar, parentes e vizinhos.

Essas formas cooperadas de trabalho estão na essência camponesa. São práticas existentes, muito antes das instituições externas às comunidades serem criadas. Apesar de Caldeira (1950), em um dos principais estudos sobre ajuda mútua, afirmar que as formas de ajuda mútua deixariam de existir, devido ao interesse do modelo econômico hegemônico, estudos atuais mostram que os mutirões ainda existem, e mais além, nesse trabalho demonstramos que os mutirões em Monte Sião são praticados desde a formação da comunidade no início do século XX e até hoje estão presentes no modo de vida dos camponeses que ali residem.

Evidenciamos no caso estudado que as transformações na organização social da comunidade, envolvendo desde a religião até as mudanças nas práticas agrícolas dos camponeses de Monte Sião, influenciam na readaptação dessas práticas, estas se resignificam, e são entendidas como estratégias de reprodução do conhecimento, reprodução da vida e instrumento de ação política.

Verificamos que a inserção da igreja evangélica Assembleia de Deus e a criação da APEPA, instituições externas a comunidade, também acionam os mutirões para a construção de igrejas na comunidade, festejos religiosos, produção de artesanato, limpeza de áreas e manejo de açaiçais. Essas instituições, nesse caso, contribuem para a realização dos mutirões, mas é necessário destacar que não são elas que, necessariamente, fazem acontecer os mutirões, é o espírito de irmandade, fé nas divindades, confiança, união entre as pessoas, porque são esses laços que fazem o

mutirão se realizar. Além disso, existe um sentimento de pertença dos camponeses e uma vontade de alcançar determinados objetivos; eles se unem na luta.

Constatamos que os mutirões são acionados pelos camponeses de Monte Sião em casos de doença, construção de bens comuns, trabalhos agrícolas. E ainda que estes mutirões não existem separado do restante da vida, durante o trabalho as pessoas conversam da vida, fofocam, dão risos, fazem brincadeiras, são gestos simbólicos que são trocados entre as pessoas.

O mutirão para os camponeses de Monte Sião ultrapassa a ideia utilitarista, sendo entendido como um espaço pedagógico de aprendizagem coletiva, como é o caso dos mutirões do artesanato, do manejo dos açazais e o mutirão da energia. E, mais ainda, o mutirão como uma forma de ação política, além de representar a união dos camponeses, sendo visto como uma forma de ter acesso a serviços públicos.

Os camponeses percebem no mutirão também a existência conflito, quebra de confiança. Essa última põe em risco a estrutura de reciprocidade, como encontramos o caso do mutirão do artesanato e do manejo de açazais em que a perda de reputação foi um dos motivos que contribuiu para que esses mutirões deixassem de acontecer. Entretanto, é importante ressaltar, que a perda de reputação dos líderes apesar de desmobilizar alguns mutirões, podem se apresentar como a força motriz para estabelecimento e criação de novos grupos que continuam praticando os mutirões a revelia do antigo líder, sendo assim, os conflitos, motivadores da criação de grupos de resistência que, de fato, representem a ação coletiva.

Portanto, o mutirão, antes de tudo, é um acontecimento social, que envolve ritos, regras, desconfianças, confiança, amabilidade, amizade e punições. Estes envolvem reciprocidade entre homens e reciprocidade entre os homens e as divindades, aqui representadas por Nossa Senhora do Livramento e Deus.

Acrescentamos que essas formas de reciprocidade ou dádiva são interessadas, sejam elas os mutirões aos homens, os mutirões as famílias ou os mutirões a Deus, e que, não necessariamente, são trocas materiais, mas de gestos, de amizade, de solidariedade e fé.

Para além da prática e o sentido do mutirão, observamos que um dos fatores que contribuiu para que os mutirões, como do manejo dos açazais e do grupo de mulheres do artesanato, deixassem de acontecer foi a falta de mercado consumidor e cooperativismo. Logo, sugerimos que seria de válida importância a realização de cursos de cooperativismo e associativismo para os camponeses de Monte Sião, além de cursos

de economia solidária, que venham fortalecer o grupo de mulheres existente na comunidade, de modo que as Instituições de Pesquisa, Extensão e Secretarias Municipais e Estaduais possam também contribuir para a busca por mercados consumidores para venda dos artesanatos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. F. **Mémoires de Mamirauá**. Tefé, AM: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2010.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. Focalização do problema. In: _____. **O planejamento de pesquisas qualitativas**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 2001.p.147-159.

BECKER, H. S. **Observação social e estudos de caso sociais**: métodos de pesquisa em ciências sociais. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1994.p.117-133.

BEAUD, S.; WEBER, F. F. Preparar e negociar uma entrevista etnográfica. In: _____. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 95 – 117.

BEAUD, S.; WEBER, F. F. Observar. In: _____. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 119 – 150.

BEAUD, S.; WEBER, F. F. Trabalhar as entrevistas e o diário de campo. In: _____. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 155 – 188.

BENCHIMOL, S. O homem e o rio na Amazônia. In: COSTA, J.,M. (Org.).**Amazônia: desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais**. Belém: UFPA. NUMA, 1995, 189 p.

BRANDÃO, C. R. Festas de TRABALHO. In: Pessoa, J. M. (org.). **Aprender e ensinar nas festas populares**, Rio de Janeiro: Secretaria de Educação a Distância, Ministério da Educação, 2007, p. 44-53. (Boletim n.02).

BRANDÃO, C. R. **O trabalho como festa**: algumas imagens e palavras sobre o trabalho camponês acompanhado de canto. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidade. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.39-53.

BRUMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMAN, L.; SANTOS, T. S. **A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais**. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C.A.B. (Orgs.) Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

CALDEIRA, C. **Mutirão**: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Brasileira, 1956.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas cidades, 9º Ed., 2001, p. 376.

CASTRO, D. A. **Práticas e técnicas agroextrativistas**: um estudo de caso com famílias no polo Rio Capimdo PROAMBIENTE. 2006. 126f. Dissertação (Mestrado Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, 2006.

CANTO, O. **Várzea e Varzeiros da Amazônia**. 1. Ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, 2007. v. 1. 168p.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLKE, V. **A questão agrária**. Tradução de Edgar Afonso Malagodi; Sandra Brizollaç; José Bonifácio Amaral Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163.

COMERDORF, J. C. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1999.

COMERFORD, J. C. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

CONCEIÇÃO, M. F.. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do Nordeste paraense. In: HÉBETTE, J., MAGALHÃES, S. B., MANESCHY, M. C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém, EDUFPA, 2002.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**, 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1989.

DUBOIS, J. C.L. **Manual agroflorestal para a Amazônia**. Rio de Janeiro: REBRAF, 1996. v.1.

FARRELL, J. G.; ALTIERI, M. A. Sistemas Agroflorestais. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª edição revisada e ampliada. São Paulo – Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000.

FRAXE, T. J. P.; MEDEIROS, C. M. ; SANTIAGO, J. L. ; CASTRO, A. P. DE . Terras e águas: gestão de recursos comuns na várzea amazônica. In: 26º REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Anais....** Bahia: ABA, 2007.

GALVÃO, H. **O Mutirão no Nordeste**. Documentário da vida rural, nº 15, RJ, 1959.

GARCIA JUNIOR, A. Trabalho familiar: autonomia e subordinação. In: _____. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Cap. 1. p.58-100.

_____. Roçado e roçadinho: o ciclo de vida. In: _____. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Cap. 4. p.191-208.

_____. Terra de trabalho e terra de gado. In: _____. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Cap. 5. p.209-236.

GODOI, E.P de; MENEZES, M.A de; MARIN, R.A. Introdução. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (orgs.) **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades, v.1– São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 337p.

GUERRA, G. A. D. **Religião, educação, futebol e mercado**: elementos estruturantes da vida social empovoados da Amazônia. Trabalho não publicado.

HÉBETTE, J.; ALVES, J. M.; QUINTELA, R. da Q. Parentesco, vizinhança e organização na formação da fronteira amazônica. In: HÉBETTE, J., MAGALHÃES, S. B., MANESCHY, M. C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém, EDUFPA, 2002.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ – IDESP. **São Domingos do Capim**: estatística municipal. Belém: Governo do Pará, Sepof, Idesp, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **São Domingos do, Pará – PA**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/sao-domingos-do-capim.pdf>>. Acesso em 18 de novembro de 2014.

MANN, P. H. Etapas da investigação sociológica. In: MANN, Peter H. **Investigação sociológica**. 2. ed. Tradução: Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 40 – 61.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac Naify, 2013, 288p.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não-diretiva e a sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987, p. 191 – 212.

MOREIRA, E. S. **Tradição em tempos de modernidade**: reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA. Belém: EDUFPA, 2004.

MOREIRA, E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu Paraenses. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R.

A. (orgs.). **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidade. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.187-207.

MOTA, D. M. Tessituras metodológicas. In: _____. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**: os trabalhadores da fruticultura do Platô de Neópolis. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005, Cap. 1. 25 – 47.

NASCIMENTO, J. L. B. **O processo de desenvolvimento do turismo em São Domingos do Capim- PAa partir do fenômeno desencadeador “surfe na pororoca”**. 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria)- Universidade do Vale do Itajaí, 2004

NODA, S. N.; NODA, H.; PEREIRA, H. S.; MARTINS, A. L. Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP. 294p.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000. P75-35

PONTE, T. M. F. X. **Mutirão**: campo e cidade. 1985. 176f. Tese (Doutorado) - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, C. Q. **Ensaio acerca das relações de reciprocidade na produção de farinha na comunidade de Uxizal – Mocajuba-PA**. 2015. 58 f. Trabalho de conclusão de curso (Faculdade de Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, 2015.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p 132- 2008, 2008.

SABOURN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Tradução de Leornado Milani. Rio de janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

SABOURIN, E. **Sociedades e Organizações Camponesas**: uma Leitura através da reciprocidade. 1.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011a.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Revista Sociologias**, ano 13, n.27, p. 24-51, 2011b.

SEGEBART, D.; NUNES, J. C. Políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável como desafio e chance para a administração municipal: o caso de São Domingos do Capim Pará. In: COY, M.; KOHLHEPP, G. (orgs.). **Amazônia sustentável**: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond: Tunbiger, Alemanha: GeographischenInstituts der UniversitätTubigen, 2005, 332 p.

SIMMEL, G. **Sociologia**. Organizador [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho; São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, E. R. **Estudo das práticas de mutirão**: transformações no conhecimento em comunidades tradicionais do Vale do Mearim, Estado do Maranhão. 2013. 186 f. Dissertação (Mestrado Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, 2013.

SUGIMOTO, L. “**Luz para os esquecidos**”. Jornal da Unicamp, ano XVII. Campinas, 2002.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: _____. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.115-183.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. 486p.

WOLF, E. O campesinato e seus problemas. In: _____. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p.9-34.

WORTMANN, E. F. O saber camponês: Práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidade. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.119-129.

ANEXO A

Espécies presentes nos açaiçais

Nome Vulgar	Nome Científico
Açaí	<i>(Euterpe oleracea)</i>
Banana	<i>(Musa spp.)</i>
Cupuaçu	<i>(Theobromagrandiflorum)</i>
Cacau	<i>(Theobromacacao)</i>
Taperebá	<i>(Spondiasmombin)</i>
Bacaba	<i>(Oenocarpus bacabaMart.)</i>
Café	<i>(CoffeaarabicaL.)</i>
Manga	<i>(Mangifera indica)</i>
Cajuí	<i>Anacardiumpumilum</i>
Limão	<i>Citruslimon</i>
Mamão	<i>Caricapapayal L.</i>
Jambo	<i>Eugenia malaccensis</i>
Biribá	<i>(Rollinia mucosa)</i>
Laranja	<i>(Citrussinensis)</i>
castanha-do-pará	<i>(Bertholletia excelsa Bonpl.)</i>
Cedro	<i>(CedrelafissilisVell.)</i>
Mogno	<i>(Swieteniamacrophylla)</i>
Paricá	<i>(Schizolobiumamazonicum Huber ex. Ducke.),</i>
Andiroba	<i>(CarapaguianensisAubl)</i>
Paricarana	<i>(Bowdichiavirgilioides)</i>
Samaúma	<i>(Ceiba petranda)</i>
Seringa	<i>(Hevea brasiliensis L.)</i>
Copaíba	<i>Copaifera spp.</i>
Bacuri	<i>Platoniainsignis</i>
Tucumã	<i>Astrocaryumvulgare</i>
Cedro	<i>Cedrolaodorata</i>
Teca	<i>Tectonagrandis</i>
Marupá	<i>Simarouba amara</i>
Acapú	<i>Vonacapoua americana</i>
Urucum	<i>Bixaorellana L.</i>

Jaca	<i>Artocarpusheterophylla</i>
Fruta pão	<i>Artocarpusaltilis</i>
Piquiá	<i>Caryocarvillosum</i>
Pau d'arco	<i>Tabebuia heptaphylla</i>
Amapá	<i>(Parahancorniaamapa)</i>
Verônica	<i>Dalbergiasubcymosa</i>
Unha de gato	<i>Uncaria Tomentosa</i>
Uxi	<i>Cuatrec. Endopleurauchi</i>
Barbatimão	<i>Stryphnodendrenbarbatiman</i>
Guarumã	<i>Ischinosiphonarouma</i>
Pracaxi	<i>Pentaclethramacroloba</i>
Virola ou ucuúba	<i>Virola surinamensis</i>
Ingá	<i>Ingá spp.</i>
Jutaí ou jatobá	<i>Hymenaeacourbaril L</i>
Capim marinho	<i>Cymbopogoncitratus</i>
Erva cidreira	<i>Lippia Alba</i>
Caatinga de mulata	<i>Aeollanthussuaveolens</i>
Mastruz	<i>Chenopodiumambrosioides</i>
Japana branca	<i>Eupatoriumtriplinerve</i>
Japana roxa	<i>Eupatoriumayapana</i>
Vindicá	<i>Renealmiasp</i>
Hortelã grande	<i>Plectranthusamboinicus</i>
Hortelãzinho	<i>Menthapulegium</i>
Mandioca	<i>Manihotesculenta</i>
Arroz	<i>Oriza sativa L.</i>
Milho	<i>Zeamays</i>

Adaptado de Castro (2006)